

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

130

130

SALVADOR • MARÇO DE 2005



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

PAULO GANEM SOUTO

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

ARMANDO AVENA

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA - SEI

CESAR VAZ DE CARVALHO JUNIOR

CONSELHO EDITORIAL

Cesar Vaz de Carvalho Junior

José Ribeiro Soares Guimarães

COORDENAÇÃO GERAL

Luiz Mário Ribeiro Vieira

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Roberta Souza (Bolsista FAPES)

EQUIPE TÉCNICA

Elissandra Alves de Britto

Alynson dos Santos Rocha (Bolsista FAPES)

Carla Janira Souza do Nascimento (Bolsista FAPES)

Fabiana Karine Pacheco dos Santos (Bolsista FAPES)

Joseanie Aquino Mendonça (Bolsista FAPES)

João Paulo Caetano Santos (Estagiário)

Nícia Moreira da Silva Santos (Estagiária)

NORMALIZAÇÃO

Gerência de Documentação e Biblioteca - GEBI

REVISÃO

Dina Beck

PRODUÇÃO GRÁFICA

Dóris Serrano

DESIGNER GRÁFICO

Humberto Farias

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

HBTO Comunicação e Arte

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI. É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que seja citada a fonte.

Esta publicação está indexada no Ulrich's International Periodicals Directory e no Qualis.

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO, v.1 - (1994-)
Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2004.

Mensal

ISSN 1413-1536

CDU - 338(814.2)



Av. Luiz Viana Filho, 435 - 4ª Avenida - 2º and. - CAB
Cep: 41.750-300 - Salvador - Bahia
Tel.: (71) 3115 4823/4822 Fax: (71) 371 1853
www.sei.ba.gov.br/sei@sei.ba.gov.br

Sumário

Economia em Destaque

Expectativas para a conjuntura econômica em 2005	
Núcleo de conjuntura da SEI	4

Conjuntura Econômica Baiana 12

Artigos

A lógica da contradição	
Thiago Reis Góes	
Gabriel Oliveira Barbosa	22

Desempenho do mercado de trabalho em 2004	
Edelcique Machado Serra	28

Agricultura familiar na Bahia e no Paraná: uma abordagem através dos sistemas de produção	
Arno Paulo Schmitz	31

Investimentos na Bahia

Implantações representam 72% dos investimentos industriais previstos	38
--	----

Notícias 42

Legislação 44

Indicadores Conjunturais

Indicadores Econômicos	48
Indicadores Sociais	54
Finanças Públicas	64

Carta do Editor

O ano de 2004 terminou deixando um conjunto de indicadores econômicos positivos. O crescimento da economia mundial, a queda dos juros e o ajuste fiscal criaram um pano de fundo muito favorável à recuperação da atividade econômica que, segundo o IBGE, cresceu 5,2%. Todos os setores registraram crescimento, com destaque para a indústria de transformação, que se concentrou em bens de capital e bens duráveis.

A elevação da taxa de juros, a partir do último trimestre do ano passado, e a valorização da taxa de câmbio são apontados como fatores que impedem uma maior expansão maior na atividade econômica em 2005.

O aumento da taxa de juros já mostra reflexos sobre o nível de atividade: a produção industrial registrou queda de 0,5% em janeiro, em relação a dezembro; e a taxa de desemprego voltou a registrar dois dígitos (10,2%), com as empresas, principalmente as exportadoras, voltando a demitir. Contudo, esses fatores, por enquanto, não são suficientes para comprometer o crescimento do PIB, cuja projeção é de 3,5% a 4,0%.

Para que se mantenha o crescimento este ano, o ajuste do setor público é necessário, contribuindo para a redução da taxa de juros de longo prazo. Porém, o foco desse ajuste deve ser alterado: atualmente, os superávits são obtidos pela elevação da carga tributária e cortes de investimento público.

A redução do investimento público, como vem acontecendo, significa diminuir a capacidade de crescimento de longo prazo, pelo aumento dos gargalos na infra-estrutura de responsabilidade do Estado, como energia, estradas, portos etc. Portanto, o superávit do setor público deve ser buscado pela maior eficiência no gasto, principalmente nas despesas correntes.

A carga tributária, em 2004, que ficou em 34,9% como proporção do PIB, é a mais elevada entre os países em desenvolvimento, ou seja, o governo se apropria cada vez mais da renda do setor privado. Essa elevação da arrecadação tributária se deve, sobretudo, ao rompimento do princípio federativo, instituído pela Constituição de 1988, de descentralização das competências tributárias, que nos últimos anos concentrou, de maneira acentuada, recursos nas mãos da União.

A reforma tributária, prevista para entrar em vigor em 2006, deve incorporar maior racionalidade e eficácia ao atual sistema tributário, ajustando-se às mudanças estruturais de nossa economia e às novas regras no cenário econômico internacional, permitindo, portanto, redução do custo e maior competitividade das empresas no cenário internacional.

Expectativas para a conjuntura econômica em 2005

Alynson Rocha*

Carla do Nascimento*

Fabiana Pacheco*

João Paulo Caetano*

Joseanie Mendonça*

Conjuntura brasileira

A economia brasileira em 2004 apresentou importante recuperação, tendo em vista que o país passou por um período difícil nos anos de 2002-2003. Essa recuperação da economia deve-se, basicamente, a três fatores: o ambiente externo favorável, que levou à expansão das exportações, o aumento do consumo das famílias, derivado da recuperação do emprego e renda dos trabalhadores e a sensível elevação da taxa de investimento. Tal afirmação pode ser fundamentada a partir do Cálculo de Contas Nacionais Trimestrais, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): o PIB acumulado nos quatro trimestres de 2004 cresceu 5,2% em relação ao ano anterior. O resultado do Valor Adicionado de 2004 decorre do desempenho dos setores que o compõem: Indústria (6,2%), Agropecuária (5,3%) e Serviços (3,7%).

Para o setor industrial, o resultado, em 2004, de acordo com o IBGE, foi de crescimento de 8,3% na produção física, o que aponta uma reação do setor em relação ao ano de 2003. A maior facilidade de acesso ao crédito e a estabilidade no mercado de trabalho levaram a um aumento nas vendas domésticas de bens duráveis. Pode-se somar, a esses fatores, o aumento das exportações, que também contribuiu para esse desempenho das vendas, destacando-se o setor automobilístico.

No que se refere ao comércio varejista, principal segmento do setor de serviços em 2004, o crescimento foi

de 9,3% no volume de vendas com relação ao mesmo período do ano anterior. A atividade de Móveis e eletrodomésticos foi o segmento que apresentou a maior taxa de expansão no ano, aumentando em 26,4% no volume de vendas sobre o ano de 2003. Esse resultado foi favorecido pela melhoria nas condições de crédito e da massa de salários, bem como pela demanda reprimida dos anos anteriores.

No setor agrícola brasileiro, o clima prejudicou as lavouras, ocasionando, em 2004, quebra de safra de cereais, leguminosas e oleaginosas. As chuvas excessivas na região Centro-Oeste e as estiagens no Sul (e mesmo em regiões produtoras da Bahia) afetaram significativamente a safra das principais lavouras, especialmente grãos, como a soja, milho e feijão. Note-se que, em 2005, já são relatadas estiagens na região Sul do país, afetando as produções de soja e milho e gerando estados de calamidade pública em vários municípios.

As estimativas para a safra 2005 são positivas. Segundo o IBGE, a produção nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas deve superar os 134 milhões de toneladas, aproximadamente 13% superior à safra 2004. As regiões Sul e Centro-Oeste devem responder por mais de 75% da produção nacional. As regiões Su-

* Economistas, bolsistas FAPES e colaboradores do Núcleo de Conjuntura da SEI. geac@sei.ba.gov.br

deste, Nordeste e Norte respondem por 13,5%, 8,1% e 2,8% da produção, respectivamente. O IBGE também aponta crescimento em todas as regiões, comparando-se ao ano anterior: Centro-Oeste (16,3%), Nordeste (16,0%), Sul (13,5%), Norte (8,5%) e Sudeste (3,2%).

No comércio exterior, a balança comercial, em 2004, segundo dados do MDIC, registrou superávit de US\$ 33,6 bilhões. Esse saldo foi decorrente de exportações, no valor de US\$ 96,4 bilhões (32,01%), e de importações, no valor de US\$ 62,7 bilhões (33,01%), totalizando uma corrente de comércio de US\$ 159,2 bilhões.

Ainda assim, o governo projeta exportações superiores a US\$ 100 bilhões e importações superiores a US\$ 75 bilhões (ASSOCIAÇÃO..., 2005). Essa perspectiva do governo é reforçada pelo crédito que o BNDES disponibilizará este ano para o setor – entre US\$ 4,5 e US\$ 5,0 bilhões para os setores de petróleo e gás, aeronáutico, bens e serviços e pequenas e médias empresas –, representando crescimento de cerca de 29,5% sobre o ano de 2004 (GÓES, 2005).

Espera-se, para o ano de 2005, uma continuidade do crescimento econômico, sendo a demanda interna o fator determinante para isso. Os gastos com investimentos deverão ter continuidade, haja vista os níveis elevados de utilização da capacidade instalada na indústria, bem como o consumo deverá manter-se em níveis crescentes, dada a expansão da renda. As expectativas para o ano de 2005 são de um PIB em torno de 4,0%, segundo previsões apresentadas no Relatório de Inflação do Banco Central (BACEN..., 2005).

No entanto, devem ser considerados outros fatores que podem contribuir para uma redução na taxa de crescimento do país: entre esses, ressalta-se uma possível desaceleração na economia internacional que, em 2004, apresentou taxas significativas de crescimento em diversos países. Outros fatores seriam a queda no preço das commodities e a valorização do Real frente a uma cesta de 13 moedas, que em 2004 alcançou 16,6% (CARDOSO, 2005).

Conjuntura Baiana

Na Bahia, as expectativas com relação à economia, em 2005, podem ser consideradas satisfatórias. Do ponto de vista dos empresários baianos (PRICEWATERHOUSE, 2004) observam-se manifestações de confiança diante da economia equilibrada – baixa

taxa de inflação, aumento da produção e das vendas externas, queda no desemprego com recuperação no nível de renda¹.

Os empresários baianos acreditam que a realização de investimentos (nos segmentos de turismo, setor portuário, química e petroquímica e construção civil) é prioritária para a manutenção do crescimento, considerando-se as vantagens do estado, como qualidade de vida, recursos naturais, matérias-primas e localização estratégica (PRICEWATERHOUSE, 2004).

Por parte do governo estadual, as perspectivas para

Por parte do governo estadual, as perspectivas para 2005 são traduzidas por intenções de investimentos, de cerca de R\$ 1 bilhão

2005 são traduzidas por intenções de investimentos, de cerca de R\$ 1 bilhão, para as áreas de saúde, saneamento, habitação, educação e segurança, além da área econômica. Isso significa R\$ 100 milhões a mais do que em 2004, que serão destinados às ações em transportes (28,4%), agricultura (28,15%), e comércio, serviços e turismo (16,35%). Este ano, entre fontes do governo e contratados, os investimentos alcançarão R\$ 3,2 bilhões, contra R\$ 3,4 bilhões previstos para o próximo ano (BAHIA terá..., 2004).

O governo também pretende manter e lançar programas considerados prioritários para a Bahia, entre eles o Programa Viver Melhor, que prevê R\$ 150 milhões, sendo R\$ 96 milhões provenientes do Banco Mundial, e uma parceria com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e o Banco Mundial, para viabilizar um programa de recuperação e construção de novas estradas, cujo orçamento gira em torno de R\$ 220 milhões (BAHIA terá ..., 2004).

Esses investimentos irão dinamizar outros setores da economia baiana, como a construção civil, os serviços de utilidade pública, o comércio e outros serviços, possibilitando melhores resultados no PIB do estado.

* Em 2004, a inflação do município de Salvador registrou alta de 7,5%, enquanto que a taxa de desemprego aberto e o crescimento da renda na Região Metropolitana de Salvador, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), foram de 14,4% e 2,3%, respectivamente.

Produção industrial

Assim como no âmbito nacional, a produção industrial da economia baiana também apresentou resultados positivos em 2004. De acordo com a Pesquisa Industrial Mensal do IBGE, do mês de dezembro, a produção física, referente a esse ano de 2004, acusou um crescimento de 10,1%, resultado sustentado por contribuições positivas de oito setores pesquisados: refino de petróleo e álcool (27,1%), produtos químicos (5,0%), alimentos e bebidas (6,0%), veículos automotores (56,0%), metalurgia básica (6,9%), minerais não-metálicos (12,5%), borracha e plástico (10,8%) e indústria extrativa (1,8%); o segmento de celulose, papel e produtos de papel foi o único a registrar resultado negativo (-3,2%).

Vale salientar que na indústria de refino de petróleo houve acréscimos nas produções de óleo diesel, de outros óleos combustíveis e de nafta para a petroquímica; e, em produtos químicos, o etileno não-saturado e o policloreto de vinila obtiveram os melhores resultados. Por sua vez, a indústria de alimentos e bebidas teve aumento na produção de cervejas, chope e refrigerantes.

A Braskem, importante central petroquímica do estado produziu 471,9 mil m³, cerca de 3,4% dos derivados de petróleo da Bahia (87,3%), representando, em 2004, um aumento de 17,4% em relação ao ano anterior. A produção refere-se principalmente à Gasolina A, que registrou acréscimo de 16,8% em relação a 2003, e o GLP, que cresceu 21,9%.

O setor de produtos químicos, apesar de ter sido marcado pela parada no primeiro semestre da central petroquímica e de outras cinco grandes empresas do Pólo de Camaçari, foi beneficiado pelo aumento de capacidade instalada para a produção de eteno, que atingiu 90% no segundo trimestre de 2004, refletindo o aumento da demanda dos produtores de resinas termoplásticas e de outros produtores petroquímicos do Pólo Petroquímico de Camaçari (BRASKEM, 2004).

No que se refere à indústria de metalurgia básica – setor importante por produzir insumos de ampla utilização na economia e ser um dos segmentos de grande presença na pauta de exportações –, obteve-se desempenho positivo no período, com aumento da produção superior a 6,0%, viabilizado pela alta dos preços internacionais do cobre. Tal performance está fortemente influenciada pelos bons resultados da

construção civil, grande demandante da indústria metalúrgica, somada às boas perspectivas do comércio exterior, principalmente do mercado chinês, que tem ampliado consideravelmente seu consumo de cobre.

Entre as expectativas para 2005, no setor industrial baiano, estão os investimentos anunciados, seja de novas instalações seja de ampliações da capacidade instalada. Para o setor de refino de petróleo, a Petrobras pretende construir duas unidades de hidrosulfurização na RLAM, com a finalidade de reduzir o conteúdo de enxofre nos combustíveis, e construir uma nova unidade de paraxileno. No setor petroquímico, muitas empresas, que se encontram no limite da capacidade instalada, pretendem modernizar a planta industrial, em especial a central petroquímica, que deve ampliar sua planta de polietileno, uma vez que o setor de resinas termoplásticas, principal demandante da petroquímica, tem apresentado taxa de crescimento superior à do PIB. Para o setor metalúrgico, que deverá ter sua parada programada em abril, também espera-se um aumento na capacidade instalada, que deve passar de 200 mil para 230 mil toneladas: a expectativa é de que a capacidade de produção passe para 250 mil t/ano em 2006. Para este ano, no entanto, não serão necessários grandes investimentos, apenas o desgargalamento de setores e processos internos na Usina de Dias D'Ávila (REIS, 2004).

Para o setor de celulose e papel, único segmento a registrar taxa de crescimento negativa no ano (-3,2%), as expectativas são boas para 2005, devido à ampliação da demanda, dos preços internacionais e do crescimento do mercado brasileiro. Ademais, ainda este ano deve entrar em operação a Veracel Celulose, levando o setor a ter um papel mais importante na matriz industrial do estado. Neste setor, em 2004, ocorreu a otimização da planta de celulose na Unidade de Mucuri, com acréscimo de 60 mil toneladas de capacidade anual de celulose; assim, durante a parada programada de manutenção e aprendizado das novas instalações, houve impacto negativo nos volumes de produção (SUZANO..., 2005).

Comércio exterior

O comércio exterior baiano seguiu a mesma tendência verificada para o Brasil. No período, as exportações baianas registraram um total de US\$ 4,0 bilhões, com crescimento de 24,7%, e, as importações, US\$ 3,0 bilhões, com crescimento de 54,9% sobre o mes-

mo período de 2003. Com esses resultados, a balança comercial baiana acumulou saldo positivo de US\$ 1,0 bilhão. E a corrente de comércio exterior da Bahia fechou o ano em US\$ 7,0 bilhões, o que representa 4,4% do total brasileiro (PROMO, 2005).

Espera-se que, com a maturação dos investimentos ocorridos na década de 1990, a pauta de exportações continue se diversificando, o que tenderá a favorecer um bom desempenho da balança comercial

No que se refere às exportações, a expansão foi resultante, sobretudo, pelo aumento do volume embarcado e dos preços internacionais, em especial das commodities. Os segmentos químicos e petroquímicos, automotivo, derivados de petróleo, metalúrgicos e grãos, óleos e ceras vegetais foram os que apresentaram as maiores contribuições para as exportações baianas. Os segmentos grãos, óleos e ceras vegetais (113,3%), calçados e suas partes (82,5%), café e especiarias (74,4%) e automotivo (60,7%) foram os que registraram as maiores taxas de crescimento em relação a 2003.

No que diz respeito às importações, o destaque ficou por conta das compras de combustíveis e lubrificantes, com aumento de 290,2%. Contudo, as compras de bens intermediários continuam a responder por mais da metade dos produtos importados pela Bahia, com 58,6%. Os principais produtos da pauta de importações baiana foram: sulfeto de minério de cobre, US\$ 453 milhões; nafta para a petroquímica, US\$ 391 milhões; e óleos brutos de petróleo, US\$ 301 milhões.

Já as expectativas para o comércio exterior baiano denotam um desempenho similar ou abaixo do ocorrido em 2004. Contudo, espera-se que, com a maturação dos investimentos ocorridos na década de 1990, a pauta de exportações continue se diversificando, o que tenderá a favorecer um bom desempenho da balança comercial.

Comércio varejista

O ingresso de um maior número de pessoas no mercado de trabalho formal e a injeção de recursos na economia, com a liberação do 13º salário, permitiu um cenário favorável para o comércio varejista a partir do segundo semestre de 2004. Segundo a PMC (Pesquisa Mensal de Comércio), do IBGE, comparando-se com 2003, o comércio varejista baiano registrou crescimento de 8,3% no volume de vendas e, na receita nominal, verificou-se aumento de 18,8% em relação a dezembro de 2003 e 9,1% no acumulado do ano (janeiro-dezembro).

Entre os segmentos analisados pela pesquisa, apenas o de Combustíveis e lubrificantes apresentou variação negativa (0,2%) no acumulado do ano; já Móveis e eletrodomésticos obteve o crescimento mais expressivo (42,7%), seguido por Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (7,1%) e Tecidos, Vestuário e calçados (5,0%). Isoladamente, o segmento de Hiper e supermercados apresentou crescimento de 8,6%. As facilidades oferecidas pelos varejistas, para as vendas a prazo, influenciaram fortemente o resultado do segmento de Móveis e eletrodomésticos, enquanto a recomposição da renda implicou a recuperação do segmento de Hiper e supermercados.

Historicamente considerado o termômetro da economia, dos resultados alcançados pelo varejo depreende-se que a política macroeconômica adotada implicou um maior grau de confiança do consumidor, que esteve mais suscetível em assumir financiamentos na compra de bens. Esse sentimento de otimismo por parte da população não diverge dos números apresentados pelo IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas), segundo os quais a taxa de consumo total dos brasileiros, em 2005, deve crescer 0,8% sobre o ano passado.

Ressalta-se, ainda, as facilidades do crediário oferecidas pelos varejistas, como o aumento do prazo de financiamento, fator de atração para os consumidores de baixa renda. Outro aspecto que deve ser ressaltado refere-se ao fato de que as elevadas taxas de crescimento podem refletir a fraca base de comparação de 2003, quando o segmento varejista foi fortemente penalizado na condução da política econômica do país.

Para o segmento de Combustíveis e lubrificantes, o ano 2004 não foi tão positivo, apresentando significati-

va desaceleração nas vendas, só revertida em dezembro, quando se observou um crescimento de 4,7% no volume de vendas. Entretanto, os constantes aumentos de preços no ano de 2004, devido aos choques do petróleo, resultaram em queda de 0,2% no acumulado do ano. Observa-se que o IPC/SEI registrou alta de 0,6% nesse mês, influenciado pelo comportamento do segmento de combustíveis, pois a gasolina ficou 4,4% mais cara no período, representando a maior alta em todos os segmentos pesquisados.

Por outro lado, apesar das majorações nos preços dos combustíveis, houve aumento nas vendas dos veículos no mês de dezembro. Segundo dados da PMC/IBGE, o segmento de veículos, motos, partes e peças registrou crescimento de 23,7% no volume de vendas acumulado no ano de 2004, muito provavelmente impulsionado pela recuperação da renda, que favoreceu o setor varejista como um todo, e, sobretudo, pelas melhores condições de crédito, como também pelas ostensivas campanhas de marketing e propaganda deflagradas pelas concessionárias.

O volume da massa salarial circulando na economia foi superior a 2003 e houve um ingresso maior de trabalhadores no mercado formal. O que se ratifica pelos dados do CAGED, segundo os quais a Bahia respondeu por cerca de 28,1% de todo o emprego formal gerado na região Nordeste em dezembro de 2004 (406.076 postos). Considerando que, destes novos postos, cerca de 14.648 foram na Indústria de Transformação, onde estão os melhores salários, compreende-se o fato da venda de veículos ter crescido, a despeito dos aumentos de preços dos combustíveis.

Todo o otimismo verificado no comércio varejista, em 2004, pode ser barrado pelas sucessivas tentativas do governo de segurar uma suposta pressão inflacionária de demanda em 2005, através das continuadas altas da taxa de juros. No entanto, as diversas intenções de investimentos, sejam na área econômica, na saúde, na habitação, no turismo etc., devem dinamizar o setor de serviços, em especial o setor de comércio.

No caso do setor de turismo, estão previstos investimentos em cerca de cinco hotéis, sejam para ampliação ou instalação, localizados nos municípios de Salvador, Lauro de Freitas, Itacaré e Mata de São João. Muitas dessas inversões são necessárias no sentido de tornar os serviços hoteleiros do estado compatíveis com aqueles observados no exterior (AS CHANCES ..., 2005).

Agropecuária

O algodão, destaque da safra baiana de 2004, deve tornar-se importante produto agrícola. As previsões mais otimistas apresentam a expansão da lavoura para o patamar das 750 mil toneladas – contra as 690 mil em 2004, segundo informação do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), do IBGE, realizado no mês de dezembro. Confirmando-se as previsões – têm-se os tratos culturais preparatórios para a colheita e beneficiamento, que normalmente ocorrem nos meses de abril e maio – a Bahia será responsável por cerca de 23% da produção nacional de algodão, superando a marca obtida em 2004, quando a participação baiana alcançou os 20% do total.

Esse aumento previsto da produção preocupa os produtores, uma vez que já vigora o declínio dos preços do produto – a arroba da fibra apresenta preços em torno de R\$ 40,00, abaixo do preço mínimo (R\$ 44,60), reflexo da expressiva produção em 2004 e venda dos estoques ainda da safra 2003. Dentre as questões naturais da lavoura (bicudo, custos com máquinas e equipamentos, a polêmica do algodão transgênico), a comercialização da nova safra deve configurar o maior desafio para os cotonicultores em 2005.

Soja e milho – as lavouras mais produtivas da Bahia em 2004, com 2,4 milhões e 1,6 milhão de toneladas, respectivamente, segundo o IBGE – já sentem o impacto do clima durante as épocas de plantio. São relatados atrasos no plantio devido ao retardamento do início do período chuvoso, ainda no final de 2004. A situação normaliza-se a partir de janeiro de 2005, com a regularização das chuvas, particularmente na região de Barreiras, Oeste do Estado. Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), para a Bahia, estima-se uma expansão de 5,9% da produção de soja em 2005. Para o milho, estima-se a retração em 15% da produção. Esse fato deve-se, principalmente, ao baixo estímulo dos preços do milho nos primeiros meses do ano e pelo anúncio de grande safra esperada para os Estados Unidos e Argentina.

A CONAB também apresenta estimativas positivas para a lavoura de feijão na Bahia. Foram verificadas chuvas melhor distribuídas a partir de novembro de 2004, contribuindo, dessa forma, para estimular o plantio do grão. Segundo a CONAB, estima-se uma expansão de aproximadamente 22% na produção de feijão no estado, caso mantenham-se as condições climáticas favoráveis. Esse número corresponde es-

As expectativas positivas para 2005, para as agriculturas brasileira e baiana, contribuem para a manutenção dos saldos positivos para o agronegócio nacional

pecialmente ao feijão 1ª safra, ou das águas, colhido ainda durante o primeiro semestre.

As expectativas positivas para 2005, para as agriculturas brasileira e baiana, contribuem para a manutenção dos saldos positivos para o agronegócio nacional. Em 2004, a perspectiva com o fechamento dos números indicava que o saldo comercial da atividade alcançaria aproximadamente US\$ 33 bilhões. Esse resultado é fruto da intensa atividade exportadora. Para 2005, espera-se que o resultado alcance US\$ 35 bilhões; no entanto, previsões pessimistas indicam problemas com a comercialização de grãos (complexo soja) e queda dos preços das commodities nos mercados internacionais, que podem arrefecer essas estimativas para cerca de US\$ 30 bilhões.

Ressalta-se, também, a implementação do Programa do Biodiesel no Brasil, a partir deste ano, que está incentivando a ampliação de experiências com oleaginosas no oeste do estado, principalmente com o girassol e a mamona. A Bahia tem várias fontes de energia para a produção de biodiesel: a mamona, no Semi-árido; o dendê, na costa Sul; a soja, no Oeste; o algodão, na região de Guanambi e Oeste; e o girassol. Com a entrada em operação do biodiesel, em 2005, à base de óleo de mamona, as perspectivas para a Bahia são animadoras. Explorando 145 mil hectares de área plantada, o estado já é o maior produtor nacional de mamona (aproximadamente 132 mil toneladas em 2004, contra 73,6 mil toneladas em 2003); a área plantada pulou de 125.188 hectares (2003) para 145.819, sendo que 80% desses números estão concentrados na região de Irecê. A força vem da agricultura familiar que, na Bahia, soma 610 mil famílias (GRÃOS ..., 2005).

Considerações finais

Para 2005, a perspectiva é de continuidade no ciclo de crescimento econômico, ainda que isso possa ser comprometido por fatores de ordem interna ou externa.

Internamente, a carga tributária e juros reais elevados, em defesa do cumprimento das metas de inflação e do pagamento da dívida pública, traz alguns obstáculos para o crescimento sustentado da economia. Portanto, a continuidade de uma política monetária de postura mais agressiva pode se refletir negativamente nas decisões de investimentos e afetar os resultados de 2005. Por outro lado, tem-se também fatores de ordem estrutural: o país depende de obras de infra-estrutura e de reformas estruturais para que possa crescer.

Externamente, os desequilíbrios macroeconômicos dos Estados Unidos, a desvalorização do dólar e alguns preços internacionais chave, como juros e petróleo e seus impactos sobre a produção e o comércio global, podem contribuir para enfraquecer o crescimento do país. A possível retração do mercado chinês, muito importante para Brasil, pode também se tornar um obstáculo para a economia brasileira.

Ainda que o cenário para a conjuntura brasileira não se mostre satisfatório, o volume de inversões esperado deve dinamizar a economia e criar novos mercados.

Na Bahia, como foi exposto, é grande o volume de investimentos em todos os setores de atividade, sejam estes investimentos públicos ou privados. Destacam-se os investimentos no setor industrial – refino de petróleo, petroquímica, celulose, metalurgia, etc. – e no setor de turismo, com a instalação e ampliação de novos hotéis, indicando o aumento da demanda por estes bens e serviços.

Referências

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DO MERCADO FINANCEIRO. *Sinopse, janeiro 2005*. Disponível em: <http://www.andima.com.br>. Acesso em: 24 fev. 2005.

BACEN. Banco Central do Brasil. Relatório de Inflação. Disponível em: www.sei.ba.gov.br. Acesso em: 15 fev. 2004

BAHIA. Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária. Disponível em: www.seagri.ba.gov.br. Acesso em: 27 ago. 2004.

BAHIA terá recursos 4% maiores em 2005. *A Tarde*, Salvador, 01 out. 2004.

BRASIL. Ministério Do Desenvolvimento Indústria E Comércio. *Balança comercial por unidades da federação*. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br>. Acesso em: 23 fev. 05.

BRASKEM. *Braskem triplica seu lucro e obtém EBITDA recorde em 2004*. Disponível em: <www.braskem.com.br>. Acesso em: 24 fev. 2005.

AS CHANCES de emprego em 2005. *A Tarde*, Salvador, 02 fev. 2005.

CARDOSO, Cíntia. Estrago cambial ainda deve ocorrer. *Folha de São Paulo*. São Paulo, fev. 2005. Dinheiro, p. B3, 02.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Disponível em: www.conab.gov.br. Acesso em: 20 set. 2004.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. Sondagem Industrial. Disponível em: www.cni.org.br. Acesso em: 23 fev. 2005.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA. *Indicadores Industriais*. Disponível em: www.fieb.org.br. Acesso em: 23 fev. 2005.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Sondagem Conjuntural. Disponível em: www.fgv.br. Acesso em: 23 fev. 2005.

GÓES, Francisco. BNDES terá US\$ 5 bilhões para crédito às exportações. *Valor Econômico*, São Paulo, p. A3., 10 fev. 2005.

GRÃOS regem agronegócio em 2004. *A Tarde*, Salvador, 03 jan. 2005. Caderno Rural.

IBGE. *Contas Nacionais Trimestrais Indicadores de Volume*. 4º trimestre de 2004. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 01 mar. 05.

_____. *Levantamento Sistemático da Produção Agrícola*. Dis-

ponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 23 fev. 05.

_____. *Pesquisa mensal do comércio*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 23 fev. 05.

_____. *Pesquisa Mensal do Emprego*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 23 fev. 05.

_____. *Pesquisa Mensal Industrial*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 23 fev. 05.

INDÚSTRIA teve melhor resultado em 18 anos. *Valor Econômico*, Rio de Janeiro, p. A3., 11-13 fev. 2005.

PAÍS cresce menos em 2005, mas pode ter mais investimento. *Jornal Valor Econômico*, Rio de Janeiro, p. A3, 23 fev. 2005.

PRICEWATERHOUSECOOPERS. *A força do estado da Bahia*. 2º estudo. Dez. 2004. Disponível em: <www.pwc.com/br>. Acesso em: 04 mar. 2005.

PROMO. *Resultados do comércio exterior*. Disponível em: <<http://www.promoba.com.br>>. Acesso em: 24 fev. 2005.

REIS, Roque. Aos 25 anos, a Caraíba Metais fará ampliação da capacidade. *Brasil Mineral*, São Paulo, n. 234, p. 28-32, nov./dez. 2004.

SUZANO BAHIA SUL. *Press release de divulgação dos resultados do 4º trimestre*. Disponível em: <www.bahiasul.com.br>. Acesso em: 24 fev. 2005.

UTILIZAÇÃO da capacidade instalada é elevada. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, p. A-7, 03 fev. 2005. ■



Conjuntura Econômica Baiana

Os indicadores econômicos do ano de 2004 mostram que, tanto a produção industrial quanto as vendas do comércio baiano, registraram um nível bastante elevado em comparação com os mesmos indicadores do ano anterior, fato comprovado pelo crescimento do Índice de Movimentação Econômica – IMEC-SSA. Além disso, o comércio exterior continua registrando recordes históricos.

A produção da indústria baiana de transformação, segundo a PIM-IBGE, registrou, no acumulado do ano de 2004, variação positiva de 10,6% em relação a 2003. O desempenho das indústrias de refino de petróleo e produção de álcool (27,1%), de produtos químicos (5,0%) e de metalurgia básica (6,7%), foram determinantes na formação da taxa. Todos os demais itens registraram crescimento no período, com destaque para veículos automotores, que cresceu 56,0%.

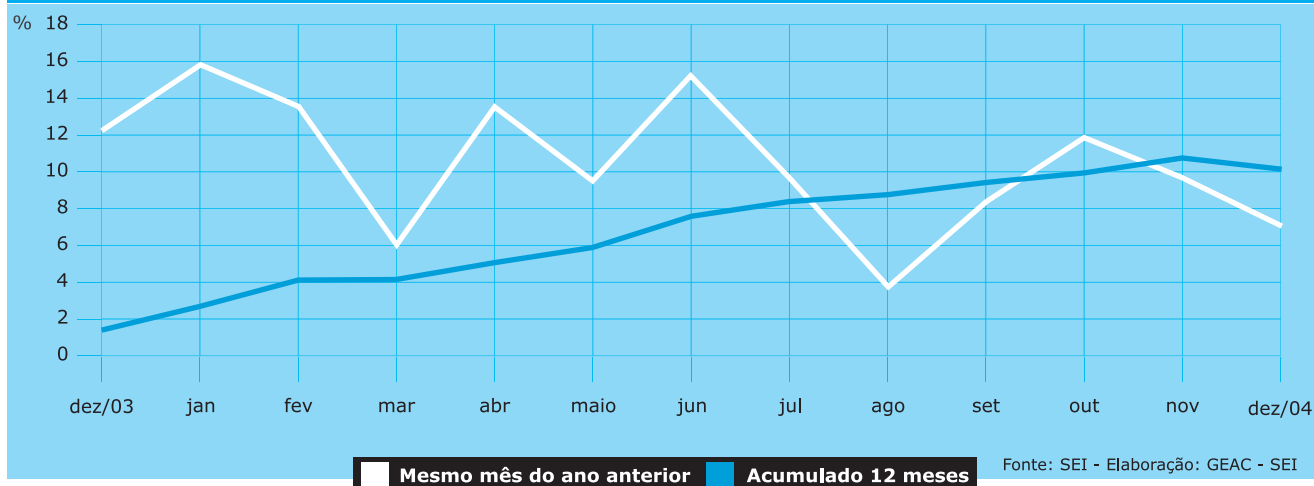
O comércio exterior, que fechou 2004 com crescimento de 24,7% nas exportações e 54,9% nas importações, inicia 2005 mantendo a trajetória de crescimento. Em janeiro, as exportações cresceram 58,1% e, as importações, 51,5%, ambos em comparação ao mesmo mês do ano anterior. No mês, o saldo da balança comercial ficou em US\$ 96,6 milhões.

No comércio varejista, de acordo com a PMC-IBGE, a variação no volume das vendas, no acumulado do ano de 2004, apresentou taxa positiva de 8,3%. Contribuíram para esse crescimento os segmentos de móveis e eletrodomésticos (42,7%) e hipermercados e supermercados (8,6%). Já as vendas de veículos, motos e peças acumularam acréscimo de 23,7% no ano.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-SEI), para Salvador, registrou alta de 0,31% nos meses de fevereiro, contra 0,79% no mês de janeiro. Com esse resultado, o índice acumula alta de 7,37% nos doze meses.

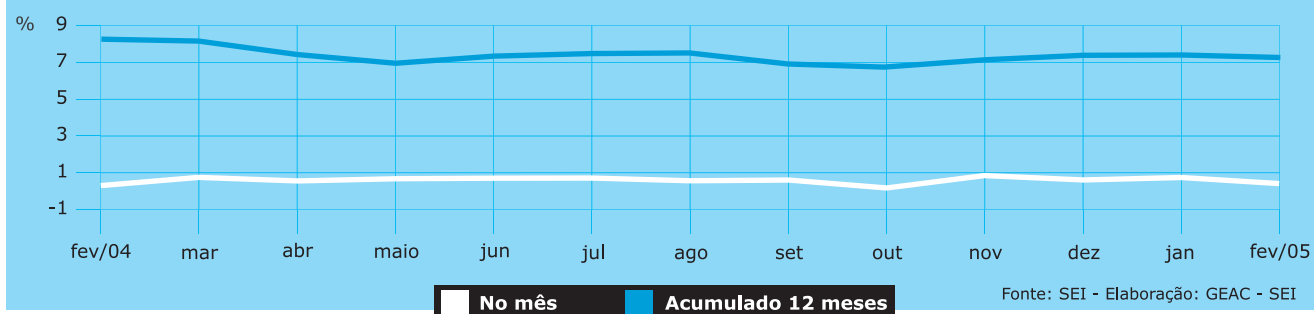
Com relação ao mercado de trabalho, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-SEI/DIEESE/SEADE), a taxa de desemprego total na RMS ficou em 24,8%, em janeiro de 2005, apresentando-se estável em relação ao mês anterior. No que se refere à taxa de desemprego aberto, houve redução de 0,4 p.p., passando de 14,4% para 14,0%. Com relação ao número de ocupados, houve redução, de 1.277.000 para 1.273.000.

Índice de Movimentação Econômica - IMEC - Salvador



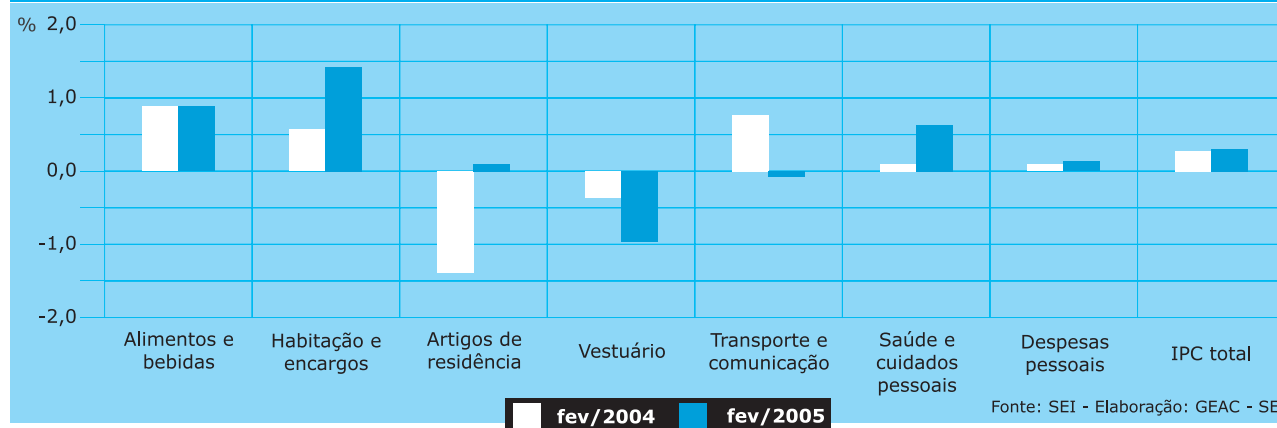
O Índice de Movimentação Econômica de Salvador – IMEC, apresentou, no mês de dezembro, crescimento de 7,0%, em comparação com o mesmo mês do ano anterior. Com esse resultado o índice fechou o ano de 2004 com crescimento de 10,2%, na comparação com o ano de 2003. Apesar do expressivo crescimento registrado, verifica-se, no decorrer do ano, retração na taxa de crescimento do indicador mensal, indicando que, em 2005, não se registrará o mesmo crescimento de 2004.

Taxa de variação do IPC - SEI - Salvador



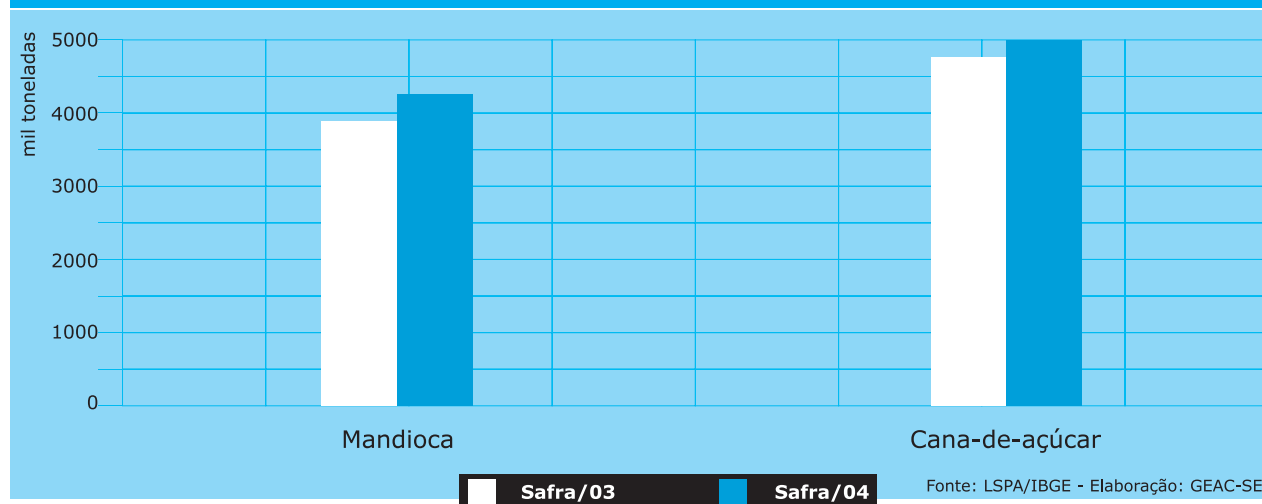
No mês de fevereiro, o Índice de Preços ao Consumidor - IPC, divulgado pela SEI, registrou taxa de 0,31%, inferior ao mês de janeiro de 2005, quando foi de 0,8%. Com esse resultado, o índice acumula, nos 12 meses, alta de 7,37% e de 1,1% no ano. Transporte e comunicação (13,3%) e alimentos e bebidas (4,0%) são os grupos que mais pressionaram o índice no acumulado dos 12 meses. Já artigos de residência (6,3%) foi o que menos pressionou na formação do índice.

Taxa de variação do IPC-SEI: grupos selecionados - Salvador



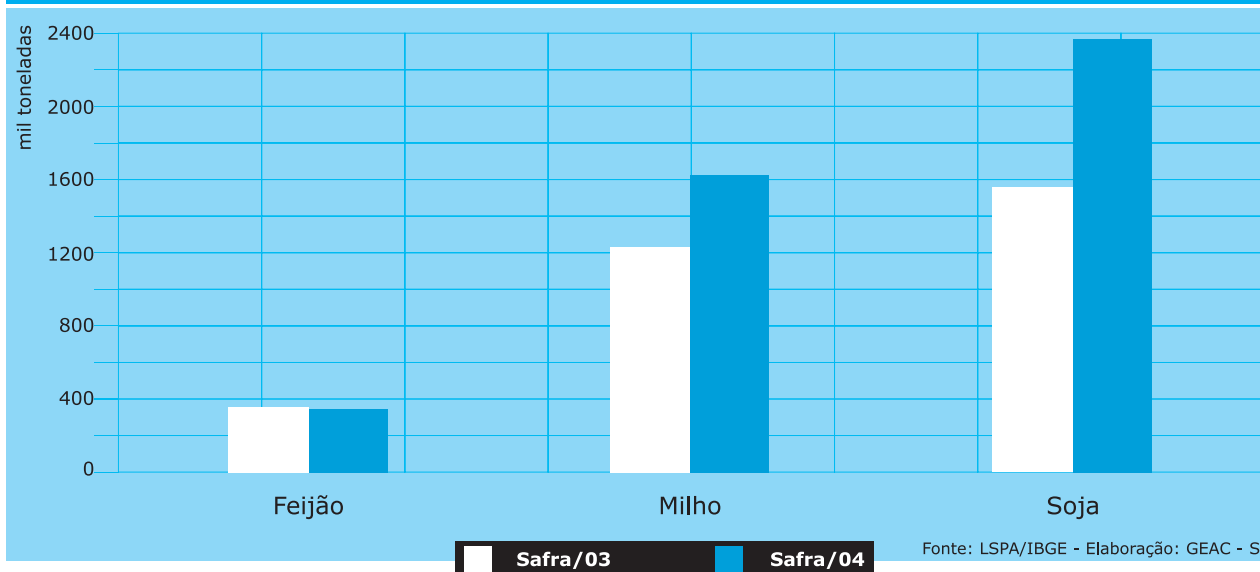
Para o mês de fevereiro, os grupos de alimentos e bebidas (0,9%) e de habitação e encargos (1,4%) formam os que mais pesaram na formação do índice. Com relação a esses grupos, os subitens produtos in natura (7,8%) e habitação (2,0%) registraram as maiores elevações. No mesmo período, os grupos transporte e comunicação (-0,06%) e vestuário (-0,96%) registraram queda na comparação com o mesmo mês do ano anterior.

Estimativa da produção agrícola: mandioca e cana-de-açúcar - Bahia



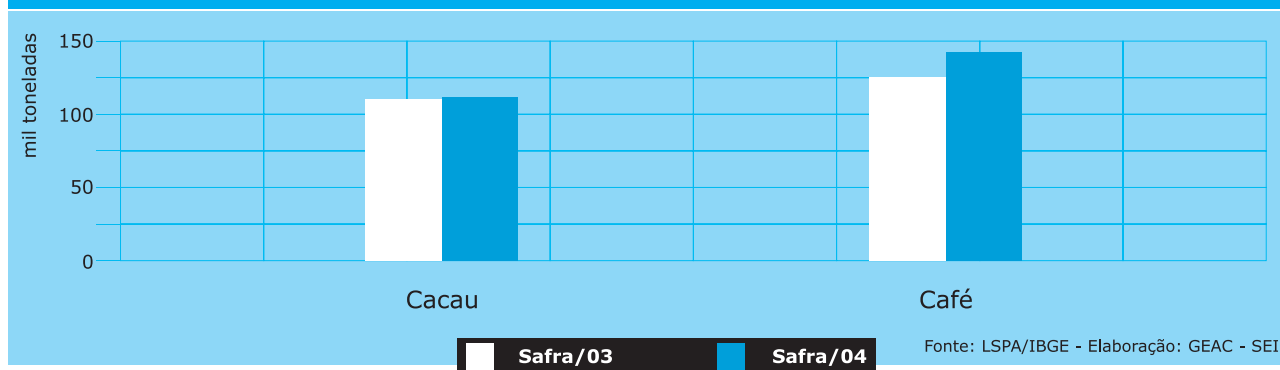
Dados para a safra agrícola baiana de 2004, através do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), indicam expansão de aproximadamente 9% da produção de mandioca. A pouca oferta da raiz, em anos anteriores, estimulou o plantio da lavoura em 2004. Para a cana-de-açúcar, o aumento supera os 5%, comparando-se a 2003. As oscilações do mercado de açúcar e álcool influenciam a lavoura, repercutindo nas expansões de áreas (plantada e colhida), bem como no rendimento por hectare.

Estimativa de produção agrícola: feijão, milho e soja - Bahia



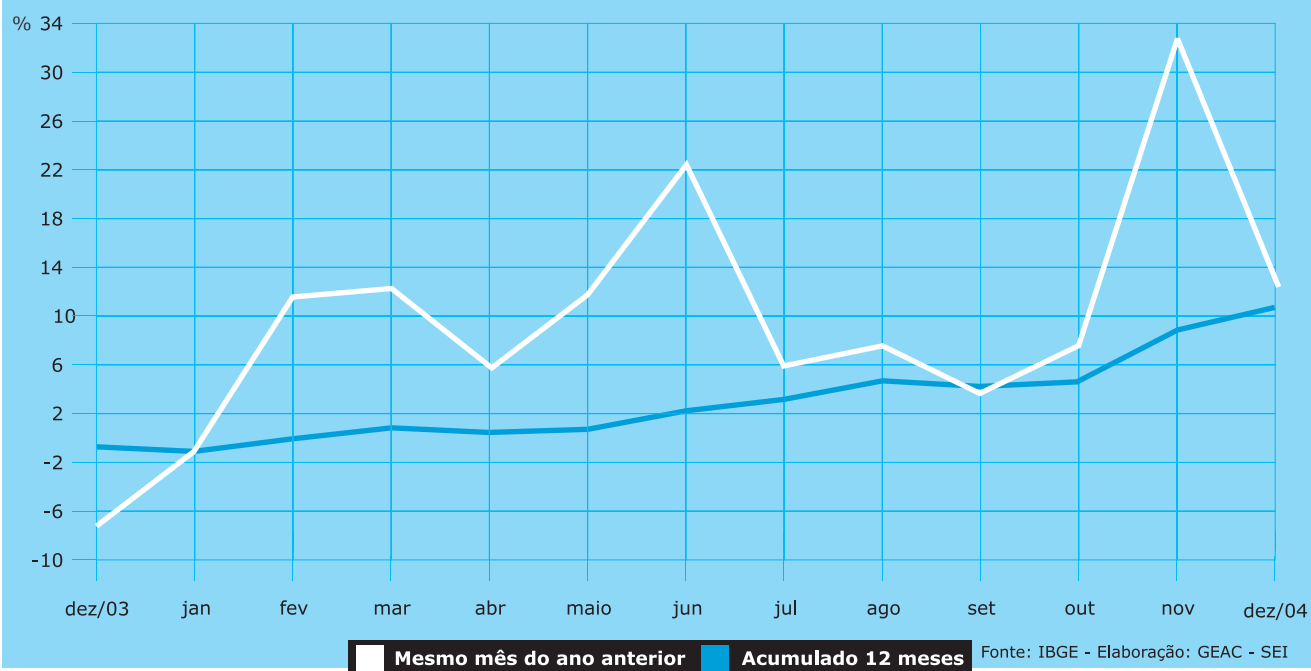
A safra baiana de feijão apresentou queda de aproximadamente 3% em 2004. A ocorrência de precipitações (chuvas) em baixos volumes e mal distribuídas explica os resultados da lavoura. Já para o milho, a expansão da produção supera os 30%, em relação a 2003. A lavoura de soja apresentou elevação da produção acima dos 50%. A safra baiana de grãos confere ao estado destaque entre os maiores produtores do país. A expectativa continua positiva para 2005, mesmo com os preços baixos dos principais produtos da agricultura baiana.

Estimativa da produção agrícola: cacau e café - Bahia



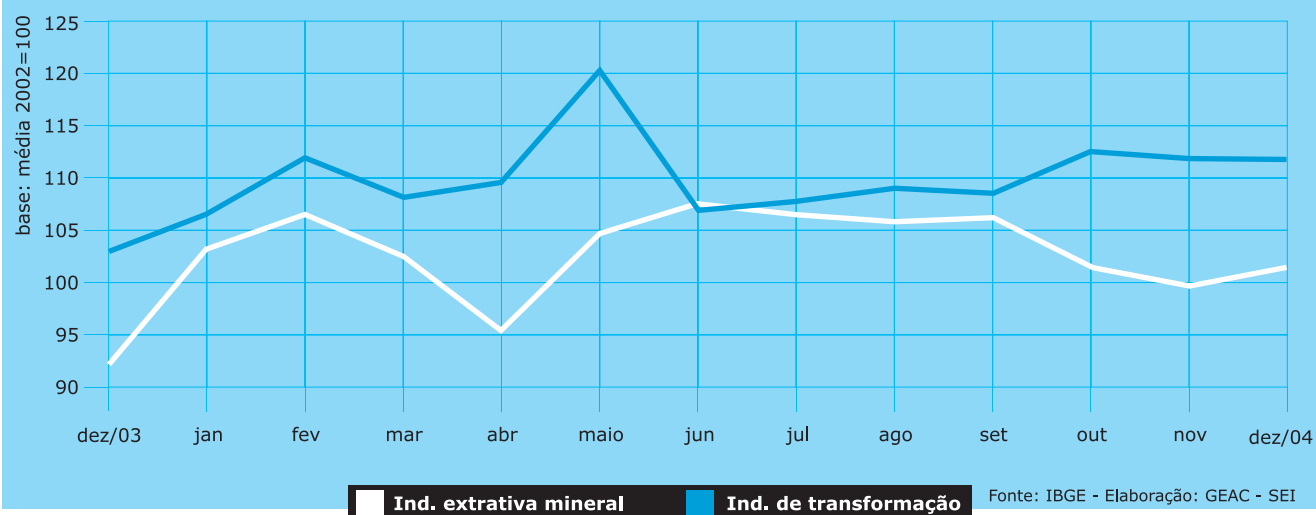
A produção cacauceira apresentou elevação de apenas 0,9% em 2004. A expectativa da renegociação das dívidas dos produtores (um dos principais entraves à produção, ao lado da vassoura-de-bruxa) pode indicar a retomada dos bons resultados para a lavoura em 2005. Para o café, a elevação da produção supera os 14%. No entanto, boas safras, em várias regiões brasileiras, podem gerar quedas de preços nos mercados. A formação de estoques deverá controlar a oferta e, assim, os preços do grão.

Taxa de variação da produção física da indústria de transformação - Bahia



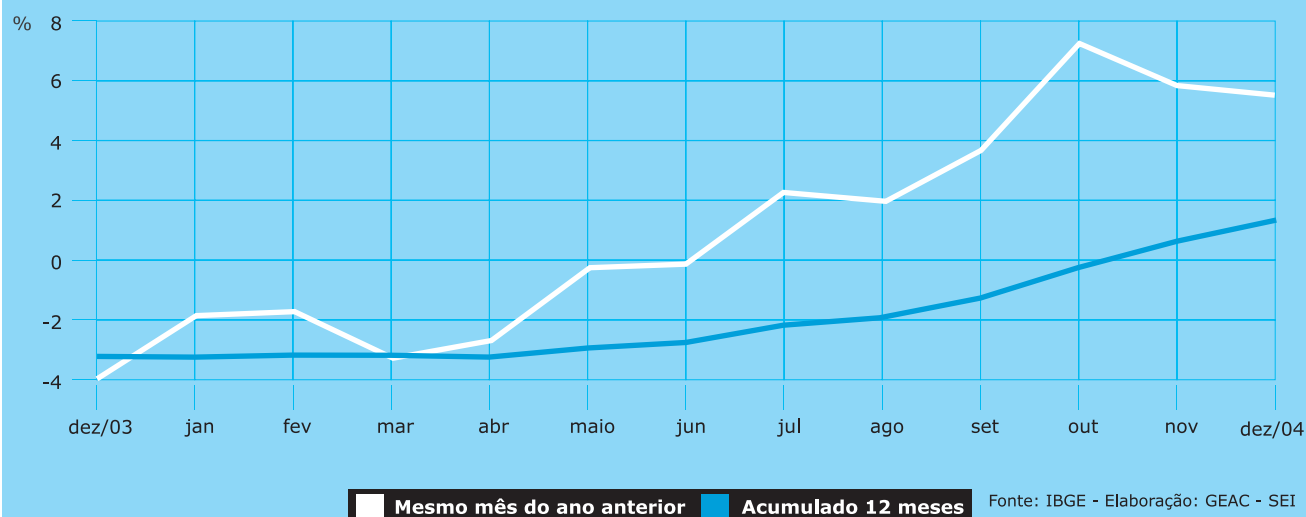
Em dezembro, a produção industrial do setor de transformação da Bahia registrou crescimento de 12,7% na comparação com o mesmo mês do ano anterior, conforme os dados da Pesquisa Industrial Mensal – PIM-IBGE. Com esse resultado, a indústria de transformação baiana fechou o ano acumulando crescimento de 10,6%. Veículos automotores (56,0%), refino de petróleo (27,1%) e minerais não-metálicos (12,5%), foram os setores que registraram as maiores taxas de crescimento em 2004.

Índice dessazonalizado de produção física da indústria de transformação e extrativa mineral - Bahia

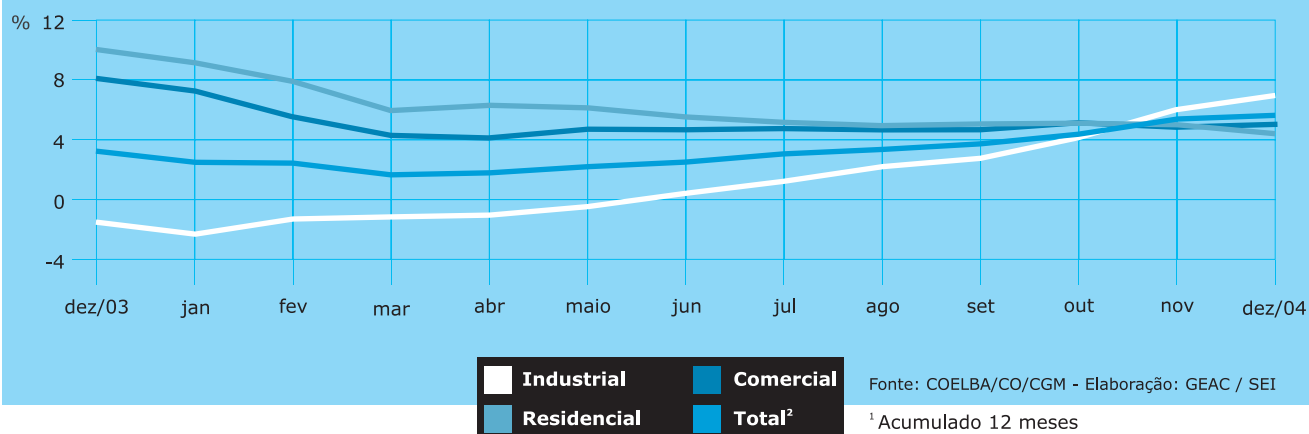


A análise da série livre de influências sazonais mostra que, em dezembro, a produção da indústria de transformação cresceu 1,7% na comparação com o mês anterior. Três setores apresentaram contribuição positiva: alimentos e bebidas (4,2%), borracha e plástico (5,3%) e minerais não-metálicos (3,5%). Os demais setores registraram taxas negativas, com destaque para celulose, papel e produtos de papel (-19,6%) e refino de petróleo (-5,0%). O setor extrativo mineral apresentou-se estável no período.

Taxa de variação de pessoal ocupado - Indústria de transformação - Bahia



O emprego na indústria de transformação baiana registrou, em 2004, o seu primeiro ano de crescimento, desde quando se iniciou a série. Em dezembro, o índice registrou crescimento de 5,5% na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Com esse resultado, o índice fechou 2004 com crescimento de 1,4%, apontando a trajetória de aumento do emprego industrial registrado no decorrer do ano e a perspectiva de bons resultados em 2005.

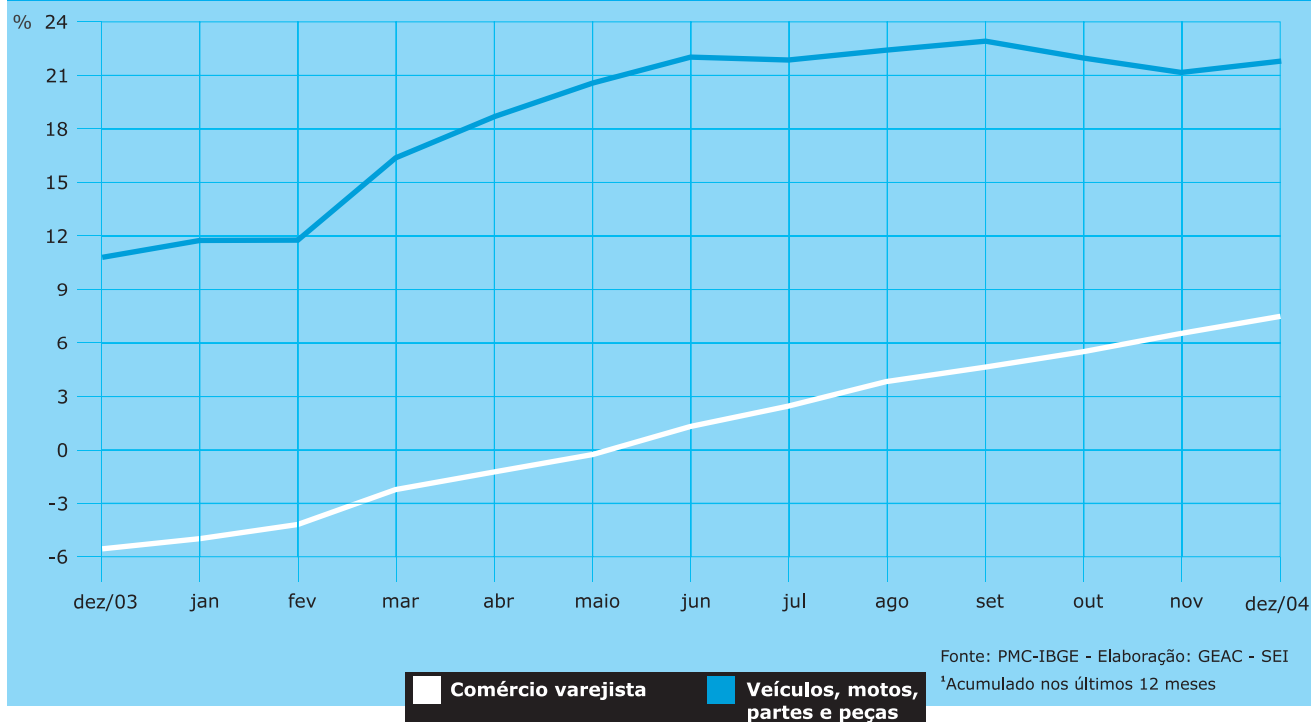
Taxa de variação do consumo de energia elétrica¹ - Bahia

¹Acumulado 12 meses

²Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. Pública + S. Público + Concessionária. O consumo industrial corresponde a COELBA, CHESF e COPENE

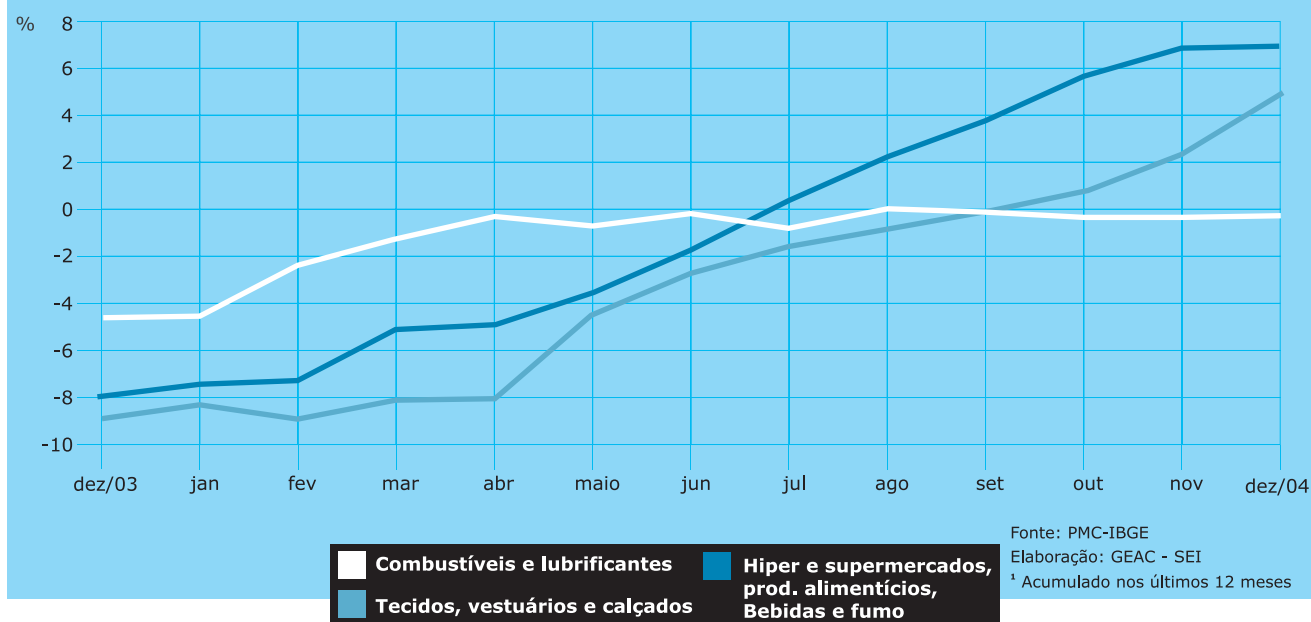
O consumo total de eletricidade, no estado da Bahia, registrou, durante o ano de 2004, crescimento de 5,7% na comparação com 2003, propiciado pela recuperação da atividade econômica. Dentre os três principais setores consumidores, o industrial foi o que apresentou maior taxa de crescimento (7,0%). Os setores comercial e residencial cresceram 4,9% e 4,5% respectivamente.

Taxa de variação de volume de vendas no varejo¹ - Bahia



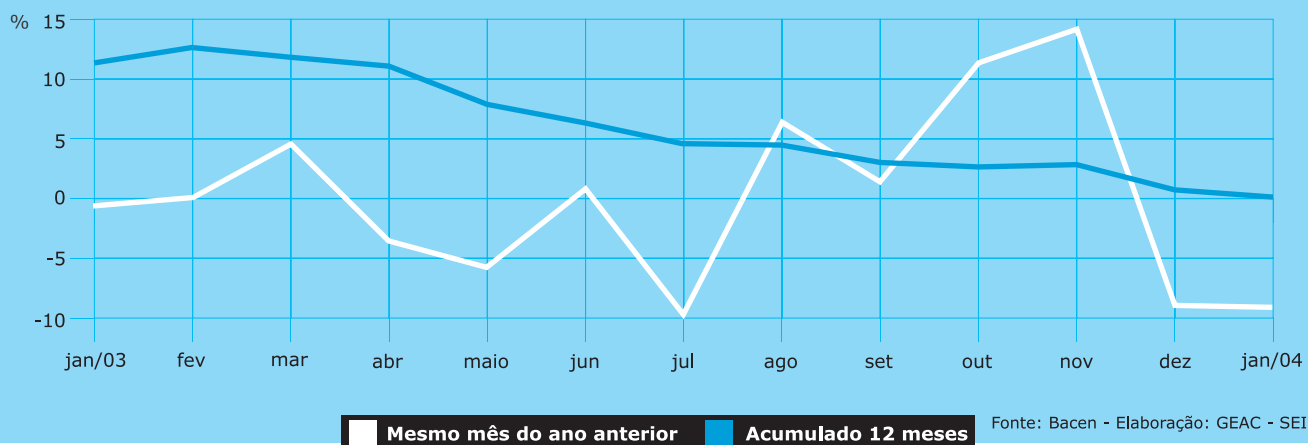
Segundo dados da Pesquisa do Comércio (IBGE), em dezembro/04 o volume de vendas do varejo cresceu 8,26%, comparado com dezembro de 2003. Esse é o décimo terceiro mês de expansão ininterrupta desse indicador, desde janeiro de 2001. As vendas do segmento de veículos, motos e peças registraram acréscimo de 23,7% em relação a dezembro/03. Esse incremento na demanda é explicado pelo bom desempenho interno da economia, sobretudo pela recuperação no mercado de trabalho e pela massa salarial circulando após a liberação do 13º salário.

Taxa de variação do volume de vendas no varejo¹: principais segmentos - Bahia



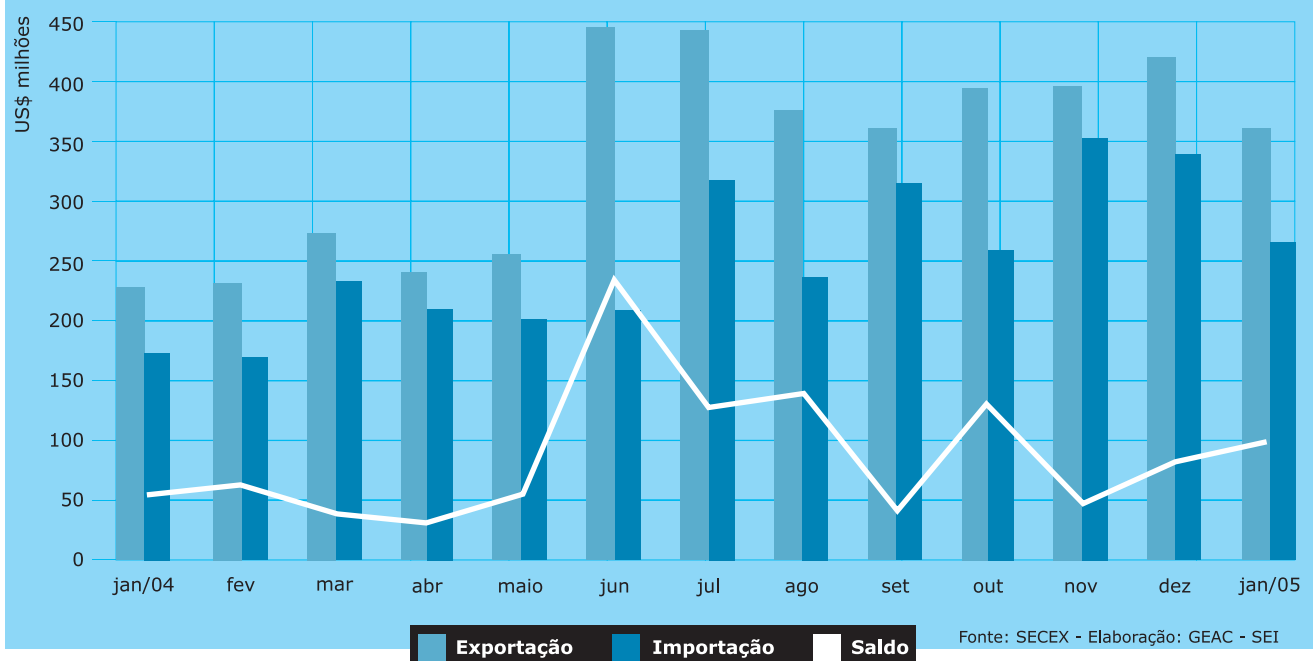
O destaque, em dezembro/04, foi móveis e eletrodomésticos, que registrou expansão de 42,74%, tecidos, vestuário e calçados, que cresceu 4,96%, e hiper e supermercados, bebidas e fumo, com 7,13%. O crescimento da demanda por bens duráveis demonstra uma maior confiança do consumidor na economia, por um lado, e, por outro, a recuperação do poder aquisitivo das classes menos abastadas, devido às melhores condições de crédito oferecidas no período.

Quantidade de cheques sem fundos - Bahia

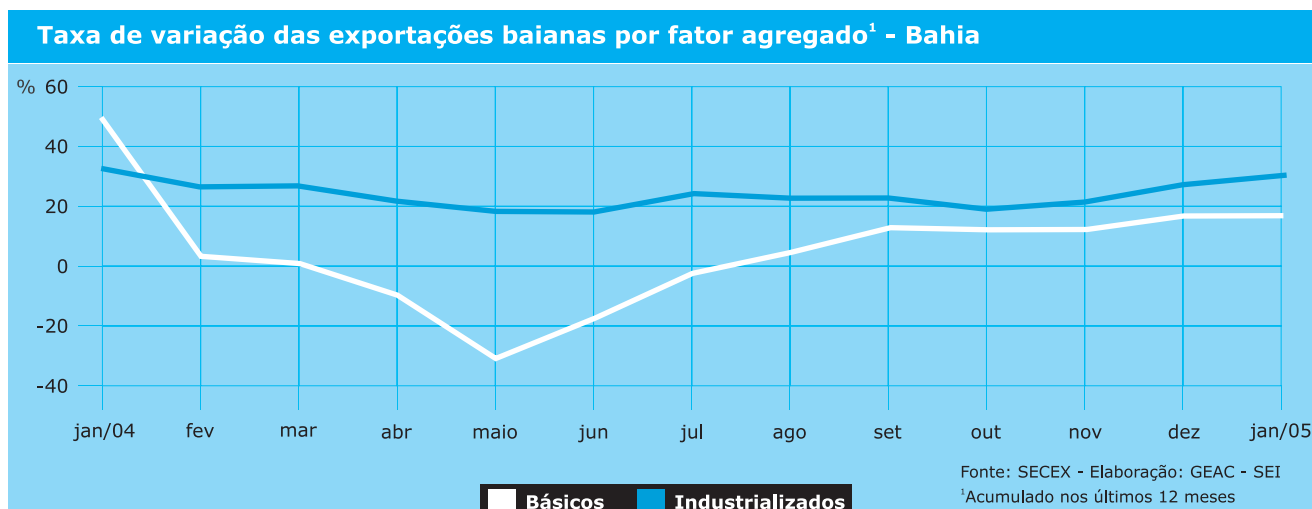


Em janeiro de 2005 foram emitidos 341.500 cheques sem fundos no estado da Bahia. Em relação ao mesmo mês do ano anterior, houve uma queda de 9,1%. Esse é o segundo mês consecutivo de queda expressiva na emissão de cheques sem fundos no estado. No acumulado dos 12 meses, a taxa, que fechou 2004 em 0,7%, iniciou 2005 estabilizada, indicando uma tendência de queda ainda maior no indicador.

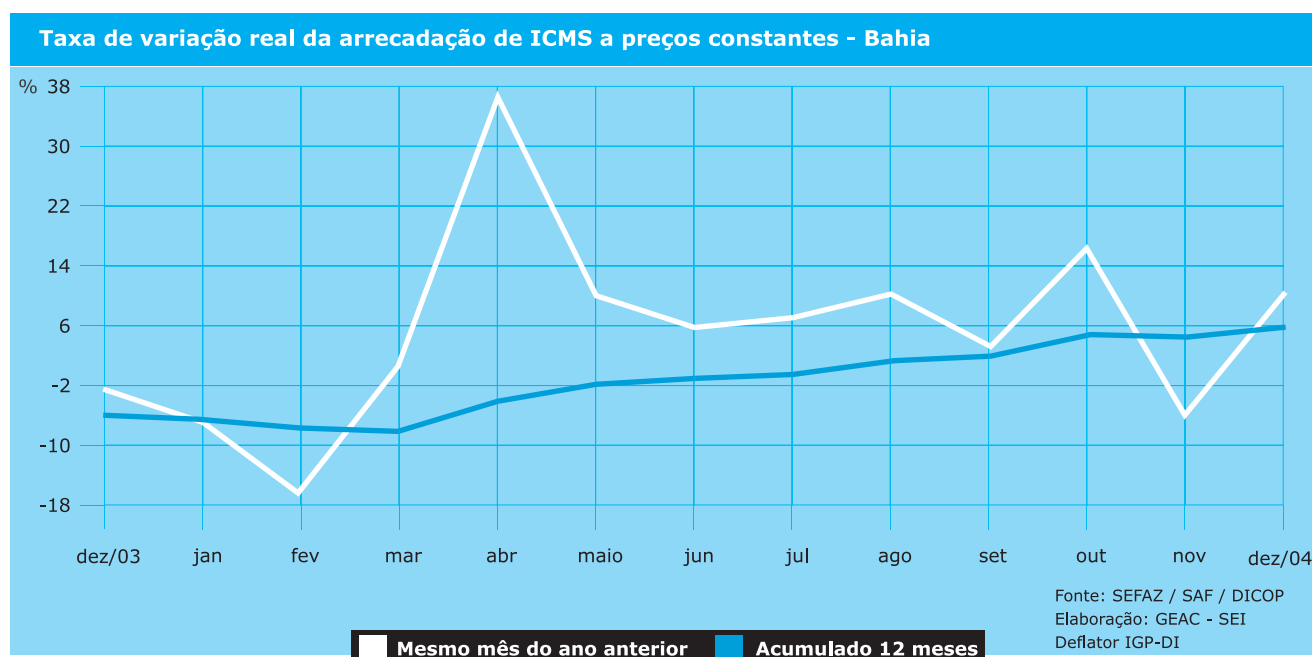
Balança comercial - Bahia



A balança comercial da Bahia registrou, em janeiro de 2005, um saldo superavitário de US\$ 96,6 milhões. As vendas externas alcançaram US\$ 360,5 milhões, o que representa 58% em relação a janeiro de 2004. Já as importações totalizaram US\$ 263,5 milhões, com crescimento de 51,5%. Os destaques nas vendas externas foram os países integrantes da ALADI, excluindo os países membros do Mercosul, destacando-se o México (108,4%).

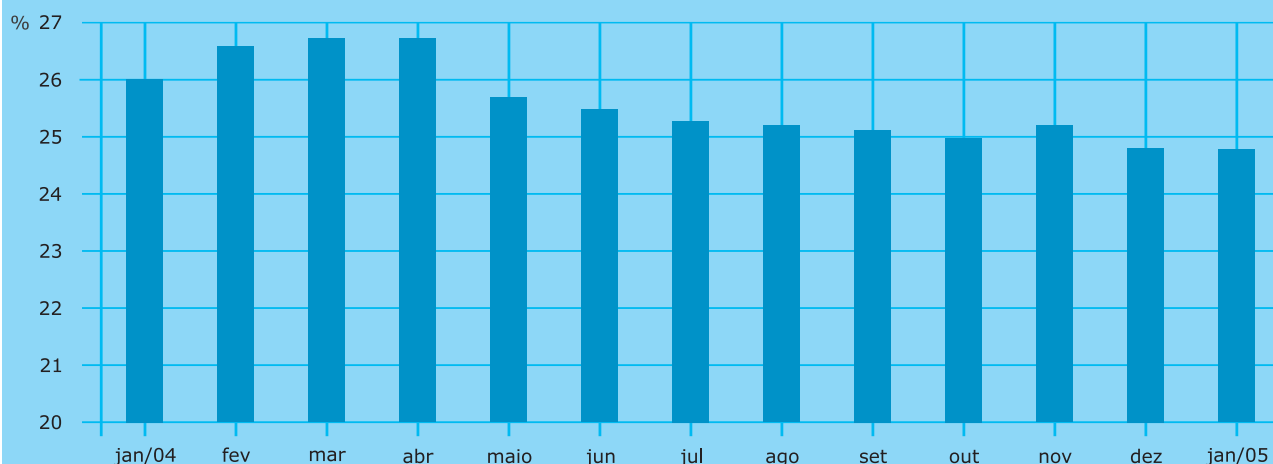


As exportações baianas por fator agregado registraram uma taxa positiva de 16,7% para a categoria de produtos básicos, nos últimos doze meses, o que representa a recuperação das vendas externas de matérias-primas. Mas o destaque foi para os produtos industrializados, que apresentaram variação nas vendas de 30,4%. Os produtos que se destacaram foram os automóveis, os derivados de petróleo, derivados de cobre e os químicos e petroquímicos.



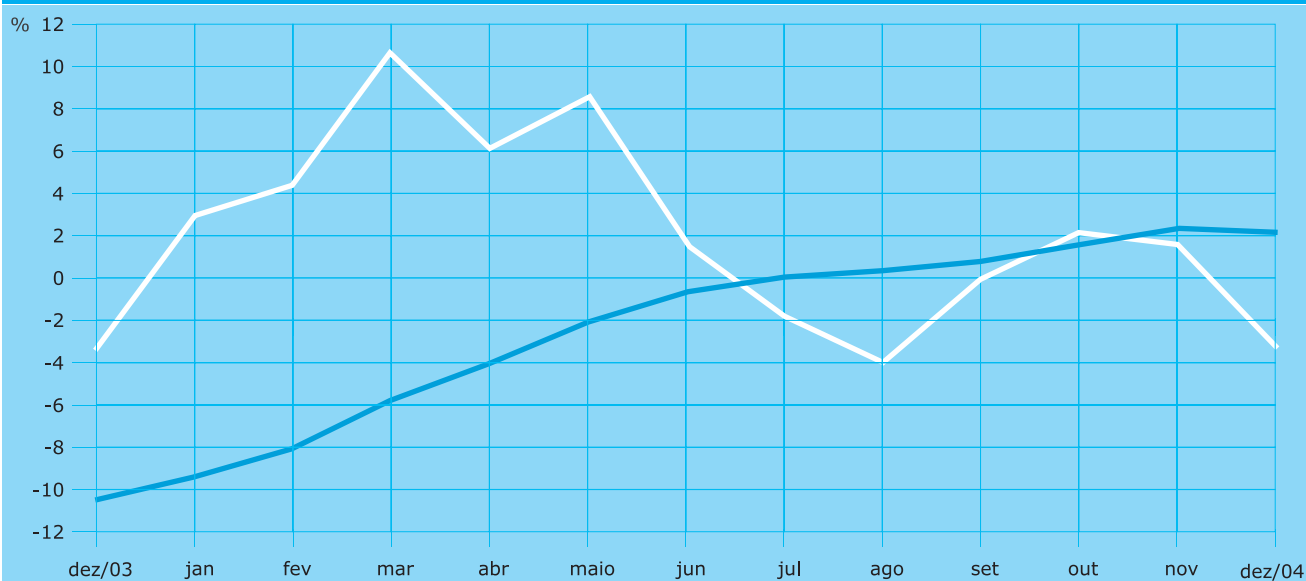
A arrecadação de ICMS, no estado da Bahia, alcançou R\$ 6.625,5 bilhões, com crescimento de 6,0% sobre o ano anterior. No mês de dezembro, a arrecadação foi de R\$ 610,1 milhões, com crescimento de 10,7% sobre o mesmo mês do ano anterior. Conforme se verifica na trajetória do acumulado dos 12 meses, a tendência para 2005 é de que a arrecadação mantenha o ritmo de crescimento verificado em 2004.

Taxa de desemprego total - RMS



Fonte: PED-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE
Elaboração: GEAC - SEI

Segundo os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED, a taxa de desemprego total na RMS alcançou 24,8% da População Economicamente Ativa (PEA), em janeiro de 2005, revelando estabilidade em relação a dezembro/04. A saída de 5 mil pessoas do mercado de trabalho compensou a redução de 4 mil postos de trabalho do período. Em janeiro/05, a PEA foi estimada em 1.693 mil pessoas, contra 1.698 mil pessoas de dezembro/04. O contingente de desocupados foi estimado em 420 mil pessoas e, o contingente de ocupados, em 1.273 mil pessoas.

Taxa de variação do rendimento médio real¹ - RMS

Fonte: PED-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE Elaboração: GEAC - SEI
¹Ocupados no trabalho principal

O rendimento médio real dos ocupados, na RMS, medido pelo índice dos rendimentos da PED, apresentou queda de -3,24% em dezembro de 2004, comparando-se a dezembro de 2003; no acumulado dos últimos 12 meses, observou-se taxa positiva de 2,32%. Entretanto, o rendimento real médio (nominal) auferido pelos ocupados situou-se em R\$ 650, uma queda de 3,3%, comparando-se com dezembro de 2003; na comparação com novembro/04, houve redução de 1,52%.

A lógica da contradição¹

Thiago Reis Góes*

Gabriel Oliveira Barbosa**

A política econômica adotada pelo governo Lula vem demonstrando uma certa “contradição”, pelo menos na conciliação dos objetivos que buscam, quais sejam crescimento econômico com estabilidade monetária e equilíbrio fiscal.

A política monetária adotada pelo Banco Central, que visa convergir a inflação para a meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional, causa impactos negativos na demanda agregada e nas contas públicas. O velho jargão de que ‘em economia não existe almoço grátis’, parece estar sendo levado ao pé da letra pelos diretores de política monetária do COPOM (Comitê de Política Monetária). O problema é que o ‘almoço’ pode custar caro.

A elevação da taxa básica de juros, a Selic, como instrumento de combate à inflação, causa impacto negativo nas contas públicas, aumentando a dívida interna. Esse impacto, de setembro de 2004 a janeiro de 2005 (2,25 p.p.) sobre a dívida pública (DPMFi), foi da ordem de R\$ 10 bilhões, visto que aproximadamente 57,77 % da DPMFi é indexada à taxa Selic (dezembro). Ou seja, a busca exagerada de atingir a meta de inflação para 2005, que é de 5,1% (ambiciosa, visto que o mercado já projeta inflação de 5,7%), causa efeitos nocivos na área fiscal, prejudicando uns dos tripés do objetivo do governo. A contradição da política monetária se torna mais evidente na medida que, por um lado, o governo gasta com juros cifras exorbitantes (no ano de 2004 a parcela de juros que incidiu sobre a dívida do setor público foi da ordem de R\$ 128 bilhões) e, do outro lado, promove um aperto fiscal de 4,61% do PIB em 2004, cortando despesas com educação, saúde, saneamento e investimento

em infra-estrutura, que seriam mais necessários para o desenvolvimento econômico-social.

A elevação da taxa de juros, além de afetar negativamente as contas públicas, tem efeitos nocivos sobre a demanda agregada, via duas frentes: a inibição dos investimentos e as exportações por meio da taxa de câmbio. Observa-se aí outra contradição: se, por um lado, a elevação da taxa básica de juros da economia inibe a expansão da inflação, por outro, contrai a demanda agregada, ao restringir o investimento, o que, conseqüentemente, pode vir a prejudicar a sustentação do crescimento econômico.

Ressalta-se, também, que a elevada taxa de juros atrai capitais de curto prazo e essa entrada de divisas no país implica a valorização do Real frente ao dólar. A desvalorização do dólar², fenômeno que já vem ocorrendo em todo o mundo devido aos déficits gêmeos dos EUA, pode prejudicar as exportações brasileiras e diminuir ainda mais a expectativa do saldo na balança comercial para este ano, que é de US\$ 27 bilhões, inferior ao saldo de 2004, da ordem de US\$ 33 bilhões. Ou seja, a elevada taxa de juros pode frear, justamente, o motor propulsor do crescimento econômico de 5% do PIB, verificado no ano passado.

Além das contradições internas que podem prejudicar o crescimento prolongado, no ambiente externo,

¹ Texto apresentado na reunião do NEC no dia 16/02/04.

* Graduando em Ciências Econômicas da FCE – UFBA e bolsista do NEC.

** Graduando em Ciências Econômicas da FCE – UFBA e bolsista do NEC.

² No ano de 2004 o dólar se desvalorizou aproximadamente 8% em relação ao Real.

o ritmo de crescimento da economia mundial deve diminuir em 2005. Os fatores que podem contribuir para o menor crescimento global são os preços altos e voláteis do petróleo e as incertezas quanto ao aperto monetário dos EUA, que pode elevar a taxa de juros, diminuindo a liquidez internacional. O Banco mundial prevê que a expansão econômica mundial ficará em 3,2%, enquanto que, em 2004, o crescimento deve ser de 4%.

Além das contradições internas que podem prejudicar o crescimento prolongado, no ambiente externo, o ritmo de crescimento da economia mundial deve diminuir em 2005

O governo fala em crescimento sustentado, mas é justamente o crescimento da demanda agregada que preocupa os diretores de política monetária do COPOM, no que se refere ao cumprimento da meta de inflação. Tal preocupação está explícita no conteúdo da última ata (104ª reunião) do Comitê de Política Monetária.

Na referida ata, o Bacen voltou a indicar que o processo de elevação dos juros, iniciado em setembro, ainda não havia encerrado. O objetivo seria mirar na meta estabelecida para este ano. Para os membros do COPOM, o bom desempenho da economia brasileira tem feito com que o ritmo de expansão global fique acima do esperado e, este forte crescimento, ameaça o cumprimento das metas de inflação.

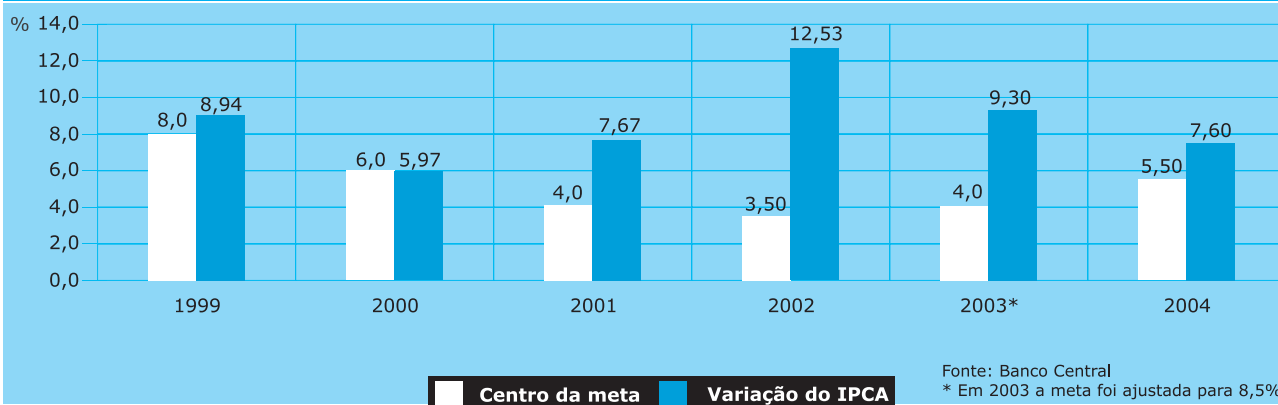
Alguns fatores, entretanto, representam riscos ao processo de convergência da inflação para a trajetória de metas ao longo dos próximos meses, em resposta ao movimento de elevação da taxa de juros básica. Em primeiro lugar, há possibilidade de que os fatores de autopropagação, que estão adquirindo importância crescente na sustentação do processo de crescimento, impulsionem a demanda agregada mais do que o previsto nos exercícios de projeção.[...]. Em segundo lugar, a resistência da inflação à queda, dadas as condições vigentes de demanda agregada, também pode se revelar mais intensa do que estimado, a partir dos dados disponíveis para a economia brasileira. A tendência recente de aceleração dos núcleos de inflação e, nesse contexto de pressão inflacionária, as revisões para cima no nível projetado da série de produção industrial, podem representar sinais incipientes de agravamento desses riscos. (Ata da 104ª reunião do COPOM).

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulou alta de 7,6%, em 2004, 0,4 ponto percentual abaixo do teto de tolerância fixado pelo CMN, que era de 8%³. Após três anos, o IPCA fecha o ano dentro da meta estabelecida pelas autoridades monetárias. O gráfico abaixo nos mostra as metas estabelecidas pelo CMN para o IPCA e suas respectivas variações desde 1999, quando adotou-se o sistema de metas de inflação. Ressalta-se que, durante o período de 1999 a 2002, as metas possuíam margens de tolerância de 2 pontos percentuais, para cima ou para baixo, e que a partir de 2003 a margem passou para 2,5 p.p..

O IPCA, em 2004, foi impulsionado, principalmente, pelos grupos cujos preços são administrados ou mo-

³ A meta para a inflação fixada pelo CMN para 2004 era de 5,5%, com uma margem de tolerância de 2,5 p.p para cima ou para baixo.

Metas de inflação e variação do IPCA



Um importante fator que contribuiu para o IPCA ficar dentro da meta estabelecida pelo CMN foi a desvalorização do dólar frente ao Real

nitorados pelo governo. Nesse ano, as tarifas públicas, junto com combustíveis e produtos que usam aço, pressionaram bastante o índice. A tarifa de telefone fixo elevou-se 14,76%, contribuindo para 0,48 p.p. para o IPCA. A energia elétrica variou 9,64%, tendo impacto de 0,44 p.p. no índice. A gasolina subiu 14,64% nas bombas, representando 0,59 p.p. no IPCA, devido à alta do preço do petróleo, que levou a Petrobras a reajustar três vezes o valor da gasolina nas refinarias. Ressalta-se que todos os preços administrados, somados, causaram impacto de 2,94 p.p. no IPCA, ou seja, representaram 38,7% do índice.

Um importante fator que contribuiu para o IPCA ficar dentro da meta estabelecida pelo CMN foi a desvalorização do dólar frente ao Real, visto que alguns itens, que formam o IPCA, são fortemente influenciados pelo câmbio, como as tarifas públicas e os produtos que usam commodities na sua composição.

As famílias com renda mensal de um a oito salários mínimos sofreram menos com a inflação, em 2004, que aquelas com renda de um a 40 salários mínimos. Isso porque o Índice Nacional de Preços ao Consumidor

(INPC), que mede o comportamento dos preços entre as famílias com renda mais baixa, ficou em 6,13% no acumulado do ano. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o motivo de queda da inflação na camada de famílias com renda mais baixa foi o fato de que os itens que registraram aumento de preços têm peso menor no consumo dessas famílias, como, por exemplo, os combustíveis.

Os IGPs, calculados pela FGV (Fundação Getúlio Vargas), foram pressionados pelo choque do petróleo e pela alta dos preços do aço, no ano de 2004. O IGP-M⁴ fechou o ano passado com alta de 12,41%, superando a elevação de 2003, cujo índice registrou alta de 8,71%. Os preços no atacado foram os que mais pressionaram o IGP-M. O IPA registrou alta de 15,09%, o INCC variou 10,94% e o IPC acumulou alta de 6,2%.

O IGP-DI⁵, também calculado pela FGV (índice que corrige as tarifas), fechou 2004 com alta de 12,14%, superando a taxa registrada em 2003, que foi de 7,67%. As maiores altas ocorreram no atacado. O IPA subiu 14,67% sob impacto, principalmente, de combustíveis, aço e derivados e resinas plásticas, que registraram alta de 19,57%, 57,66% e 49,83%, respectivamente. O IPC variou 6,27% devido à influência benéfica dos alimentos como arroz e derivados de soja. Justamente pelo fato dos índices de preços no atacado terem

⁴ O IGP-M é composto por três índices: IPA (Índice de Preço por Atacado), IPC (Índice de Preços ao Consumidor) e o INCC (Índice Nacional de Custo da Construção Civil). Os índices têm peso de 60%, 30% e 10%, respectivamente.

⁵ O IGP-DI também é composto pelo IPA, IPC e INCC.

Evolução mensal dos índices de preços (%)

Período	INPC	IPCA	IGP-DI	IGP-M	IPC-Fipe
Jan 2004	0,83	0,76	0,8	0,88	0,65
Fev	0,39	0,61	1,08	0,69	0,19
Mar	0,57	0,47	0,93	1,13	0,12
Abr	0,41	0,37	1,15	1,21	0,29
Mai	0,4	0,51	1,46	1,31	0,57
Jun	0,5	0,71	1,29	1,38	0,92
Jul	0,73	0,91	1,14	1,31	0,59
Ago	0,5	0,69	1,31	1,22	0,99
Set	0,17	0,33	0,48	0,69	0,21
Out	0,17	0,44	0,53	0,39	0,62
Nov	0,44	0,69	0,82	0,82	0,56
Dez	0,86	0,86	0,52	0,74	0,67
Acumulado em 2004	6,13	7,6	12,14	12,41	6,57

Fonte: IBGE, Fipe e FGV

registrado maiores altas, pode haver repasse dos aumentos do atacado para o varejo, podendo, assim, pressionar os índices de preços ao consumidor. Tal fato é uma fonte de preocupação do Bacen.

Em janeiro, os principais índices de preços apresentaram variação menor do que a de dezembro. O recuo na taxa de inflação pode ser justificado pela desaceleração no atacado.

A inflação medida pelo IGP-DI recuou para 0,33% em janeiro. O IPA registrou alta de 0,08% no referido mês. A deflação nos preços dos combustíveis para produção contribuiu para a redução da taxa: passaram de 0,92%, em dezembro, para -0,14%, em janeiro. Já o IPC avançou de 0,63% em dezembro, para 0,85% em janeiro. As principais influências vieram dos grupos Alimentação, Educação, Leitura e Recreação, que têm aumentos sazonais no começo do ano. O primeiro, em razão de fatores climáticos, passou de 0,48% para 1,17%. Os custos na construção civil foram influenciados pelos itens materiais, serviços e mão-de-obra. Com isso, o INCC (Índice Nacional de Custo da Construção) apurou alta de 0,75% em janeiro, ante uma variação de 0,51% em dezembro.

O IGP-M também apresentou queda em janeiro: o índice teve variação de 0,39%, quase a metade da variação registrada em dezembro, de 0,74%. Entre os índices que compõem o IGP-M, o de preços por atacado (IPA) ficou em 0,20%. No varejo, o IPC teve aceleração de 0,58% em dezembro, para 0,80%, assim como o INCC, que passou de 0,61%, para 0,70%.

Em janeiro, o IPCA teve variação de 0,58%, uma taxa de 0,28 ponto percentual menor que a de dezembro (0,86%). Os preços dos alimentos aumentaram 0,78%, mais do que em dezembro, quando a alta foi de 0,65%. Isso, devido aos produtos sensíveis ao clima, que se destacaram com fortes aumentos.

Mesmo com a alta dos alimentos, o IPCA recuou em relação a dezembro, pois itens importantes tiveram variações menores em janeiro, e a gasolina foi o principal deles: enquanto o IPCA de dezembro absorveu uma alta de 5,06% nesse item, o de janeiro absorveu variação quase insignificante (0,06%), segundo dados do IBGE.

No que se refere à política fiscal, os resultados são expressivos: houve recorde de arrecadação, a relação dívida pública/PIB – que chegou a bater mais de

58% no início do governo Lula –, hoje se encontra no patamar de pouco mais de 51%. A queda dos juros, ao longo de 2003, a valorização da moeda frente ao dólar, a mudança na composição da dívida mobiliária – que corresponde à maior parte da dívida –, o surpreendente crescimento do PIB e o aumento da meta de superávit fiscal primário para 4,5% do PIB, contribuíram para o resultado.

No que se refere à política fiscal, os resultados são expressivos: houve recorde de arrecadação, a relação dívida pública/PIB hoje se encontra no patamar de pouco mais de 51%

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 342,4 bilhões em 2004, contra R\$ 289,7 bilhões em 2003. No que se refere às receitas administrativas, os principais fatores foram as mudanças tributárias, nas alíquotas ou na forma de cobrança. Foram introduzidos tributos sobre os insumos importados não-sujeitos a cumulatividade, a ampliação base de arrecadação da Cofins a todos os produtos importados, o aumento da alíquota da mesma Cofins sobre entidades financeiras, o aumento da CSLL sobre as prestadoras de serviço e o aumento do IPI-fumo. Além disso, foram adotadas algumas medidas de combate à sonegação, como a retenção na fonte da Cofins, do PIS e do IRPJ.

Em contradição a isso, houve redução do IPI sobre bens de capital, redução das alíquotas da previdência complementar para planos com prazos de retenção maiores; modificação na cobrança de tributos sobre algumas aplicações financeiras, reduzindo a carga para investimentos mais longos; desoneração de alguns elementos da cesta básica e de alguns produtos, dos quais depende o agronegócio, tais como sementes e fertilizantes. As demais receitas do tesouro subiram de R\$ 34,3 bilhões, em 2003, para R\$ 45,1 bilhões, em 2004.

A arrecadação recorde levou à acusação de parte de políticos, economistas e empresários, do possível aumento da carga tributária, fato já admitido pelo governo. Então, o crescimento não foi, portanto, o único responsável por tal resultado. A carga tributária, hoje, é estimada em mais de 38% do PIB.

As despesas ditas discricionárias de custeio e investimento tiveram aumento em 2004, com destaque para os Ministérios da Saúde, Defesa, Desenvolvimento Agrário e Transportes. Suas despesas cresceram, respectivamente, R\$ 4,9 bilhões, R\$ 955,2 milhões, R\$ 744 milhões (97%) e R\$ 1,1 bilhão.

Praticamente dois terços do aumento das despesas discricionárias ocorreu no item custeio, concentradas nos Ministérios do Desenvolvimento Social e da Saúde. No caso da Saúde, adicionalmente ao aumento global, R\$ 300 milhões foram devidos à retirada das despesas do Bolsa-Família do Orçamento da Saúde. Parte do aumento das despesas do Desenvolvimento Social também se deveu à transferência, para esse órgão, dos programas Vale-Gás e Fome Zero. Esses dados demonstram a continuidade do teor assistencialista dos assim chamados gastos sociais do governo. Contudo, o percentual de execução do limite de pagamentos dos ministérios ligados à área social atingiu 97,5%, um bom número.

Quanto aos investimentos, saltaram de R\$ 5,1 bilhões, em 2003, para R\$ 9,1 bilhões, em 2004, com crescimento de 77,9%. Se, por um lado, esse salto não foi nada desprezível, por outro, ele ainda é insuficiente para sustentar o crescimento do PIB de forma prolongada. Com a aprovação das PPP's, espera-se que os investimentos privados surjam, mas ainda há muita controvérsia. O fato concreto é que o crescimento do investimento privado, em 2004, foi estimulado pelo crescimento do investimento público, que começou a crescer no segundo semestre de 2003, principalmente por parte dos bancos de fomento públicos, destacando-se o BNDES. A tradição brasileira mostra que os agentes privados exitam em assumir riscos, só investindo de forma mais expressiva após o setor público ir "na frente", assumindo os riscos maiores.

A dívida líquida do Tesouro Nacional alcançou R\$ 405,6 bilhões em dezembro, perfazendo 23% do PIB dos últimos 12 meses. Em relação ao mesmo mês do ano anterior, houve redução de 2,2 pontos percentuais. A composição da dívida mobiliária vem seguindo a tendência de aumento dos títulos prefixados, que chegaram a 20,5% do total em dezembro; os indexados ao câmbio seguem em queda livre, chegando a 3,5%. Devido à mudança da composição, o prazo médio da DPMFi passou de 32,04 meses, em dez/2003, para 28,29, em dez/2004, e o custo médio diminuiu fortemente, indo de 18,4% ao ano, para 16,4% ao ano, ajudado pela valorização da moeda.

Para o cumprimento das regras do SFH (Sistema Financeiro Habitacional), os bancos e demais instituições financeiras teriam que direcionar R\$ 12 bilhões em crédito para o setor; mas, no ano passado, só foram investidos pouco menos de R\$ 3 bilhões. Os agentes financeiros privados reclamam, pedindo regras de transição: alegam que o brusco aumento na oferta aumentaria a inadimplência. O mais provável é que, de fato, o crédito direcionado para o setor aumente, possivelmente dobre em relação ao ano passado, ainda longe de cumprir a meta.

Os bancos privados voltarão a dividir o risco com o BNDES, este ano, nos financiamentos de operações diretas para grandes projetos. Essa prática havia sido suspensa na gestão de Carlos Lessa, que criticava os altos spreads bancários, com os quais não queria dividir o, segundo ele, "filé mignon" dos empréstimos do banco. Os defensores da medida argumentam que ela permitiria a continuidade dos empréstimos a grandes empresas, como Petrobras e Embraer, que estão com seus limites de financiamento em relação ao patrimônio do banco quase estourados, por conta do Acordo de Basiléia.

Os bancos cumpriram apenas metade das aplicações obrigatórias em microcrédito em 2004. Segundo o Bacen, a cifra emprestada pelas instituições financeiras equivale a apenas 38,46% do R\$ 1,3 bilhão que deveria ser direcionado ao seguimento. Luiz José Bueno Aguiar, da Abcred, associação que reúne entidades do microcrédito, afirmou que "o direcionamento de recursos para o microcrédito, como inicialmente desenhado, era a crônica de uma morte anunciada", devido à experiência nula dos bancos no segmento e ao desinteresse de boa parte do sistema em desenvolver tecnologia para atuar na área.

Conclusão

Como obter, então, crescimento econômico, com equilíbrio fiscal, com uma política monetária contractionista, cujo instrumento utilizado – elevação da taxa de juros – afeta de forma negativa as contas públicas e inibe a demanda agregada? O que vem a ser crescimento sustentado tão defendido pelo governo? Tais perguntas são pertinentes na medida que se observa uma "contradição" na conciliação dos objetivos do governo. A política de elevação da taxa de juros, como forma de combater a inflação, vem demonstrando ser desnecessária, devido à própria característica da in-

A política de elevação da taxa de juros, como forma de combater a inflação, vem demonstrando ser desnecessária, devido à própria característica da inflação

flação, que é uma inflação de custo, pressionada pela elevação dos preços, administrados ou monitorados por contratos. O que parece estar se evidenciando é que o instrumento mestre de política econômica, o controle da taxa de juros, não está sendo eficiente no seu propósito de derrotar a inflação.

Destaca-se que a função de qualquer Banco Central é assegurar as propriedades da moeda, dentre elas a reserva de valor e a moeda como poder de troca. Portanto, é função de qualquer Banco Central se preocupar com a inflação. No entanto, o extremismo monetário do Bacen, que em suas reuniões mensais se restringe somente à análise das suas expectativas para a trajetória da inflação, ao contrário do FED, por exemplo, que leva em conta em suas decisões o nível

de emprego e o de atividade, pode dificultar a “entrada” do Brasil numa rota de crescimento prolongado.

O aperto fiscal continua e, juntamente com a alta dos juros, pode vir a frustrar as expectativas de investimento dos agentes, o que pode representar uma descontinuidade do crescimento verificado em 2004. Os agentes privados, cada vez menos dispostos a assumir riscos, não parecem estar dispostos a financiar o desenvolvimento da economia brasileira, ao menos não num ambiente onde o ganho financeiro parece certo, alto e seguro.

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: < www.bcb.gov.br >. Acesso em: 13 fev. 2005.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Disponível em: < www.fazenda.gov.br >. Acesso em: 13 fev. 2005.

FARHI, Maryse. Metas de inflação e o medo de crescer. *Política Econômica em Foco*. Moeda e finanças privadas, Campinas, n. 4, maio/out. 2004.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Disponível em: < www.fgv.br >. Acesso em: 12 fev. 2004.

IBGE. Disponível em: < www.ibge.gov.br >. Acesso em: 14 fev. 2005. ■

Desempenho do Mercado de Trabalho em 2004

Edelcique Machado Serra*

Este artigo pretende analisar o mercado de trabalho em 2004. Para tanto serão utilizadas duas fontes: a) o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, do MTE, através do saldo (diferença entre admitidos e desligados para a Bahia, RMS e os dez principais municípios baianos) – ressalte-se que o CAGED trabalha com o mercado formal; e b) a PME do IBGE, que trabalha com o mercado formal e informal para as seis principais regiões metropolitanas.

O mercado formal de trabalho em 2004 acusou para a Bahia um saldo (diferença entre admitidos e desligados) da ordem de 52.724 novos postos de trabalho, esse número foi bastante superior ao observado em 2003, ocasião na qual se obteve um saldo positivo de 26.502 postos de trabalho (Tabela 1).

Tabela 1
Distribuição do saldo (admitidos-desligados) por setor de atividade
BAHIA – 2003/2004

Setores	Anos			
	2003	%	2004	%
Extrativo mineral	1.310	4,94	821	1,56
Ind. de transformação	6.877	25,95	14.686	27,85
Serv. ind. util. Pública	371	1,40	-463	-0,88
Construção civil	-3.067	-11,57	187	0,35
Comércio	7.486	28,25	14.648	27,78
Serviços	8.658	32,67	20.957	39,75
Administração pública	6	0,02	-1.856	-3,52
Agropecuária	4.846	18,29	3.744	7,10
Outros	15	0,06	0	0,00
Total	26.502	100	52.724	100

Fonte: MTE/CAGED- Lei 4923-65

Em termos de ramos de atividade, o comportamento do mercado formal de trabalho, em 2004, foi bem melhor do que aquele verificado em 2003, apesar de dois setores apresentarem saldo negativo: serviços industriais de utilidade pública (-463) e administração pública (-1.856). Em 2004, dois setores de atividade

apresentaram melhor desempenho: o setor serviços, com 20.957 novas vagas de trabalho, sendo que, em 2003, o saldo positivo ficou na casa de 8.658 novas vagas – o turismo tem muito a ver com esse bom desempenho –; e a indústria de transformação, com 14.686 novos postos de trabalho em 2004, sendo que, em 2003, ficou em torno de 6.877.

Esse fato deve-se ao crescimento da indústria baiana de transformação em 2004 que, segundo a SEI, estima um crescimento na ordem de 15%, em termos de valor agregado. Os subsetores da indústria de transformação que mais criaram empregos foram a indústria de calçados, com 4.739 novos postos de trabalhos, e a indústria de material de transporte, com 1.712 novas vagas. A indústria química criou 1.599 vagas, ficando em terceiro lugar.

Na Região Metropolitana de Salvador, destaca-se o significativo saldo positivo observado em 2004 que foi de 23.824 novos postos de trabalho (Tabela 2),

Tabela 2
Distribuição do saldo (admitidos-desligados) por setor de atividade
RMS-2003/2004

Setores	Anos			
	2003	%	2004	%
Extrativo mineral	22	0,38	142	0,60
Ind. de transformação	317	5,52	5.238	21,99
Serv. ind. util. Pública	97	1,69	-256	-1,07
Construção civil	-2.845	-49,51	812	3,41
Comércio	2.300	40,03	5.829	24,47
Serviços	5.891	102,52	12.949	54,35
Administração pública	9	0,16	-934	-3,92
Agropecuária	-46	-0,80	44	0,18
Outros	1	0,02	0	0,00
Total	5.746	100	23.824	100

Fonte: MTE/CAGED- Lei 4923-65

* Economista e analista técnico da SEI. edelcique@sei.ba.gov.br

ao passo que, em 2003, a criação de vagas ficou ao redor de 5.746.

A maior parte dos setores de atividade, na RMS, apresentou comportamento positivo. O grande destaque foi o setor de construção civil, que passou de um saldo negativo, em 2003, de -2.845, para a criação de 812 novas vagas em 2004. Esse fato foi causado pelas obras verificadas no âmbito turístico. O setor que mais criou novos postos em 2004 na RMS foi serviços, com um total de 12.949; em seguida se situa o comércio com um saldo positivo de 5.829. A indústria de transformação vem logo após, em terceiro lugar, com cerca de 5.238 novas vagas. Com referência aos dez principais municípios baianos, nota-se que a grande maioria apresentou um saldo, em 2004, que além de ser positivo foi superior ao ocorrido em 2003 (Tabela 3).

Tabela 3
Distribuição do saldo (admitidos-desligados) dos principais municípios baianos, 2003/2004

Municípios	Anos			
	2003	%	2004	%
Alagoinhas	501	1,89	943	1,79
Barreiras	604	2,28	531	1,01
Camaçari	2.627	9,9	14.989	9,46
Feira de Santana	16	0,06	2.466	4,68
Ilhéus	469	1,77	1.008	1,91
Itabuna	318	1,20	503	0,95
Jequié	-84	-0,32	225	0,43
Lauro de Freitas	1.752	6,61	4.603	8,73
Simões Filho	-315	-1,19	-3.238	-6,14
Vitória da Conquista	-63	-0,24	1.668	3,16
Bahia	26.502	100	52.724	100

Fonte: MTE-CAGED – Lei 4923/65

O município do interior do estado que apresentou o maior saldo positivo, em 2004, foi Camaçari, com cerca de 4.989 novos postos de trabalhos; em 2003, o saldo foi de 2.627. O ramo de atividade que mais criou novas vagas, em 2004, em Camaçari, foi a indústria de transformação, com um saldo positivo de 2.365 vagas. Esse resultado confirma a posição desse município como maior Pólo Industrial da Bahia.

Lauro de Freitas se colocou em segundo lugar, com a geração de 4.603 novas vagas em 2004, ao passo que, em 2003 (a diferença entre admitidos-desligados = saldo), foi de 1.752. O setor de atividade que acusou o maior saldo positivo em Lauro de Freitas foi o de

O emprego formal tem crescido nos últimos anos, principalmente em cidades do interior

serviços, com a geração de 3.204 novas vagas. Além do aumento da população, deve-se ressaltar as baixas alíquotas de ISS em relação a outros municípios próximos como fator impulsionador para as atividades de comércio e serviços na região.

O emprego formal tem crescido nos últimos anos, principalmente em cidades do interior. Com efeito, um estudo publicado no Boletim do Mercado de Trabalho, do IPEA, de maio de 2004, demonstra que a taxa de formalização vem evoluindo paulatinamente desde 1992 até 2002, em volta de 40% para 42% ao ano. Para o autor da pesquisa, o sociólogo Luís Henrique Paiva, “as principais causas dos números positivos são o franco crescimento dos agronegócios em todo o país e a migração de indústrias para o interior do país, em busca de benefícios fiscais, sindicatos menos fortes e barateamento dos custos de mão-de-obra e operação” (TRABALHO FORMAL..., 2004).

Os números positivos do CAGED são confirmados pela Pesquisa Mensal de Emprego realizada pelo IBGE, pois o percentual de pessoas ocupadas, em relação à PEA, ou seja, a taxa de ocupação das seis principais regiões metropolitanas brasileiras em 2004, foi de 88,53%, portanto superior ao percentual verificado em 2003 (87,68%). Esse fato é observado em todas as regiões metropolitanas (Tabela 4): a que acusou maior taxa de ocupação foi Porto Alegre, com 91,36%; em seguida, Rio de Janeiro, com 91%. A Re-

Tabela 4
Taxa de ocupados (média) principais regiões metropolitanas - RMs - 2003/2004

Regiões metropolitanas	Anos	
	2003	2004
Recife	86,23	87,32
Salvador	83,3	183,98
Belo Horizonte	89,17	89,38
Rio de Janeiro	90,81	91,00
São Paulo	85,93	87,38
Porto Alegre	90,54	91,36
Total das RMs	87,68	88,53

Fonte: IBGE/PME

gião Metropolitana de Salvador, apesar de ostentar a menor taxa de ocupação, 83,98%, apresentou uma evolução em relação a 2003, quando esse número ficou por volta de 83,31%.

Com referência à taxa de desocupação, houve um recuo, em 2004 com relação a 2003, pois essa taxa, que nesse ano era de 12,32% no total das RMS, diminuiu para 11,48% em 2004. Cimar Pereira, coordenador da PME, diz que tal fato ocorreu porque “o mercado de trabalho em 2004 acompanhou e refletiu o desempenho da economia” (DESEMPREGO..., 2004).

A região metropolitana que ostentou a maior taxa de desocupação, em 2004, foi a de Salvador, com uma taxa média de 16,03%, quando, em 2003, esse número foi de 16,69% (tabela 5), havendo, assim, um decréscimo. A RMS continua, portanto, apresentando as maiores taxas de desocupação do país, porém isso não se constitui em um grande problema. Uma das principais razões para essa alta taxa é o fato da PEA apresentar, estruturalmente, um crescimento superior aos ocupados, que é variável relevante no problema do desemprego. Nessa variável houve um aumento de 58.000 postos de trabalho, pois o número de ocupados, que em dezembro de 2003 era de 1.307.000, passa para 1.365.000 em dezembro de 2004, segundo a PME. O crescimento econômico pelo qual passa a economia baiana tem levado ao aumento efetivo do número de ocupados, porém a PEA tem sido mais elevada, estimulada pelo ingresso da mulher no mercado de trabalho, pela migração de outros municípios e pelo aumento populacional.

É necessário que se estimule o surgimento de cidades de porte médio, para que a PEA do interior fique

Tabela 5
Taxa de desocupação (média) nas principais Regiões Metropolitanas RMS - 2003/2004

Regiões metropolitanas	Anos	
	2003	2004
Recife	13,77	12,68
Salvador	16,69	16,03
Belo Horizonte	10,83	10,63
Rio de Janeiro	9,19	9,03
São Paulo	14,08	12,63
Porto Alegre	9,46	8,64
Total das RMS	12,32	11,48

Fonte: IBGE/PME

O crescimento econômico pelo qual passa a economia baiana tem levado ao aumento efetivo do número de ocupados

em sua região, criando pólos onde o trabalho seja incrementado, e a população não venha para a RMS e aumente, por conseguinte, a taxa de desocupação.

No que tange a distribuição setorial da população ocupada na RMS (Média), os dados da PME, divulgados na tabela 6, indicam que, em 2004, comércio e serviços, juntos, possuíam o maior contingente de mão-de-obra ocupada, com um percentual de 80,03%. A indústria de transformação, produção, distribuição de energia, gás e água, que é um dos setores líderes da economia baiana, absorveu apenas 10,80% do pessoal ocupado.

Tabela 6
Distribuição setorial da população ocupada na RMS - 2003-2004

Ramos de atividade	Anos	
	2003	2004
Ind. ext. de transf. prod. dist. De energia, gás e água	10,88	10,80
Construção	8,67	8,42
Administração pública	18,22	18,05
Comércio, repres. veíc. obj. pes. domésticosvar. Combustíveis	21,30	21,42
Int. financ. e ativ. imob. alug. e serviços prestados a empresas	12,75	12,76
Serviços domésticos	9,34	9,25
Outros serviços	17,83	18,55
Outras atividades	1,02	0,75

Fonte: IBGE/PME

A Administração pública foi responsável pela absorção de 18,05% do pessoal ocupado em 2004. Um fato que chama a atenção é que o serviço doméstico ocupa por volta de 9,25% do pessoal ocupado na RMS. Esse percentual é superior ao observado na construção, que ficou em torno de 8,42%, e se aproxima daquele observado na indústria (10,80%). A significativa participação do serviço doméstico na RMS deve-se

ao fato do baixo nível de qualificação de mão-de-obra exigido para exercer tal atividade.

No que concerne à posição da ocupação da RMS, os dados da tabela 7 acusam que somente 41,59% possuía carteira assinada em 2004 (média), número ainda inferior ao observado em 2003 (42,47%). Este fato é estrutural e persiste desde os tempos da velha PME. O elevado número de trabalhadores sem carteira assinada é um dos principais fatores que contribui para o aumento do déficit da previdência social (INSS).

Tabela 7
Posição da ocupação na RMS - 2003/2004

Posição na ocupação	Anos	
	2003	2004
Empregado c/ carteira assinada	42,47	41,59
Empregado s/ carteira assinada	22,00	21,17
Conta própria	22,38	24,50
Empregadores	4,68	4,39
Empregado ¹	71,86	70,27
Trabalhadores não-remunerados	1,02	0,83

Fonte: IBGE/Nova PME

¹ Inclui, além dos empregados com carteira assinada, os servidores públicos, militares e outros sem carteira.

Os empregados sem carteira assinada representam um percentual de 21,17%, em 2004, enquanto os em-

pregados, em geral, se constituem 70,27% da mão-de-obra ocupada na RMS, apontando uma diminuição do percentual em relação a 2003, quando esta percentagem alcançou 71,86%.

As perspectivas do mercado para a Bahia, em 2005, são promissoras. Existe a possibilidade de implantação de 13 novos empreendimentos, que podem gerar 20.000 novas vagas no estado, com destaque para a indústria e serviços. O Superintendente da SEI, César Vaz, anunciou que “a economia baiana poderá crescer, em 2005, em índices superiores aos nacionais. Em 2004 foi feita uma estimativa de aumento do PIB de 8,5%, pela SEI, superior ao nacional, que ficou por volta de 5% para o Brasil e deverá ser assim também este ano, em função de empreendimentos em setores como turismo e a indústria. Se os indicadores se mantiverem em alta, o mercado de trabalho terá um ano muito promissor” (AS CHANCES....., 2005).

REFERÊNCIAS

TRABALHO FORMAL cresce a 42% ao ano. A Tarde, 12/05/2004, pg.11.

DESEMPREGO cai e salário perde menos, Tribuna da Bahia, 26/01/2004, pg.11.

AS CHANCES de Emprego em 2005, A Tarde, 02/01/2005, pg.11. ■



Agricultura familiar na Bahia e no Paraná: uma abordagem através dos sistemas de produção*

Arno Paulo Schmitz**

Este artigo analisa algumas diferenças identificadas na agricultura familiar da Bahia e do Paraná, mais especificamente representadas pelos municípios de Ilhéus e Irecê, na Bahia, e Francisco Beltrão, no Paraná. Este estudo não esgota a totalidade dos sistemas de produção executados nos dois estados: tão somente procura abordar um pequeno território onde se explora a agricultura familiar. Entretanto, a escolha dos municípios se deu de forma a contemplar os sistemas de produção mais recorrentes nos dois estados.

O método norteador do estudo é a análise-diagnóstico de sistemas agrários, uma vez que explora a diversidade e complexidade da atividade rural, além de tornar possível a extração de conclusões derivadas da comparação de sistemas de produção. Esses sistemas são considerados uma abordagem mais complexa das relações do sistema produtivo e envolvem o modo de exploração agrícola de acordo com as premissas historicamente constituídas e duráveis. Nesse sentido, um sistema agrário avalia as técnicas agrícolas utilizadas em conformidade com a exposição das forças produtivas, considerando suas adaptações às condições bioclimáticas de um dado espaço e sua compatibilidade com as necessidades sociais e situações enfrentadas pelos produtores em cada período de tempo (DUFUMIER, 1996).

Um modo de exploração agrícola é produto específico do trabalho que utiliza uma combinação apropriada dos meios de produção, para explorar e reproduzir um meio cultivado descendente do meio original, dadas as transformações sucessivas sobre o passado historicamente constituído. Essa combinação forma um sistema, em consequência do meio cultivado ter sido composto, geralmente, por espaços explorados de maneira distinta e ou complementar, conforme o caso. Por causa do trabalho, esses sistemas são constituídos também por um sistema de instrumentos coerentes, necessários e suficientes para conduzir os cultivos e criações compatíveis com o estado eco-

lógico do meio. Além disso, por esta razão, tem-se um sistema de instrumentos necessários e suficientes para explorar o meio, mas igualmente necessários e suficientes para reproduzir sustentavelmente as condições de produção, fertilidade e os insumos necessários à produção.

Entretanto, a coerência interna de um modo de exploração do meio conduz a um retorno a si próprio das condições técnicas, econômicas e sociais de produção. Os meios de produção e os instrumentos são produtos da manutenção e reprodução de uma divisão específica do trabalho correspondente à configuração das forças produtivas. Essa divisão social do trabalho não é a mesma em cultivos manuais, em cultivos subordinados a outros sistemas de produção, ou em cultivos com uso de mecanização.

A possibilidade ou não de desenvolvimento e, conseqüentemente, das condições de existência de um modo qualquer de exploração do meio, depende de informações da propriedade da terra, da produção, das mudanças sociais e de mudanças diversas (mercado, tecnológicas e outras) em geral. Portanto, um sistema agrário é definido como uma combinação característica de variáveis essenciais: o meio cultivado (original + transformações historicamente constituídas); os instrumentos de produção (força de trabalho física e intelectual, ferramentas, máquinas e materiais biológicos, tais como plantas cultivadas e animais domésticos); o modo de artificialização do meio resultante (reprodução e exploração do ecossistema cultivado); a divisão social do trabalho entre agricultura, artesanato, indústria e serviços (que per-

* Este artigo explora, em parte, o conteúdo da dissertação de mestrado, apresentada na escola de economia da UFBA, e os resultados preliminares da pesquisa "Análise-diagnóstico do sistema agrário de Francisco Beltrão-PR", registrada na pró-reitoria de pesquisa e pós-graduação da UNIOESTE.

** Professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE; arno.schmitz@terra.com.br.

mite a reprodução dos instrumentos de trabalho); o excedente agrícola que, além das necessidades dos produtores agrícolas, permite a satisfação de outros grupos sociais; e as informações de mudanças técnicas entre os setores da cadeia produtiva, de propriedade, as informações de forças que regulam a divisão dos produtos do trabalho, dos bens de produção e dos bens de consumo e as informações sobre a concorrência e o conjunto de idéias e instituições que permitem assegurar a reprodução social (produção, informações de produção e mudanças técnicas, divisão do produto e outras).

Ao considerar todos os fatores que envolvem um determinado sistema agrário, conclui-se que o método de análise-diagnóstico de sistemas agrários tem um caráter sistêmico, ou seja, estuda a dinâmica evolutiva (no tempo) de um certo objeto de estudo, verificando as relações que esse objeto mantém com o resto do mundo, nos seus diversos estágios de evolução. Ademais, é necessário considerar os atributos deste objeto e situá-lo dentro de uma combinação de subsistemas hierarquizados e interdependentes (GARCIA FILHO, 1997). A base deste método é composta de passos progressivos, partindo do geral para o particular, das análises mais gerais (mundo, país e região) para os níveis mais atomizados e específicos (cultivos, criações e beneficiamentos). O confronto e a interpretação dos fenômenos nas diversas etapas é primordial, donde se elaboram hipóteses cuja verificação deve ocorrer nas etapas seguintes. Outra preocupação fundamental reside na busca de explicações para os diversos fenômenos e não somente na descrição.

Geralmente, a agricultura é marcada pela diversidade; sendo assim, é salutar a aplicação de mecanismos de diferenciação, sejam eles ecológicos ou socioeconômicos. A estratificação da amostra, a partir de conjuntos mais ou menos homogêneos, considerando-se o desenvolvimento rural do objeto, é uma prática bastan-

te eficiente. Portanto, não há uma “receita completa”, capaz de orientar o pesquisador, mas, sim, diretrizes gerais que, em associação com a sua experiência e senso crítico, podem definir a melhor forma de tipificação. No estudo de sistemas agrários é necessário entender as relações entre os agentes (sejam eles produtores, fornecedores, compradores, subsistemas de cultivo, criação ou beneficiamento) e as ocorrências de cunho ecológico, tecnológico e social, visando a manter a conexão, respectivamente, com o meio ambiente, as inovações e aplicações da tecnologia e as relações com os diversos agentes envolvidos.

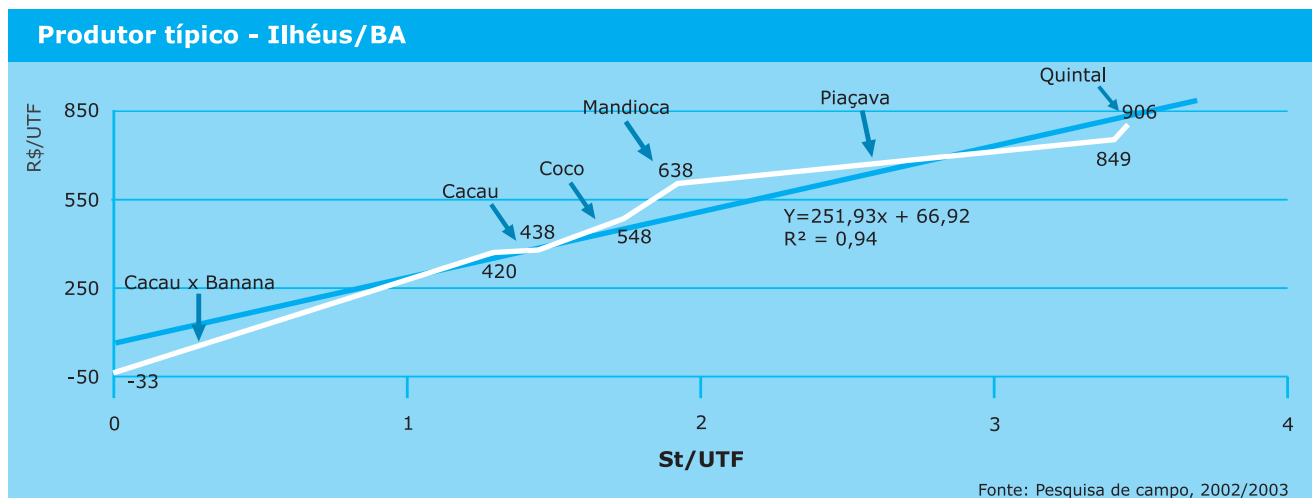
As amostras devem ser dirigidas, uma vez que se procura captar e analisar a diversidade dos fenômenos mais importantes. Dessa forma, o tamanho da amostra é determinado pela complexidade e diversidade do objeto de estudo. Portanto, as amostras aleatórias e níveis de significância estatística não cabem neste tipo de método, por não garantirem a representatividade e a análise aprofundada que se deseja para toda a diversidade.

Em se tratando de um estudo completo, as etapas de uma análise-diagnóstico de sistemas agrários prevê a coleta e análise de dados de estudos já existentes a respeito da região onde se encontra o objeto. E, também: uma leitura de paisagem, que permite concluir sobre a homogeneidade da região; a identificação dos diversos tipos de exploração agropecuária; a verificação das condições ecológicas das atividades agropecuárias; o levantamento de hipóteses sobre as relações do homem com o ecossistema; e, até mesmo, a elaboração de um zoneamento preliminar da região. Permite, ainda, a realização de entrevistas históricas que busquem esclarecer as mudanças e os incidentes relevantes às condições ecológicas, as alterações nas técnicas agrícolas utilizadas e os fatos socioeconômicos mais significantes.

Analicamente, escolheu-se produtores representativos (conforme o método) para, em análise comparativa, extrair algumas conclusões acerca dos sistemas de produção. Nesse sentido, três sistemas de produção representam, respectivamente, Ilhéus, Irecê e Francisco Beltrão.

O sistema de produção típico de Ilhéus revela a trajetória de exploração agropecuária historicamente constituída (BARROS, 1981; CASTRO, 1981; COUTO, 2000; FREITAS, 2001; VINHAES, 2001), ou seja,

Geralmente, a agricultura é marcada pela diversidade; sendo assim, é salutar a aplicação de mecanismos de diferenciação, sejam eles ecológicos ou socioeconômicos

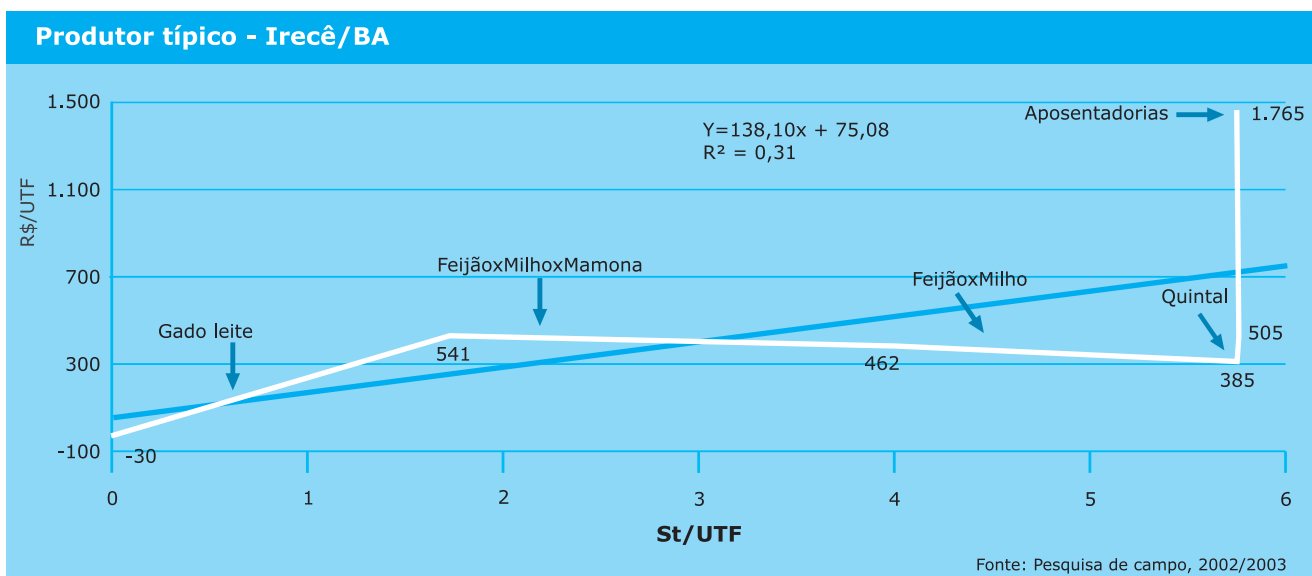


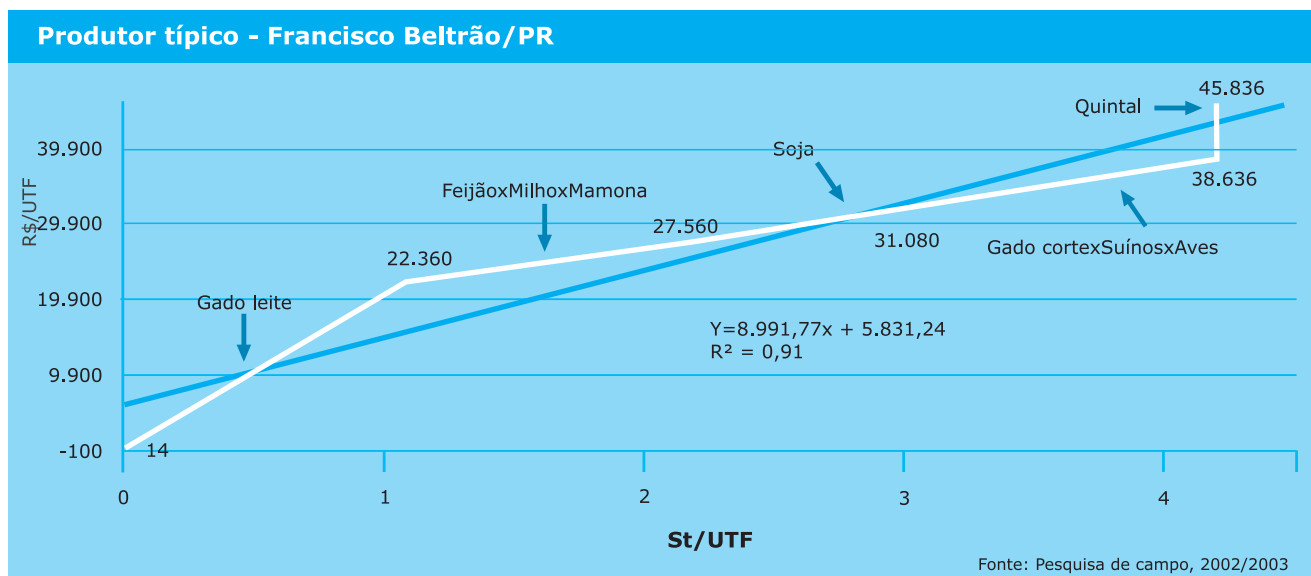
a cacauicultura adensada pelo cultivo de banana, ou solteira, e alguma diversificação através do cultivo da mandioca, coco e piaçava, além de alguns outros cultivos ou criatórios para autoconsumo (quintal). Percebe-se que a renda do produtor depende, em grande parte, dos ganhos com a cacauicultura, seja consorciada ou não, com o que aumenta-se o risco de quebra de safra, ou uma maior susceptibilidade às variações no preço do produto. Ademais, a presença de beneficiamento da produção (qualquer produto) é muito pequena, bem como os encadeamentos entre os sistemas de produção.

No município de Irecê, uma primeira avaliação do sistema de produção típico, remete à conjugação dos fatores que moldaram a exploração do meio rural nesse território (FUNDAÇÃO, 1994; GUERRA, 1986; NASCIMENTO, 2000; RIBEIRO, 1985). Neste sentido, observa-se a grande importância das aposentadorias como

fonte de renda das famílias ou na composição da renda total das famílias. Ademais, percebe-se ainda a importância da pecuária de leite, cuja remuneração, mesmo em épocas de estiagem, consiste numa fonte de renda (também para o autoconsumo) importante.

No caso de Francisco Beltrão, a trajetória histórica de formação da exploração do rural encontra-se explícita em Cobos (1999), Donda (2002), Colnaghi (1991) e Padis (1981), e conforma com o exposto no sistema de produção típico apresentado. Observa-se, neste sistema, que praticamente todos os subsistemas contribuem de forma importante para a formação da renda geral da família. Isso se deve ao forte encadeamento entre os subsistemas de produção e à presença de algum beneficiamento dos produtos *in natura*. Contudo, não se pode excluir a grande contribuição do subsistema quintal, que congrega grande parte da produção para o autoconsumo. Nesse sentido,





percebe-se que a produção para o autoconsumo, no município de Francisco Beltrão, é expressiva para a reprodução social das famílias residentes no campo e, de certa forma, auxiliam na manutenção das famílias envolvidas nas atividades agropecuárias.

Para concluir, numa comparação entre a renda das três famílias representativas, percebe-se que a renda auferida pelo produtor típico de Francisco Beltrão é significativamente maior que os demais. Isso se deve, principalmente, à condição natural de exploração da terra (boas condições climáticas, se comparadas com Irecê) e ao fortalecimento dos encadeamentos das atividades agrícolas com um bom grau de diversidade de atividades (se comparado com Ilhéus, sob a monocultura do cacau). Portanto, essas características tornam a agricultura familiar mais viável em comparação com modelos de agricultura que procuram explorar atividades com perfil monocultor e, certamente, aquelas localizadas em lugares de risco à produção. Indubitavelmente, outras questões suscitam um melhor esclarecimento acerca do estudo comparativo empreendido, para o quê se torna necessário um estudo minucioso da formação da economia de cada objeto de estudo e da extrapolação para além dos sistemas de produção. Entretanto, por si, os sistemas de produção fornecem sinais das diferenças encontradas entre a exploração agrícola familiar nas três localidades e expõem algumas fragilidades e potencialidades.

Referências

BARROS, Francisco Borges de. *Memória sobre o município de Ilhéus*. 2. ed. Ilhéus: Prefeitura Municipal, 1981. 133 p.

CASTRO, Epaminondas Berbert de. *Formação econômica e social de Ilhéus*. Ilhéus: Prefeitura Municipal, 1981. 53 p.

COBOS, Valdir José. *Caminhos do sudoeste: potencial turístico regional*. Francisco Beltrão: AMSOP. 1999. v. 1.

COLNAGHI, Maria Cristina. O processo político de ocupação do sudoeste. In: MORAES, Francisco (Org.). *Cenários de economia e política*: Paraná. Curitiba: Prephacio, 1991. 143 p.

COUTO, Vitor de Athayde. O território do cacau no contexto da mundialização. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 9, n. 4, p. 38-52, mar./maio 2000.

DONDA Jr. Alberto. *Fatores influentes no processo de escolha da localização agroindustrial no Paraná: estudo de caso de uma agroindústria de aves*. 2002. 141 p. Tese (Dissertação de mestrado em engenharia de produção), Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2002.

DUFUMIER, Marc. *Les projets de développement agricole: manuel d'expertise*. Paris: Karthala, 1996. 354 p.

FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de; PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. *Caminhos ao encontro do mundo: a capitania, os frutos de ouro e a princesa do sul – Ilhéus 1534/1940*. Ilhéus: Editus, 2001. 182 p.

FUNDAÇÃO CENTRO DE PROJETOS E ESTUDOS. *Irecê: "um subsistema urbano" em formação*. Salvador: CPE. 1994. 72 p.

GARCIA FILHO, Danilo Prado. *Guia metodológico: análise-diagnóstico de sistemas agrários*. Brasília: INCRA. [1997?]. 67 p.

GUERRA, Ari Medeiros. *Processos de carstificação e hidro-*

geologia do grupo Bambuí na região de Irecê. 1986. 132 p.
Tese (Doutorado em Geociências) - Instituto de Geociências,
Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 1986.

NASCIMENTO, Diva Vinhas Barbosa. *Os impactos da seca de 1993 no semi-árido baiano: caso de Irecê*. Salvador: SEI, 2000. 98 p. (Série estudos e pesquisas n. 51).

PADIS, Pedro Calic. *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. São Paulo: Hucitec; CTBA: Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981. (Série teses e pesquisas).

RIBEIRO, Lucedino Paixão et al. *Avaliação dos recursos naturais da região do PDRI – Irecê/ Estado da Bahia*. Salvador: Emater/BA-CAR. 1985. 172 p. (Série Projeto de Pesquisa PDRI Irecê, n. 5).

VINHAES, José Carlos. *São Jorge dos Ilhéus: da capitania ao fim do século XX*. Ilhéus: Editus. 2001. 352 p. ■



Investimentos na Bahia

Implantações representam 72% dos investimentos industriais previstos

Os investimentos industriais anunciados para o estado da Bahia, a serem realizados no período referente a 2005-2009, totalizaram um volume da ordem de R\$ 18,4 bilhões agregando 280 projetos. Os investimentos estão subdivididos em treze eixos de desenvolvimento e em nove complexos de atividade econômica.

Analisando os investimentos quanto à situação dos investimentos, 71,8 % estão em implantações de novas unidades industriais, representando um volume na ordem de R\$ 13,2 bilhões em 236 projetos. Enquanto que 28,1% estão alocados em ampliações e 0,1% em reativações, somando recursos na ordem de R\$ 5,2 bilhões e 44 projetos.

No que tange aos complexos de atividade econômica verifica-se que 65% encontra-se alocado nos complexos Madeireiro (47%) e Transformação Petroquímica (18%), representando um volume de R\$ 12,0 bilhões em 59 projetos. Os demais complexos agregam um volume na ordem de R\$ 6,4 bilhões alocados em 221 projetos, com destaque para os complexos de Químico-Petroquímico (10%) e Metal-mecânico (8%) agregando 89 projetos.

Em relação à localização destes investimentos, indicado pelos eixos de desenvolvimento, os eixos Metropolitano (51%) e Extremo Sul (36%) concentram cerca de 87% dos investimentos, gerando um volume de 16,0 bilhões em 170 projetos. Os demais eixos agregam um volume de investimentos de cerca de R\$ 2,4 bilhões, representando 13% do total de investimentos e 39% dos projetos, com destaque para o eixo Grande Recôncavo que detém 9% dos investimentos em 53 projetos.

Os empreendimentos industriais irão gerar cerca de 71.296 postos de trabalho, sendo que os complexos Calçados/Têxtil/Confecções (24,2%), e transformação petroquímica (14,9%), agroalimentar (14%) concentram 53,2% do total dos empregos diretos, totalizando 37.900 novos postos de trabalho. Os demais complexos são responsáveis por cerca de 46,8% dos empregos, destacando-se os complexos metal-mecânico, que é responsável por 13,2% dos empregos e madeireiro que responde por cerca de 9,3% destes.

A política de atração de investimentos industriais, promovida pelo governo do estado da Bahia, tem contribuído significativamente para a diversificação do parque industrial. Este fato vem ocorrendo desde 1991 com a implantação de programas de incentivos fiscais, como o Probahia. Estes programas se intensificaram, destacando-se: em 1995, com os incentivos especiais para o setor de informática; em 1997, com o Procomex, para o setor de calçados e seus componentes; em 1998 com o Bahiaplast, para o setor de transformação plástica; além do Procobre e Profibra. A partir de 2002, o programa Desenvolve substituiu os demais programas implantados anteriormente. Dentre as principais indústrias que estão se instalando e ampliando a sua capacidade em 2004, encontra-se a AG Hidros, Kienen Nordeste, Multipack, Ortobom, Oxiten e a Vicunha Têxtil.

Tabela 1
Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por complexo de atividade 2005/2009

Complexo	Volume (R\$ 1.000)	Nº de projetos
Agroalimentar	647.263	42
Atividade mineral e beneficiamento	196.504	10
Calçados/Têxtil/Confecções	1.273.592	40
Complexo madeireiro	8.640.622	13
Eletroeletrônico	377.692	26
Metal-mecânico	1.429.772	35
Químico-petroquímico	1.858.782	54
Reciclagem	4.628	3
Transformação petroquímica	3.366.182	46
Outros	621.697	11
Total	18.416.735	280

Fonte: SICM / Jornais Diversos

Elaboração: GEAC/SEI

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30/02/05

Tabela 2
Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por eixo de desenvolvimento 2005/2009

Eixo	Volume (R\$ 1.000)	Nº de projetos
Baixo Médio São Francisco	10.041	2
Chapada Norte	49.699	8
Chapada Sul	4.778	2
Extremo Sul	6.680.959	9
Grande Recôncavo	1.648.470	53
Mata Atlântica	273.936	23
Médio São Francisco	9.313.791	161
Metropolitano	24.187	3
Nordeste	187.500	2
Oeste do São Francisco	137.000	2
Planalto Sudoeste	82.884	13
A Definir	3.490	2
Total	18.416.735	280

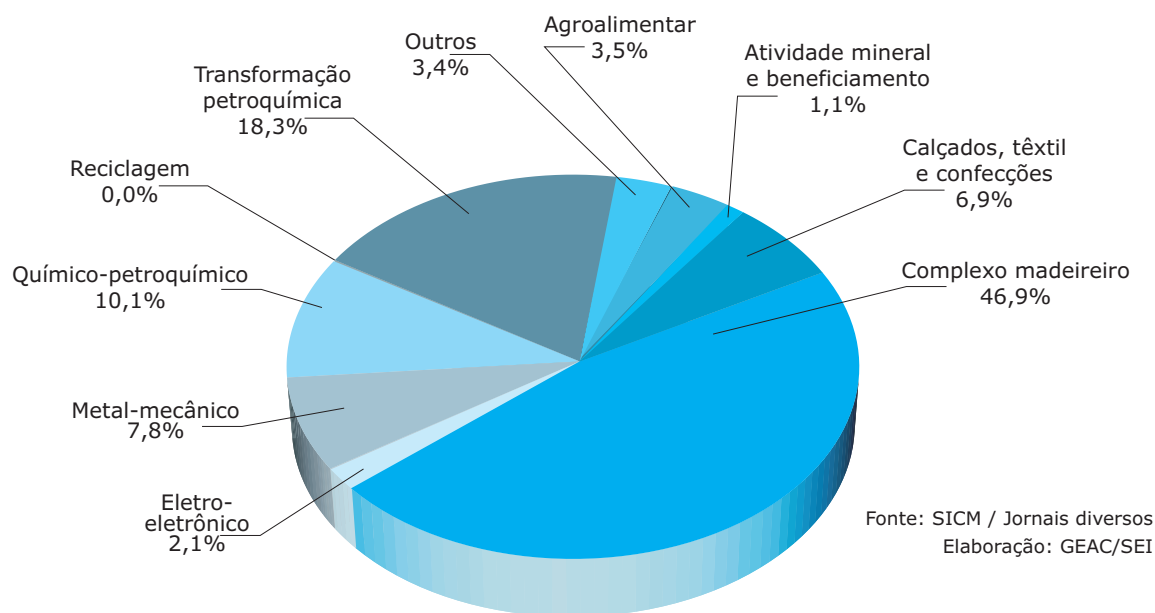
Fonte: SICM / Jornais Diversos

Elaboração: GEAC/SEI

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30/02/05

Investimentos industriais previstos para a Bahia - 2005/2009

Participação por Complexo de Atividade

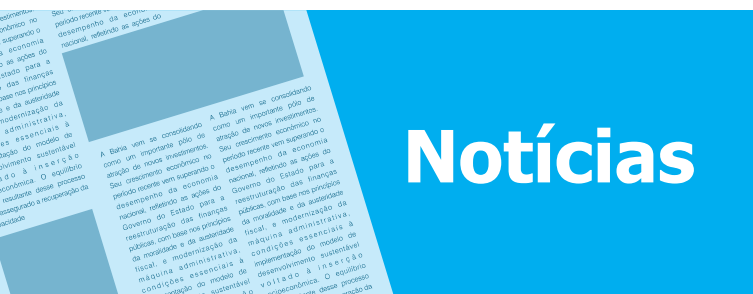


Metodologia da pesquisa de investimentos industriais previstos no estado da Bahia

A metodologia utilizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI para levantar as intenções de investimentos industriais previstos para os próximos quatro anos no estado da Bahia, desenvolvida inicialmente pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia - SEPLAN, consiste em coletar diariamente as informações primárias dos prováveis investimentos a serem implantados no estado, divulgadas pelos principais meios de comunicação, e obter sua confirmação junto às respectivas empresas. Essas informações são coletadas nas seguintes publicações: Gazeta Mercantil, Valor Econômico, A Tarde, Correio da Bahia e Diário Oficial do Estado da Bahia. O levantamento desses dados também é obtido junto à Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia – SICM através dos protocolos de intenção e projetos econômico-financeiros entregues à Secretaria para o requerimento de incentivos dos programas PROBAHIA, BAHIAPLAST e do atual DESENVOLVE.

Após a verificação dos dados coletados e a confirmação das empresas a serem implantadas no Estado, identifica-se a existência de dupla contagem dos dados. Depois de consistidos, os dados serão apresentados sob a forma de tabelas e gráficos contendo o volume e participação dos investimentos industriais por complexo de atividade, por eixo de desenvolvimento e o número de projetos. Os valores dos investimentos anunciados estão expressos em reais.

Os dados mais desagregados estão sendo disponibilizados e atualizados mensalmente no *site* dessa instituição, com dados a partir de 1997, apresentando valores acumulados.



Notícias

Negócios

Salvador terá três novos hotéis nos próximos anos

Salvador vai ganhar pelo menos mais três hotéis nos próximos dois anos. Os novos empreendimentos vão incrementar a rede com pelo menos 630 apartamentos, que vão resultar de investimentos de mais de R\$ 50 milhões.

O grupo Pestana Hotels, através de sua subsidiária Pousadas de Portugal, vai transformar o antigo Convento do Carmo, no Centro Histórico, em um hotel de luxo. Serão investidos mais de R\$ 20 milhões no empreendimento, que contará com 80 quartos, dois restaurantes, um coffee shop, bar, piscina, fitness center, spa, biblioteca, auditório, duas salas de reuniões e um business center. A primeira Pousada de Portugal fora do seu país de origem terá uma área de 13 mil metros quadrados, e nela funcionará também uma igreja e um museu, que terá suas peças, do acervo da Província Carmelitana, restauradas e espalhadas pelas áreas públicas e apartamentos do hotel.

A Atlantica Hotels, representante da rede americana Choice International no Brasil, também vai investir em Salvador, e implantará um hotel de bandeira Comfort na região do Aeroporto Luís Eduardo Magalhães. Segundo a gerente de desenvolvimento do grupo, Márcia Monteiro, o empreendimento, cujo investimento ainda não está definido, está em fase de projeto, e deverá contar com 120 apartamentos de categoria econômica.

Já o grupo Portobello vai construir um dos maiores hotéis de Salvador, no bairro de Armação, entre a sede de praia do Vitória e o restaurante Ki-Mukeka, na orla. O prédio terá 12 andares e vai contar com 430 apartamentos, após investimentos de mais de R\$ 30 milhões. A estimativa é que sejam gerados, pelo menos, 200 empregos diretos. As obras devem ser iniciadas

este ano, e um estudo poderá indicar a possibilidade de divisão do complexo em dois hotéis.

Novos hotéis terão investimentos de R\$ 50 milhões. Correio da Bahia, 11/02/2005.

Oxitenos investe US\$ 94 milhões em Camaçari

Oxitenos vai investir US\$ 94 milhões na instalação da primeira fábrica de álcoois graxos da América Latina. O conselho de administração da Ultrapar, que controla 100% da Oxitenos, aprovou no dia 17/02 o investimento, mas o protocolo de intenção de instalação da planta já havia sido assinado com o governo da Bahia no início do ano.

A planta ficará no Pólo Petroquímico de Camaçari, a 45 quilômetros de Salvador, em terreno de 150 mil metros quadrados ao lado da fábrica que a Oxitenos já tem no Estado. A unidade baiana, que faz parte da chamada segunda geração petroquímica, produz éteres glicólicos a etileno glicóis. A nova planta terá capacidade de produzir o álcool a partir do palmiste, ou óleo de caroço de dendê, do coco ou do babaçu.

A projeção é de que a nova unidade passe a operar no primeiro trimestre de 2007. Na primeira fase de instalação, deverão ser criados 70 empregos diretos. Há espaço para ampliação em uma segunda fase, mas o orçamento para ela ainda não foi definido. O álcool graxo pode ser obtido a partir do processamento das plantas ou ter origem na indústria petroquímica. Em nenhum dos casos há unidades na América Latina. A planta será abastecida tanto por matéria-prima local quanto por óleos importados - entre os países fornecedores estão Malásia, Filipinas e Indonésia. No mercado interno, os álcoois da nova unidade da Oxitenos vão ser vendidos especialmente a clientes de São Paulo, em uma estrutura logística que incluirá transporte terrestre e também embarques no Porto de Aratu, o maior da Bahia. Segundo projeção da empresa, assim que começar a operar, a nova unidade terá capacidade de produção de 80 mil toneladas por ano.

Camaçari ganha fábrica de US\$ 94 milhões. Tribuna da Bahia, 18/02/2005.

Empresa imobiliária se instala em Salvador

De olho nas perspectivas de crescimento do mercado baiano de imóveis, a CIA - Lançamentos Imobi-

liários decidiu redimensionar sua atuação por aqui, inaugurando uma nova sede em Salvador, localizada no bairro do Caminho das Árvores. Há quatro anos presente na Bahia, a empresa paulista, fundada em 1998, tem em Salvador cerca de 17% dos seus negócios, e espera obter um crescimento de 70% no faturamento a partir de 2005.

O diretor regional na Bahia da CIA, Pedro Aragão, conta que a empresa chegou a Salvador para implantar o condomínio Alphaville, e decidiu coordenar outros projetos devido à grande demanda por empreendimentos imobiliários no estado.

Com 150 funcionários diretos e mais 1,5 mil indiretos, a CIA - Lançamentos Imobiliários, que atua tanto no mercado de lançamentos como de imóveis usados (avulsos), de alto padrão, conta hoje com 19 escritórios pelo país.

Conhecida pelos empreendimentos da marca Alphaville, a empresa é responsável pela coordenação e venda de outros empreendimentos, como da Betha-center Empreendimentos e Participações, Conspar, FAL 2 Incorporadora, Multimil Construtora, Petre e PSV Empreendimentos e Participações.

Empresa paulista instala sede em Salvador. Correio da Bahia, 18/02/2005.

Setor têxtil baiano é contemplado com fábrica da Vicunha

A companhia Vicunha Têxtil assina protocolo de intenções para implantação de nova unidade industrial destinada à produção de fios de algodão, em Simões Filho. O investimento no projeto está estimado em R\$ 87 milhões, com produção inicial de 1,2 milhão de quilos por mês e geração de 300 empregos diretos. O protocolo prevê ainda que, finalizada a primeira etapa, o projeto poderá ser duplicado, com aportes adicionais de R\$ 62 milhões.

A Vicunha assegura que vai continuar priorizando o aproveitamento e capacitação da mão-de-obra local. A empresa vai manter, na mesma área em Simões Filho, as suas linhas de produção de polímeros têxteis, PET e metanol hoje existentes. A Vicunha é uma das maiores fabricantes de índigo do mundo, com produção de 11 milhões de metros por mês, exportando 40% da produção para países

da América do Sul, da Europa e os Estados Unidos. A companhia possui 12,2 mil funcionários em sete unidades industriais no país - quatro no Ceará, uma no Rio Grande do Norte, uma em Pernambuco e uma em Simões Filho.

Vicunha vai implantar nova fábrica na Bahia. Correio da Bahia, 24/02/2005.

Indicadores

Setor imobiliário espera crescimento de 45% em 2005

O setor imobiliário baiano está otimista, após as últimas medidas do governo que possibilitam ampliação dos recursos para financiamento, redução de taxas de juros e prazos mais longos para pagamento. O presidente da Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário da Bahia (Ademi-BA), Luiz Augusto Amoedo, já estima um crescimento de até 45% este ano. Ele acredita na possibilidade de comercialização de mais de 3,2 mil unidades, frente aos 2,2 mil imóveis vendidos em 2004.

Ele destacou, entre as principais novidades, a ampliação de 15 para 20 anos do prazo para pagamento dos financiamentos imobiliários e os incentivos concedidos aos bancos privados para que diminuam os juros. As mudanças, segundo informou, vão possibilitar a redução das prestações em até 30%, o que incentivará a aquisição de imóveis.

Além do incremento de mais de 85% nos recursos da Caixa Econômica disponíveis para o setor, Luis Augusto Amoedo disse que a expectativa é de um aumento de 30% no volume oferecido pelos bancos privados. No total, o setor imobiliário deverá contar com cerca de R\$14,5 bilhões em 2005. O mercado imobiliário vem sofrendo quedas sucessivas em seus resultados desde a década de 80, quando o setor, na Bahia, chegou a comercializar, somente em um ano, cerca de dez mil imóveis. O ano de 2003, segundo Amoedo, foi um dos piores da história, com apenas 1,8 mil unidades vendidas. Ano passado, registrou-se um incremento de 20%, chegando a 2,25 mil.

Crescimento estimulado. Correio da Bahia, 25/02/2005.

Ação Governamental

Bahia inicia processo de recuperação de estradas estaduais

A licitação para a recuperação de 18 trechos de estradas e o alargamento de uma ponte, totalizando 911 quilômetros, foi autorizada pelo governador Paulo Souto. As intervenções representam um investimento do Tesouro Estadual de cerca de R\$ 60 milhões.

O estado cresceu muito a sua economia. Cresceram as cargas agrícolas, as cargas industriais, cresceu o turismo em muitas áreas, e isso exige estradas de melhor qualidade. Estamos fazendo hoje um grande esforço, que já vínhamos fazendo desde o ano passado, mas agora com mais velocidade, para recuperar as estradas da Bahia, declarou Souto. Ele anunciou que este ano o Estado estará investindo R\$ 280 milhões nos serviços de manutenção de aproximadamente 1,5 mil quilômetros de rodovias.

Entre os trechos que vão ser licitados, destaca-se a recuperação das BAs 210 e 316 e da BR-407, na região de Juazeiro, que vai permitir uma melhoria da qualidade no escoamento da produção de frutas, que exigem um transporte mais cuidadoso. Outras intervenções importantes são o alargamento e reforço estrutural da ponte sobre o Rio Pardo, com 120 metros de extensão, na região de Irecê, importante pólo produtor de feijão; e a ligação Andaraí-Mucugê (BA-142), com 51,5 quilômetros, que tem recebe grande fluxo de turistas.

O secretário de Infra-Estrutura informou que a maior parte das obras deve estar sendo iniciada dentro de 90 dias, logo após a conclusão do processo de licitação. Também serão beneficiados o trecho da BR-349 entre Santa Maria da Vitória, Correntina e a BR-020, com 240 quilômetros de extensão; a BA-084, que liga dos municípios de Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Irará e Água Fria (57,8 quilômetros), a BA-120, que liga Conceição do Coité a Riachão do Jacuípe, com 32,5 quilômetros, e a BA-245, no trecho Marcionílio Souza-Queimadinha- acesso à BA-131-Itaetê, com 54 quilômetros.

Governo baiano vai recuperar 911 quilômetros de estradas. Diário Oficial, 22/02/2005.

Prêmio visa estimular a área de planejamento

Objetivo é estimular profissionais de nível superior a apresentar propostas que possam modernizar o estado. Idealizado pela Secretaria do Planejamento do Estado, foi lançado pelo governador baiano Paulo Souto o Prêmio Bahia Planeja, um projeto da secretaria de planejamento para estimular a produção de propostas para o setor por profissionais de nível superior.

O Brasil precisa investir mais no planejamento de seu desenvolvimento, a exemplo do que aconteceu no governo do presidente Juscelino Kubitschek, e seu plano de metas, e do plano de referência de base de João Goulart", opina o secretário.

É nesta linha de ação, para fortalecer o planejamento, a Bahia apresenta o Bahia Planeja, que distribuirá prêmio total de R\$ 27 mil para os trabalhos selecionados. A comissão julgadora vai avaliar propostas desenvolvidas por profissionais graduados, que deverão ser apresentadas sob forma de monografia e artigos científicos produzidos por estudantes de nível superior, que também poderão concorrer. "O tema será de livre escolha dos candidatos, mas deve estar relacionado ao Planejamento no estado da Bahia", esclarece o secretário. De acordo com o Armando Avena, um dos objetivos é identificar propostas e projetos de médio prazo.

Bahia cria prêmio para boas idéias. Gazeta Mercantil, 18/02/2005.

Novas casas populares serão construídas em 17 municípios baianos

O Governador Paulo Souto assinou convênios do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH) para a construção de 1.110 casas populares em 17 municípios. Serão aplicados R\$ 8,3 milhões. Na oportunidade, Paulo Souto autorizou licitação para construir 15 escolas de ensino médio através do Projeto Bahia, parceria entre o Governo do Estado e o Banco Mundial (Bird). O investimento, de aproximadamente R\$ 15 milhões, vai criar 11.040 vagas para o ano letivo de 2006.

O PSH é uma parceria entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais (Secomp), o Governo Federal,

via Ministério das Cidades, e prefeituras. Destinado inicialmente a famílias com renda mensal per capita de até três salários mínimos, na Bahia o programa atende especificamente as famílias em situação de extrema pobreza, com renda de até meio salário mínimo. Além disso, o programa estabelece que, além da moradia, as famílias devem estar incluídas em projetos sociais que atendam às necessidades básicas de uma melhor condição de vida.

Segundo Souto, o grande objetivo do programa habitacional do Estado é atingir famílias que não têm condições de pagar sequer uma prestação. No ano passado, o governo da Bahia viabilizou, incluindo obras em andamento e contratadas, 9.500 habitações, e foram realizadas 46 mil melhorias habitacionais.

Souto assina medidas para construção de 1.110 casas populares e 15 escolas. Diário Oficial, 18/02/2005.



Atos do poder executivo

Decretos

Decreto nº 5.357, de 31 de janeiro de 2005 – Promulga o acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia sobre cooperação no campo da veterinária, celebrado em Brasília, em 25 de julho de 2000.

Decreto nº 5.361, de 01 de fevereiro de 2005 – Dispõe sobre a execução do acordo de complementação econômica nº 59, entre os Governos da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai, da República Oriental do Uruguai, Estados Partes do Mercosul, e os Governos da República da Colômbia, da República do Equador, da República Bolivariana da Venezuela, países membros da Comunidade Andina.

Decreto nº 5.366, de 03 de fevereiro de 2005 – Promulga o acordo entre o Governo da República

Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre o exercício de atividades remuneradas por parte do pessoal diplomático, consular, administrativo, técnico e de apoio ou serviço, celebrado em Brasília, em 05 de setembro de 2001.

Decreto nº 5.367, de 04 de fevereiro de 2005

– Dispõe sobre a execução no território nacional da resolução nº 1.579, de 21 de dezembro de 2004, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que altera o regime de sanções à Libéria.

Medidas Provisórias

Medida provisória nº 238, de 01 de fevereiro de 2005

– Institui no âmbito da Secretaria-Geral da Presidência da República, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem, cria o Conselho Nacional de Juventude – CNJ e cargos em comissão, e dá outras providências.

Secretaria da Receita Federal

Instruções normativas

Instrução normativa nº 497, de 24 de janeiro de 2005

– Dispõe sobre o plano de benefício de caráter previdenciário, Fapi e seguro de vida com cláusula de cobertura por sobrevivência e dá outras providências.

Instrução normativa nº 501, de 28 de janeiro de 2005

– Dispõe sobre a prorrogação do prazo de entrega das declarações e dos demonstrativos que especifica e sobre a formalização da opção e a comunicação de pagamento de impostos e contribuições das microempresas e das empresas de pequenos porte (Simples).

Instrução normativa nº 503, de 02 de fevereiro de 2005

– Aprova o programa gerador e as instruções para preenchimento da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Mensal (DCTF Mensal) na versão “DCTF Mensal 1.0”.

Instrução normativa nº 504, de 03 de fevereiro de 2005

– Dispõe sobre o registro especial a que estão sujeitos os produtores, engarrafadores as cooperativas de produtos, os estabelecimentos comerciais atacadistas e importadores de bebidas alcoólicas e sobre o selo de controle a que estão sujeitos esses produtos, e dá outras providências.

Estado

Atos do poder executivo

Decretos

Decreto nº 9.322 de 31 de janeiro de 2005 – Instala o Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado da Bahia, de que trata a Lei nº 9.290, de 27 de dezembro de 2004, e dá outras providências.

Decreto nº 9.323 de 01 de fevereiro de 2005 – Autoriza o lançamento e aprova o regulamento da edição 2004/2005 do Selo Incentivo Municipal da Bahia e dá outras providências.

Decreto nº 9.326 de 02 de fevereiro de 2005 – Institui na Polícia Militar da Bahia a Medalha Especial Comemorativa dos 180 anos da PM - BA e dá outras providências.

Leis

Lei nº 9.429 de 10 de fevereiro de 2005 – Altera os dispositivos da Lei nº 8.889, de 1º de dezembro de 2003, que dispõe sobre a estrutura dos cargos e

vencimentos no âmbito do Poder Executivo do Estado da Bahia e dá outras providências.

Lei nº 9.431 de 11 de fevereiro de 2005 – Cria o Fundo de Cultura da Bahia - FCBA e dá outras providências.

Secretaria da Fazenda

Portarias

Portaria nº 073 de 02 de fevereiro de 2005 – Estabelece a obrigatoriedade do uso do DIC-e para realização de pedidos relativos ao Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado da Bahia

Portaria nº 079 de 10 de fevereiro de 2005 – Divulga o resultado da Classificação Final da 5ª Etapa da 2ª Fase da Campanha "SUA NOTA É UM SHOW DE SOLIDARIEDADE" e dá outras providências.

Portaria nº 89 de 21 de fevereiro de 2005 – Altera para o exercício de 2005, o Orçamento Analítico do Fundo de Custeio da Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia - FUNPREV, na forma que indica e dá outras providências. ■

Indicadores Conjunturais

Indicadores Econômicos

Índices de Preços

Índice de Preços ao Consumidor - IPC ¹ - Salvador: Fev/2005						
Grandes grupos	Variações do mês %		Variações acumuladas %		Índice acumulado	
	Fev/04	Fev/05	No ano ²	Últimos 12 meses ³	Abr/92=100	Jun/94=100
Alimentos e bebidas	0,88	0,88	1,80	3,98	341494,6	228,93
Habitação e encargos	0,55	1,41	1,46	10,44	586531,0	469,03
Artigos de residência	-1,37	0,10	1,01	6,32	281171,6	235,00
Vestuário	-0,34	-0,96	-0,78	5,40	300359,6	176,27
Transporte e comunicação	0,76	-0,06	0,14	13,31	562828,7	609,11
Saúde e cuidados pessoais	0,09	0,63	0,51	9,05	567962,8	302,60
Despesas pessoais	0,10	0,13	2,93	7,66	629993,0	361,24
Geral	0,29	0,31	1,10	7,37	435630,6	303,56

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI

¹ O IPC de Salvador representa a média de 27.000 cotações de uma cesta de consumo de 308 bens e serviços pesquisados em 270 estabelecimentos e 600 domicílios, para famílias com rendimento de 1 - 40 salários mínimos

² Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

³ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Pesquisa Nacional da Cesta Básica Custo e variação da cesta básica - capitais brasileiras: Fev/2005					
Capitais	Valor da cesta (R\$)	Variação no mês ¹ (%)	Variações acumuladas %		Porcentagem do salário mínimo
			No ano ²	Últimos 12 meses ³	
Aracaju	134,93	3,43	2,76	-8,21	56,2
Belém	155,26	2,01	3,71	6,34	64,66
Belo Horizonte	150,97	0,27	-0,85	-3,39	62,88
Brasília	170,10	-0,30	0,81	3,23	70,84
Curitiba	164,13	2,52	5,27	4,00	68,36
Florianópolis	159,18	1,09	1,12	6,25	66,29
Fortaleza	124,91	-0,23	0,14	-10,25	52,02
Goiânia	153,51	1,14	3,10	3,81	63,93
João Pessoa	134,13	0,40	6,34	-4,47	55,86
Natal	140,52	2,50	6,62	0,79	58,52
Porto Alegre	175,57	4,01	0,47	3,69	73,12
Recife	130,79	-1,15	6,34	-6,79	54,47
Rio de Janeiro	169,79	3,02	2,67	4,87	70,71
Salvador	133,74	4,61	6,28	-6,68	55,70
São Paulo	175,04	1,26	1,65	4,81	72,90
Vitória	163,69	3,63	7,42	11,16	68,17

Fonte: DIEESE

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

² Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

³ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Agricultura

Área plantada, área colhida e área perdida dos principais produtos - Bahia: 2003/2004

Produtos do LSPA ¹	Área plantada (ha)			Área colhida (ha)			Área perdida (ha) ⁴	
	2003 ²	2004 ³	Variação (%)	2003 ²	2004 ³	Variação (%)	2003 ²	2004 ³
Lavouras Temporárias								
Abacaxi	4.674	4.916	5,2	4.674	4.916	5,2	0	0
Algodão herbáceo	86.353	203.194	135,3	85.794	203.194	136,8	559	0
Alho	1.674	964	-42,4	1.674	964	-42,4	0	0
Amendoim	6.518	7.503	15,1	6.518	7.503	15,1	0	0
Arroz total	17.968	28.017	55,9	17.968	28.017	55,9	0	0
Arroz sequeiro	nd	24.977	—	nd	24.977	—	—	0
Arroz irrigada	nd	3.040	—	nd	3.040	—	—	0
Batata-inglesa	3.917	4.100	4,7	3.917	4.100	4,7	0	0
Cana-de-açúcar	83.820	86.234	2,9	83.820	86.026	2,6	0	208
Cebola	6.218	5.877	-5,5	6.218	5.877	-5,5	0	0
Feijão total	805.237	850.570	5,6	729.939	727.659	-0,3	75.298	122.911
Feijão 1ª safra	nd	425.999	—	nd	329.763	—	—	96.236
Sequeiro	nd	298.650	—	nd	216.354	—	—	82.296
Irrigado	nd	1.440	—	nd	1.440	—	—	0
Caupi	nd	125.909	—	nd	111.969	—	—	13.940
Feijão 2ª safra	nd	424.571	—	nd	397.896	—	—	26.675
Sequeiro	nd	405.233	—	nd	379.733	—	—	25.500
Irrigado	nd	10.009	—	nd	10.009	—	—	0
Caupi	nd	9.239	—	nd	8.154	—	—	1.085
Fumo	12.458	13.262	6,5	12.458	13.337	7,1	0	-75
Mamona	125.508	149.631	19,2	125.128	147.706	18,0	380	1.925
Mandioca	338.655	350.394	3,5	330.254	342.848	3,8	8.401	7.546
Milho total	799.359	809.179	1,2	673.978	752.044	11,6	125.381	57.135
Milho 1ª safra	nd	452.565	—	nd	434.365	—	—	18.200
Sequeiro	nd	436.525	—	nd	418.325	—	—	18.200
Irrigado	nd	16.040	—	nd	16.040	—	—	0
Milho 2ª safra	nd	356.614	—	nd	317.679	—	—	38.935
Sequeiro	nd	356.234	—	nd	317.299	—	—	38.935
Irrigado	nd	380	—	nd	380	—	—	0
Soja	850.000	821.000	-3,4	850.000	821.000	-3,4	0	0
Sorgo granífero	59.021	61.465	4,1	49.271	61.303	24,4	9.750	162
Tomate	5.204	4.663	-10,4	5.204	4.663	-10,4	0	0
Tomate de mesa	nd	4.663	—	nd	4.663	—	—	0
Tomate para indústria	nd	nd	—	nd	nd	—	—	—
Lavouras Permanentes								
Banana	53.730	54.075	0,6	53.040	53.769	1,4	690	306
Cacau	490.142	488.393	-0,4	481.542	488.332	1,4	8.600	61
Café	142.600	148.593	4,2	142.290	148.474	4,3	310	119
Castanha-de-cajú	19.544	20.184	3,3	19.544	19.966	2,2	0	218
Coco-da-baía	76.448	77.113	0,9	76.249	76.975	1,0	199	138
Dendê	41.466	nd	—	41.365	nd	—	101	—
Guaraná	5.948	5.904	-0,7	5.938	5.904	-0,6	10	0
Laranja	48.304	48.556	0,5	48.302	48.524	0,5	2	32
Mamão	16.032	15.560	-2,9	15.927	15.555	-2,3	105	5
Maracujá	8.061	nd	—	8.061	nd	—	0	—
Pimenta-do-reino	1.138	1.156	1,6	1.138	1.156	1,6	0	0
Sisal	211.544	206.814	-2,2	207.294	206.814	-0,2	4.250	0
Uva	3.356	3.407	1,5	3.356	3.407	1,5	0	0

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível, normalmente em razão da cultura estar na entressafra.

¹ A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto da Produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996² Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2003 (dados sujeitos a retificação)³ Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), dezembro/2004 (dados sujeitos a retificação)⁴ Equivale à área plantada menos a área colhida

Produção física e rendimento médio dos principais produtos - Bahia: 2003/2004

Produtos do LSPA ¹	Produção física (t)			Rendimento médio (kg/ha)		
	2003 ²	2004 ³	Variação (%)	2003 ²	2004 ³	Variação (%)
Lavouras Temporárias						
Abacaxi	115.616	116.782	1,0	24.735	23.755	-4,0
Algodão herbáceo	276.360	689.807	149,6	3.221	3.395	5,4
Alho	13.963	6.758	-51,6	8.341	7.010	-16,0
Amendoim	9.405	12.627	34,3	1.442	1.683	16,7
Arroz total	31.041	61.515	98,2	1.727	2.196	27,2
Arroz sequeiro	nd	48.861	—	nd	1.956	—
Arroz irrigada	nd	12.654	—	nd	4.163	—
Batata-inglesa	114.510	132.000	15,3	29.234	32.195	10,1
Cana-de-açúcar	4.751.958	5.002.183	5,3	56.692	58.147	2,6
Cebola	150.836	126.333	-16,2	24.257	21.496	-11,4
Feijão total	356.300	345.177	-3,1	488	474	-2,9
Feijão 1ª safra	nd	127.658	—	nd	387	—
Sequeiro	nd	82.202	—	nd	380	—
Irigado	nd	3.961	—	nd	2.751	—
Caupi	nd	41.495	—	nd	371	—
Feijão 2ª safra	nd	217.519	—	nd	547	—
Sequeiro	nd	189.589	—	nd	499	—
Irigado	nd	23.022	—	nd	2.300	—
Caupi	nd	4.908	—	nd	602	—
Fumo	11.192	11.978	7,0	898	898	0,0
Mamona	73.624	123.971	68,4	588	839	42,7
Mandioca	3.897.694	4.241.421	8,8	11.802	12.371	4,8
Milho total	1.216.855	1.619.888	33,1	1.805	2.154	19,3
Milho 1ª safra	nd	1.410.699	—	nd	3.248	—
Sequeiro	nd	1.312.224	—	nd	3.137	—
Irigado	nd	98.475	—	nd	6.139	—
Milho 2ª safra	nd	209.189	—	nd	658	—
Sequeiro	nd	207.993	—	nd	656	—
Irigado	nd	1.196	—	nd	3.147	—
Soja	1.555.500	2.364.480	52,0	1.830	2.880	57,4
Sorgo granífero	73.902	113.238	53,2	1.499	1.847	23,2
Tomate	207.365	184.268	-11,1	39.847	39.517	-0,8
Tomate de mesa	nd	184.268	—	nd	39.517	—
Tomate para indústria	nd	nd	—	nd	nd	—
Lavouras Permanentes						
Banana ⁵	783.431	785.484	0,3	14.770	14.608	-1,1
Cacau	110.654	111.351	0,6	226	228	0,9
Café	125.461	143.199	14,1	881	964	9,4
Castanha-de-cajú	5.444	5.789	6,3	278	290	4,3
Coco-da-baía ⁴	684.016	680.427	-0,5	8.970	8.840	-1,4
Dendê	167.111	nd	—	4.039	nd	—
Guaraná	2.320	2.348	1,2	390	398	2,1
Laranja ⁵	772.086	769.954	-0,3	15.984	15.867	-0,7
Mamão ⁵	784.310	784.189	0,0	49.244	50.414	2,4
Maracujá ⁴	107.876	nd	—	13.382	nd	—
Pimenta-do-reino	2.714	2.750	1,3	2.384	2.379	-0,2
Sisal	176.760	176.700	0,0	852	854	0,2
Uva	83.694	85.911	2,6	24.938	25.216	1,1

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível, normalmente em razão da cultura estar na entressafra.

¹ A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto da Produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996² Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2003 (dados sujeitos a retificação)³ Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), dezembro/2004 (dados sujeitos a retificação)⁴ Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare⁵ Produção física em toneladas e rendimento médio em quilo por hectare, a partir de setembro. Desconsiderar variação percentual

Indústria

Produção física da indústria e dos principais gêneros - Bahia: Dez/2004				%
Classes e gêneros	No mês ¹	Mensal ²	Acumulado no ano ³	Acumulado 12 meses ⁴
Indústria geral	-1,0	11,5	10,1	10,1
Extrativa mineral	-1,9	-4,8	1,8	1,8
Indústria de transformação	-0,7	12,7	10,6	10,6
Minerais não-metálicos	4,2	22,3	6,0	6,0
Metalurgica básica	-19,6	-37,6	-3,2	-3,2
Papel, celulose e produtos de papel	-5,0	102,1	27,1	27,1
Borracha e plásticos	-3,2	-7,2	5,0	5,0
Produtos químicos	5,3	17,1	10,8	10,8
Veículos automotores	3,5	2,4	12,5	12,5
Alimentos e bebidas	-4,3	-11,6	6,9	6,9
Refino de petróleo e álcool	-	152,0	56,0	56,0

Fonte: IBGE

Elaboração: GEAC/SEI

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível.

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior⁴ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Variação mensal do índice da indústria de transformação - Bahia: Dez/2003 - Dez/2004				%
Períodos	No mês ¹	Mensal ²	Acumulado no ano ³	Acumulado 12 meses ⁴
Dezembro 2003	16,3	-6,9	-0,8	-0,8
Janeiro 2004	3,7	-1,0	-1,0	-1,1
Fevereiro	3,1	11,6	4,7	0,1
Março	5,6	12,2	7,3	0,8
Abril	-3,5	5,7	6,9	0,5
Maio	1,1	11,7	7,9	0,6
Junho	9,7	22,3	10,2	2,3
Julho	-10,7	5,8	9,6	3,3
Agosto	0,5	7,4	9,3	4,7
Setembro	1,2	4,0	8,7	4,1
Outubro	-0,5	7,4	8,5	4,8
Novembro	3,8	32,4	10,4	8,9
Dezembro	-0,7	12,7	10,6	10,6

Fonte: IBGE

Elaboração: GEAC/SEI

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior⁴ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Energia

Variação percentual do consumo de energia elétrica por classe - Bahia: Dez/2004				%
Classes	No mês ³	Mensal ⁴	Acumulado no ano ⁵	
Rural/Irrigação	-22,2	-24,7	4,2	
Residencial	-0,4	4,4	4,5	
Industrial ¹	0,1	13,9	7,0	
Comercial	1,8	4,0	4,9	
Utilidades públicas ²	-1,1	4,1	2,1	
Setor público	-0,2	-2,5	3,2	
Concessionária	2,1	-8,0	-3,1	
Total	-1,1	7,6	5,7	

Fonte: COELBA/CO - CGM

Elaboração: GEAC/SEI

¹ Consumo industrial corresponde à COELBA, CHESF e COPENE

² Corresponde a iluminação pública, água, esgoto e saneamento e tração elétrica

³ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal

⁴ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

⁵ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

⁶ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Serviços

Pesquisa Mensal de Comércio - PMC					%
Variação mensal no volume de vendas no varejo ¹ - Bahia: Dez/2004					
Classes e gêneros	No mês ²	Mensal ³	Acumulado no ano ⁴	Acumulado 12 meses ⁵	
Comércio varejista	40,2	12,2	8,3	8,3	
Combustíveis e lubrificantes	7,1	4,8	-0,2	-0,2	
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	37,0	6,2	7,1	7,1	
Hipermercados e supermercados	37,4	10,2	8,6	8,6	
Tecidos, vestuário e calçados	122,9	12,1	5,0	5,0	
Móveis e eletrodomésticos	70,7	55,5	42,7	42,7	
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	12,0	nd	nd	nd	
Livros, jornais, revistas e papelaria	46,8	nd	nd	nd	
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	26,5	nd	nd	nd	
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	84,3	nd	nd	nd	
Veículos, motos e peças	17,9	29,0	23,7	23,7	

Fonte: IBGE / Diretoria de Pesquisas / Departamento de Comércio e Serviços

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível

¹ Dados deflacionados pelo IPCA

² Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal

³ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

⁴ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

⁵ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Consultas e inadimplências junto ao Serviço de Proteção ao Crédito Salvador: Set/2002 - Set/2003						%
Períodos	Consultas			Inadimplências ¹		
	No mês ²	Mensal ³	Acumulado no ano ⁴	No mês ²	Mensal ³	Acumulado no ano ⁴
Setembro 2002	-25,5	-45	4,2	48,5	-94,8	-51,4
Outubro	3,6	-62,1	-7,4	-8,1	-88,3	-55,8
Novembro	-4,9	-62,9	-15,5	-7,4	-83,7	-57,8
Dezembro	11,8	-62,8	-22,1	-6,3	-95,2	-64,9
Janeiro 2003	-10,5	-46,3	-46,3	-25,2	-89,0	-89,0
Fevereiro	-12,5	-40,3	-43,6	-6,3	-90,5	-89,7
Março	-6,2	-49,4	-45,5	13,1	-89,2	-89,6
Abril	10,0	-50,5	-46,9	47,2	-80,7	-87,6
Maio	2,0	-54,2	-48,5	-22,1	-60,1	-85,5
Junho	-12,3	-28,4	-46,3	56,7	-38,4	-82,1
Julho	11,7	-28,4	-44,2	-33,9	-32,6	-80,1
Agosto	-3,7	-36,3	-43,4	-24,7	-16,0	-78,5
Setembro	3,3	-11,7	-41,0	214,2	77,7	-73,0

Fonte: Dados Primários SPC. Elaboração: SEI

¹ Novos registros

² Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

³ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

⁴ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

Total de cheques compensados - Bahia: Jan/2004 - Jan/2005						%
Períodos	Quantidade			Valor		
	No mês ¹	Mensal ²	Acumulado no ano ³	No mês ¹	Mensal ²	Acumulado no ano ³
Janeiro 2004	-11,0	-10,4	-10,4	-10,2	-6,4	-6,4
Fevereiro	-15,1	-12,8	-11,5	-18,1	-14,0	-10,0
Março	22,8	4,4	-6,4	33,2	22,2	-0,1
Abril	-11,6	-4,4	-5,9	-11,2	2,8	0,6
Maio	2,5	-2,2	-5,2	4,9	8,5	2,1
Junho	-1,9	-3,6	-4,9	-2,0	10,4	3,4
Julho	1,8	-6,9	-5,2	2,9	7,1	4,0
Agosto	3,2	5,3	-4,0	3,7	20,1	5,9
Setembro	-10,9	-16,3	-5,4	-5,4	6,1	5,9
Outubro	1,9	-11,5	-6,0	4,1	9,8	6,3
Novembro	8,2	6,2	-5,0	-8,0	11,6	6,7
Dezembro	0,3	-14,6	-5,9	18,5	2,6	6,3
Janeiro 2005	-2,5	-6,5	-6,0	-6,4	6,9	6,4

Fonte: Banco Central do Brasil

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano interior

³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano interior

Indicadores Sociais

Emprego

Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED Taxas de desemprego e de participação Região Metropolitana de Salvador - Jan/2005

%

Taxas	RMS	Salvador	Demais municípios
Desemprego Total	24,8	24,7	25,0
Desemprego Aberto	14,0	13,9	14,4
Desemprego Oculto	10,8	10,8	10,6
Participação (PEA/PIA)	61,0	61,8	57,5

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Taxa de desemprego aberto e taxa de participação Região Metropolitana de Salvador: Jan/2003 - Jan/2005

%

Períodos	Taxa de desemprego aberto		Taxa de participação	
	RMS	Salvador	RMS	Salvador
Janeiro 2003	15,9	15,3	62,4	63,0
Fevereiro	16,3	15,7	62,0	62,5
Março	17,2	16,7	62,4	63,0
Abril	18,6	18,0	62,2	63,1
Maio	18,9	18,3	62,7	63,5
Junho	18,9	18,4	62,4	63,0
Julho	17,8	16,9	62,2	62,4
Agosto	17,3	16,2	62,5	62,6
Setembro	16,7	15,4	63,4	63,5
Outubro	16,2	15,1	63,7	64,2
Novembro	16,0	15,0	63,5	64,1
Dezembro	15,1	14,6	62,9	63,9
Janeiro 2004	14,9	14,3	62,4	63,3
Fevereiro	14,9	14,1	62,0	63,1
Março	15,4	14,5	62,0	63,1
Abril	15,9	14,8	62,2	63,0
Maio	15,5	14,5	62,3	63,0
Junho	15,0	14,0	62,2	62,9
Julho	14,9	14,1	62,1	62,9
Agosto	14,9	14,1	62,1	63,0
Setembro	14,8	14,2	61,9	62,8
Outubro	14,5	13,9	61,9	63,1
Novembro	14,5	14,2	61,7	62,9
Dezembro	14,4	14,2	61,3	62,5
Janeiro 2005	14,0	13,9	61,0	61,8

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

**Estimativa da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos, taxas globais e de participação e taxa de desemprego total
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2003 - Jan/2005**

%

Períodos	População Economicamente Ativa (PEA)						Inativos maiores de 10 Anos		Taxas		Popula- ção total¹
	Total		Ocupados		Desempregados						
	Números absolutos¹	Índice²	Números absolutos¹	Índice²	Números absolutos¹	Índice²	Números absolutos¹	Índice²	Partici- pação (PEA/PIA)	Desemp. total (PEA/PIA)	
Janeiro 2003	1.639	124,9	1.198	114,5	441	165,6	988	108,0	62,4	26,9	3.152
Fevereiro	1.633	124,5	1.189	113,7	444	166,8	1.000	109,3	62,0	27,2	3.158
Março	1.647	125,5	1.179	112,7	468	175,8	992	108,4	62,4	28,4	3.164
Abril	1.645	125,4	1.161	111,0	484	181,8	1.001	109,4	62,2	29,4	3.169
Maio	1.662	126,7	1.168	111,7	494	185,5	989	108,1	62,7	29,7	3.175
Junho	1.658	126,4	1.161	111,0	497	186,7	1.000	109,3	62,4	30,0	3.180
Julho	1.656	126,2	1.177	112,5	479	179,9	1.007	110,1	62,2	28,9	3.186
Agosto	1.668	127,1	1.188	113,6	480	180,3	1.001	109,4	62,5	28,8	3.191
Setembro	1.696	129,3	1.223	116,9	473	177,6	979	107,0	63,4	27,9	3.197
Outubro	1.708	130,2	1.240	118,5	468	175,8	973	106,3	63,7	27,4	3.202
Novembro	1.706	130,0	1.249	119,4	457	171,6	981	107,2	63,5	26,8	3.208
Dezembro	1.694	129,1	1.254	119,9	440	165,3	998	109,1	62,9	26,0	3213
Janeiro 2004	1.684	128,4	1.246	119,1	438	164,5	1.015	110,9	62,4	26,0	3.219
Fevereiro	1.677	127,8	1.231	117,7	446	167,5	1.029	112,4	62,0	26,6	3.225
Março	1.681	128,1	1.232	117,8	449	168,6	1.031	112,6	62,0	26,7	3.230
Abril	1.691	128,9	1.240	118,5	451	169,4	1.027	112,2	62,2	26,7	3.236
Maio	1.697	129,3	1.261	120,6	436	163,8	1.030	112,5	62,3	25,7	3.242
Junho	1.699	129,5	1.266	121,0	433	162,6	1.032	112,7	62,2	25,5	3.247
Julho	1.700	129,6	1.270	121,4	430	161,5	1.039	113,5	62,1	25,3	3.253
Agosto	1.704	129,9	1.275	121,9	429	161,1	1.040	113,7	62,1	25,2	3.259
Setembro	1.702	129,7	1.275	121,9	427	160,4	1.048	114,5	61,9	25,1	3.264
Outubro	1.706	130,0	1.279	122,3	427	160,4	1.051	114,8	61,9	25,0	3.270
Novembro	1.705	130,0	1.275	121,9	430	161,5	1.059	115,7	61,7	25,2	3.275
Dezembro	1.698	129,4	1.277	122,1	421	158,1	1.071	117,0	61,3	24,8	3.281
Janeiro 2005	1.693	129,0	1.273	121,7	420	157,7	1.083	118,3	61,0	24,8	3.287

Variação mensal

Jan05/Dez04	-0,3	-0,3	-0,2	1,1	-0,5	0,0
--------------------	-------------	-------------	-------------	------------	-------------	------------

Variação anual

Jan05/Jan04	0,5	2,2	-4,1	6,6	-2,2	-4,6
--------------------	------------	------------	-------------	------------	-------------	-------------

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Em 1.000 pessoas. A partir de fevereiro/2001 as projeções da população foram ajustadas com base nos resultados do Censo 2000² Base: Dezembro 1996 = 100

Distribuição dos ocupados por setor de atividade econômica no trimestre Região Metropolitana de Salvador: Jan/2003 - Jan/2005							
Períodos	Setores de atividade econômica						
	Indústria de transformação	Construção civil	Comércio	Serviços produção ¹	Serviços pessoais ²	Serviços domésticos	Outros
Janeiro 2003	8,8	5,5	16,8	30,5	27,5	9,7	1,2
Fevereiro	8,5	5,3	17,1	30,6	27,4	9,9	1,2
Março	8,4	4,8	16,4	31,8	27,2	10,4	1,0
Abril	8,8	4,9	16,1	31,7	26,7	10,5	1,3
Maio	9,3	5,1	15,5	31,5	26,8	10,5	1,3
Junho	9,2	5,0	16,0	31,5	27,1	9,9	1,3
Julho	8,6	5,2	16,2	31,8	27,0	10,0	1,2
Agosto	8,9	5,1	15,6	32,5	27,0	9,8	1,1
Setembro	9,0	5,0	15,5	32,3	27,4	9,8	1,0
Outubro	9,1	4,6	15,6	32,5	27,7	9,5	1,0
Novembro	8,4	4,6	16,2	32,3	27,6	9,9	1,0
Dezembro	8,6	4,9	16,3	32	26,9	10,2	1,1
Janeiro 2004	8,5	5,1	16,7	31,9	26,7	10,0	1,1
Fevereiro	8,5	4,9	16,5	32,3	26,8	9,7	1,3
Março	8,4	4,5	16,6	32,8	26,8	9,7	1,2
Abril	8,5	4,4	15,9	33,0	26,6	10,2	1,4
Maio	8,2	4,3	16,4	32,5	26,7	10,6	1,3
Junho	8,4	4,6	16,3	32,6	27,0	10,0	1,1
Julho	8,7	4,4	16,3	32,3	27,6	9,6	1,1
Agosto	9,2	4,4	16,2	33,2	26,9	8,8	1,3
Setembro	9,1	4,3	16,4	32,7	26,4	9,2	1,9
Outubro	8,9	4,5	16,5	32,6	26,2	9,4	1,9
Novembro	8,5	4,3	16,6	32,0	27,2	9,8	1,6
Dezembro	8,3	5,0	16,6	31,8	27,0	10,0	1,3
Janeiro 2005	8,6	4,9	16,3	32,3	26,4	10,0	1,5

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Incluem Transporte e armazenagem; Utilidade pública; Especializados; Administração pública, Forças armadas e polícia; Creditícios e financeiros; Comunicação; Diversão, radiodifusão e teledifusão; Comércio, Administração de valores imobiliários e de imóveis; Serviços auxiliares; Outros serviços de reparação e limpeza

² Incluem Serviços Pessoais diversos, Alimentação, Educação, Saúde, Serviços comunitários, Oficinas de reparação mecânica e outros serviços

Distribuição dos ocupados por posição na ocupação no trimestre										
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2003 - Jan/2005										
Períodos	Posição na Ocupação									
	Assalariados				Autônomos			Empregador	Domésticos	Outros
	Total	Ass. priv. c/ carteira	Ass. priv. S/ carteira	Ass. público	Total	Aut. trab. p/ público	Aut. trab. P/ empresa			
Janeiro 2003	60,4	34,3	12,1	14,0	23,0	19,1	3,9	3,9	9,7	2,9
Fevereiro	60,6	34,6	12,3	13,7	23,0	19,1	3,9	3,7	9,9	2,8
Março	61,5	35,4	12,1	13,9	22,1	18,3	3,8	3,9	10,4	2,1
Abril	61,0	35,2	12,5	13,3	22,7	18,8	3,9	3,7	10,5	2,1
Maio	61,2	35,8	11,9	13,5	22,4	18,5	3,9	3,8	10,5	2,0
Junho	61,8	36,2	11,8	13,7	22,5	18,6	3,9	3,4	9,9	2,3
Julho	61,2	35,3	11,4	14,5	22,6	18,6	3,9	3,7	10,0	2,5
Agosto	60,8	35,1	11,6	14,0	22,7	18,5	4,2	4,0	9,8	2,7
Setembro	59,7	34,4	11,0	14,3	23,4	18,8	4,6	4,4	9,8	2,7
Outubro	59,6	34,9	11,1	13,6	24,1	19,4	4,7	4,3	9,5	2,5
Novembro	59,3	34,5	11,3	13,5	24,5	19,9	4,6	3,7	9,9	2,5
Dezembro	59,9	34,7	11,8	13,3	23,9	19,6	4,3	3,5	10,2	2,5
Janeiro 2004	60,4	34,2	12,3	13,9	23,1	19,0	4,1	3,7	10,0	2,8
Fevereiro	60,8	34,5	12,1	14,2	22,9	18,8	4,1	3,9	9,7	2,7
Março	60,8	34,9	11,7	14,2	22,5	18,7	3,8	3,9	9,7	3,0
Abril	60,1	34,4	11,8	13,9	22,8	18,7	4,1	4,0	10,2	2,9
Maio	59,3	33,9	11,7	13,7	23,0	19,3	3,7	4,1	10,6	3,0
Junho	59,1	33,8	11,7	13,6	23,9	20,0	3,9	4,2	10,0	2,9
Julho	59,2	34,4	10,9	13,9	23,9	20,0	3,9	4,2	9,6	3,0
Agosto	60,2	34,8	11,2	14,2	24,0	19,7	4,3	4,1	8,8	2,9
Setembro	59,4	34,4	10,9	14,1	24,4	19,5	4,9	4,3	9,2	2,7
Outubro	59,8	33,9	11,8	14,1	24,3	19,5	4,8	4,2	9,4	2,3
Novembro	60,0	34,4	11,8	13,8	23,9	19,1	4,8	4,1	9,8	2,2
Dezembro	60,3	34,6	12,1	13,6	23,4	19,1	4,3	4,0	10,0	2,3
Janeiro 2005	60,3	35,7	11,5	13,1	23,4	19,2	4,2	4,2	10,0	2,1

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Incluem trabalhadores familiares e donos de negócios familiares

Rendimento

Rendimento real trimestral dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal ¹ Região Metropolitana de Salvador: Jan/2003 - Dez/2004							R\$
Períodos	Rendimento médio real						
	Ocupados ²			Assalariados ³			
	Valor absoluto ³		Índice	Valor absoluto		Índice	
	Média	Mediana		Média	Mediana		
Janeiro 2003	661	347	79,4	745	432	78,1	
Fevereiro	663	339	79,6	747	437	78,2	
Março	634	335	76,2	725	425	75,9	
Abril	635	332	76,3	710	422	74,4	
Maio	625	331	75,1	699	401	73,2	
Junho	661	346	79,4	742	427	77,8	
Julho	685	346	82,3	776	430	81,3	
Agosto	697	356	83,8	788	431	82,5	
Setembro	663	357	79,7	753	430	78,9	
Outubro	644	348	77,4	740	427	77,6	
Novembro	632	348	75,9	739	422	77,4	
Dezembro	655	357	78,7	756	439	79,2	
Janeiro 2004	679	366	81,6	782	456	81,9	
Fevereiro	692	363	83,1	792	449	82,9	
Março	702	361	84,3	803	446	84,1	
Abril	673	351	80,9	778	438	81,5	
Maio	679	355	81,6	788	442	82,5	
Junho	672	356	80,8	782	453	81,9	
Julho	673	364	80,9	765	452	80,2	
Agosto	672	364	80,4	765	455	79,8	
Setembro	669	360	79,6	770	450	79,9	
Outubro	666	352	79,1	781	450	80,8	
Novembro	655	352	77,1	770	440	79,0	
Dezembro	650	355	76,1	754	442	76,9	
Variação Mensal							
Dez04/Nov04	-1,4	0,2	-1,4	-2,7	-0,2	-2,7	
Variação Anual							
Dez04/Dez03	-3,3	-3,1	-3,3	-2,9	-2,1	-2,9	

Fonte: PED RMS SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de Dezembro 2004

² Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício

³ Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês

Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução ¹					
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2003 - Dez/2004					
R\$					
Períodos	Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução				
	Analfabetos	1º Grau incompleto	1º Grau completo/ 2º incompleto	2º Grau completo/ 3º incompleto	3º Grau completo
Janeiro 2003	219	315	450	722	2.176
Fevereiro	220	315	423	712	2.218
Março	207	300	405	687	2.145
Abril	218	310	407	682	2.093
Maio	206	316	409	670	1.966
Junho	227	322	425	676	2.050
Julho	239	329	424	701	2.050
Agosto	266	339	416	721	2.083
Setembro	265	344	396	718	1.989
Outubro	260	332	389	709	2.000
Novembro	255	323	402	691	1938
Dezembro	253	323	424	704	2005
Janeiro 2004	255	339	442	705	2.021
Fevereiro	238	327	428	731	2.039
Março	226	318	419	746	2.041
Abril	209	313	397	726	2.008
Maio	219	309	400	697	2.135
Junho	239	321	399	672	2.152
Julho	251	325	408	668	2.081
Agosto	262	337	418	681	2.069
Setembro	274	325	416	685	1.974
Outubro	287	307	403	686	2.034
Novembro	260	299	386	688	2.021
Dezembro	239	317	406	701	2.032

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de Dezembro 2004

**Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado
por setor de atividade econômica e carteira de trabalho assinada e não assinada
pelo atual empregador¹**

Região Metropolitana de Salvador: Jan/2003 - Dez/2004

R\$

Períodos	Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado					
	Total	Setor de atividade			Carteira de trabalho	
		Indústria	Comércio	Serviços	Assinada	Não-assinada
Janeiro 2003	618	771	538	616	688	411
Fevereiro	634	769	550	643	699	436
Março	618	841	506	606	697	384
Abril	612	784	479	610	682	391
Maio	595	791	483	579	669	363
Junho	616	861	477	607	692	382
Julho	646	952	485	625	734	382
Agosto	647	919	477	634	734	383
Setembro	626	823	493	618	704	381
Outubro	614	809	496	602	689	379
Novembro	611	796	488	600	686	380
Dezembro	620	880	486	598	699	389
Janeiro 2004	633	887	479	618	716	392
Fevereiro	649	985	484	616	735	384
Março	648	956	493	616	738	372
Abril	633	926	481	611	718	378
Maio	628	890	483	615	711	385
Junho	632	865	483	622	707	381
Julho	630	836	498	619	715	358
Agosto	644	891	506	626	726	372
Setembro	641	886	516	622	728	388
Outubro	638	907	517	619	720	392
Novembro	628	848	515	620	711	380
Dezembro	634	821	498	639	715	373

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de Dezembro 2004

Distribuição do rendimento real trimestral entre os ocupados e os assalariados no trabalho principal¹

Região Metropolitana de Salvador: Jan/2003 - Dez/2004

R\$

Períodos	Rendimento real trimestral									
	Ocupados ²					Assalariados ³				
	10% ganham até	25% ganham até	50% ganham até	75% ganham até	90% ganham até	10% ganham até	25% ganham até	50% ganham até	75% ganham até	90% ganham até
Janeiro 2003	111	227	340	667	1.360	227	278	423	778	1.473
Fevereiro	111	222	332	666	1.367	222	274	428	778	1.536
Março	109	219	328	652	1.316	219	266	416	751	1.474
Abril	108	217	325	652	1.316	217	261	413	751	1.503
Maio	107	217	324	644	1.304	217	260	393	742	1.413
Junho	107	253	339	645	1.480	253	268	418	794	1.587
Julho	105	253	339	690	1.581	253	276	421	843	1.634
Agosto	105	252	349	716	1.580	252	293	422	842	1.677
Setembro	105	249	350	663	1.555	249	284	421	818	1.580
Outubro	103	248	341	628	1.362	248	284	419	754	1.550
Novembro	103	247	341	622	1.343	247	287	414	775	1.544
Dezembro	103	246	350	668	1.439	246	288	431	820	1.544
Janeiro 2004	103	246	359	717	1.524	244	288	447	823	1.626
Fevereiro	122	243	356	717	1.530	243	284	440	845	1.691
Março	102	242	354	711	1.546	241	284	437	863	1.810
Abril	101	240	344	700	1.508	240	281	429	807	1.620
Maio	101	243	352	705	1.521	243	285	439	815	1.666
Junho	101	243	354	704	1.503	243	300	450	805	1.611
Julho	101	260	364	709	1.509	260	300	452	805	1.600
Agosto	101	260	364	707	1.506	260	300	455	808	1.607
Setembro	101	260	360	707	1.513	260	300	450	808	1.707
Outubro	100	260	352	700	1.511	260	300	450	843	1.712
Novembro	101	260	352	700	1.500	260	300	440	808	1.616
Dezembro	101	260	355	700	1.500	260	300	442	811	1.522

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de Dezembro 2004

² Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício

³ Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês

Emprego Formal

Flutuação Mensal do Emprego Bahia: Jan/2004 - Jan/2005					
Períodos	Saldo líquido (Admissões - desligamentos)				
	Total ¹	Ind. transf.	Const. civil	Comércio	Serviços
2004	52.724	14.686	187	14.648	20.957
Janeiro	9.206	1.804	2.198	1.092	2.166
Fevereiro	2.628	458	-1.544	913	1.544
Março	-133	-744	-848	-309	2.112
Abril	5.184	2.525	67	801	-526
Maio	11.115	2.521	506	1.875	2.458
Junho	5.016	1.174	-630	1.445	541
Julho	7.967	2.164	233	1.083	2.773
Agosto	8.173	2.319	868	1.801	2.810
Setembro	5.493	2.792	820	1.483	2.333
Outubro	1.764	968	-659	1.695	2.260
Novembro	1.498	-581	164	2.631	3.268
Dezembro	-5.187	-714	-988	138	-782
2005	4.882	1.133	1.455	1.269	1.299
Janeiro	4.882	1.133	1.455	1.269	1.299
Fev/04 - Jan/05	48.400	14.015	-556	14.825	20.090

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Perfil do Estabelecimento

¹ Incluem todos os setores. Dados preliminares

Flutuação Mensal do Emprego Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Jan/2005					
Períodos	Saldo líquido (Admissões - desligamentos)				
	Total ¹	Ind. transf.	Const. civil	Comércio	Serviços
2004	23.824	5.238	812	5.829	12.949
Janeiro	4.607	737	2.078	448	1.349
Fevereiro	-1.413	-467	-2.114	428	789
Março	1.117	190	-297	-314	1.686
Abril	-718	312	47	151	-1.096
Maio	2.802	619	164	607	1.503
Junho	505	796	-444	466	-70
Julho	3.513	1.015	486	529	1.572
Agosto	4.008	761	1.003	727	1.584
Setembro	3.460	654	602	814	1.514
Outubro	2.345	424	-464	661	1.587
Novembro	4.300	270	-5	1.416	2.642
Dezembro	-702	-73	-244	-104	-111
2005	-175	389	760	450	783
Janeiro	-175	389	760	450	783
Fev/04 - Jan/05	19.042	4.890	-506	5.831	12.383

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Perfil do Estabelecimento

¹ Incluem todos os setores. Dados preliminares

Finanças Públicas

União

Demonstrativo das Receitas da União							R\$ 1.000
Orçamentos fiscal e da seguridade social - Jan-Dez/2004							
Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada (A)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (A-C)
			Nov-Dez 2004 (B)	% (B/A)	Jan-Dez 2004 (C)	% (C/A)	
Receitas Correntes	441.602.316	441.606.095	85.835.940	19,4	450.589.981	102,0	40.470.501
Receita Tributária	124.300.612	124.300.612	24.116.628	19,4	128.674.367	103,5	10.921.921
Receita de Contribuições	266.499.301	266.499.301	53.604.599	20,1	274.044.084	102,8	22.132.319
Receita Patrimonial	12.402.960	12.402.960	3.553.237	28,6	14.741.822	118,9	(29.221)
Receita Agropecuária	23.580	23.581	3.772	16,0	19.897	84,4	5.322
Receita Industrial	527.566	527.566	85.349	16,2	340.261	64,5	239.349
Receita de Serviços	23.084.863	23.084.863	3.025.142	13,1	21.100.221	91,4	3.740.137
Transferências Correntes	243.477	247.255	113.027	45,7	280.134	113,3	24.282
Outras Receitas Correntes	14.519.957	14.519.957	1.334.186	9,2	11.389.195	78,4	3.436.392
Receitas de Capital	167.443.676	167.443.675	22.130.455	13,2	102.241.247	61,1	84.292.587
Operações de Crédito ¹	118.192.044	118.192.044	16.772.854	14,2	59.333.835	50,2	74.108.678
Alienação de Bens	2.942.765	2.942.765	71.197	2,4	619.499	21,1	2.360.336
Amortizações de Empréstimos	23.228.585	23.228.585	3.202.799	13,8	17.731.485	76,3	8.091.136
Transferências de Capital	44.219	44.219	3.294	7,4	45.581	103,1	2.250
Outras Receitas de Capital	23.036.063	23.036.062	2.080.311	9,0	24.510.847	106,4	(269.813)
Subtotal das Receitas (I)	609.045.992	609.049.770	107.966.395	17,7	552.831.228	90,8	124.763.088
Déficit (II)	-	-	-	-	-	-	-
Total (I+II)	609.045.992	609.049.770	107.966.395	17,7	552.831.228	90,8	124.763.088

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

¹ Excetuados os valores referentes ao refinanciamento da Dívida Pública

Demonstrativo das Despesas da União							R\$ 1.000
Orçamentos fiscal e da seguridade social - Jan-Dez/2004							
Despesas	Dotação inicial	Dotação atualizada (A)	Despesas realizadas				Saldo (A-C)
			Nov-Dez 2004 (B)	% (B/A)	Jan-Dez 2004 (C)	% (C/A)	
Despesas Correntes	475.518.442	491.276.246	99.471.814	20,2	439.710.797	89,5	102.282.771
Pessoal e Encargos Sociais	84.120.038	90.296.759	21.092.771	23,4	89.431.566	99,0	9.186.306
Juros e Encargos da Dívida	117.769.754	117.359.463	10.748.726	9,2	74.373.387	63,4	47.003.152
Outras Despesas Correntes	273.628.650	283.620.024	67.630.317	23,8	275.905.844	97,3	46.093.313
Transf.a Estados, DF e Município	91.698.036	93.202.295	20.466.161	22,0	92.335.629	99,1	12.692.654
Benefícios Previdenciários ²	121.428.309	123.313.264	29.667.346	24,1	122.974.221	99,7	18.146.642
Demais Despesas Correntes	60.502.305	67.104.465	17.496.810	26,1	60.595.994	90,3	15.254.017
Despesas de Capital	111.490.114	135.028.883	31.400.844	23,3	104.048.966	77,1	50.843.962
Investimentos	12.370.012	15.246.448	8.112.296	53,2	10.865.980	71,3	9.836.817
Inversões Financeiras	33.249.350	36.321.115	7.290.777	20,1	21.580.672	59,4	18.594.138
Amortização da Dívida ¹	65.870.752	83.461.320	15.997.771	19,2	71.602.314	85,8	22.413.007
Reserva de Contingência	21.959.723	20.407.747	-	-	-	-	19.615.564
Subtotal das Despesas (I)	608.968.279	646.712.876	130.872.658	20,2	543.759.763	84,1	172.742.297
Superávit (II)	-	-	-	-	9.071.465	-	-
Total (I+II)	608.968.279	646.712.876	130.872.658	20,2	552.831.228	85,5	172.742.297

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

¹ Excetuados os valores referentes ao refinanciamento da Dívida Pública

² Os Benefícios Previdenciários referem-se ao pagamento de inativos, pensões e outros benefícios previdenciários

Estado

Balço Orçamentário - Receita							R\$ 1.000
Orçamentos fiscal e da seguridade social, Bahia: Jan-Dez/2004							
Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada	Receitas realizadas				Saldo a realizar (A-C)
			Nov-Dez	%	Até o bimestre	%	
		(A)	(B)	(B/A)	(C)	(C/A)	
Receitas Correntes	12.469.804	12.721.354	2.259.367	17,76	12.522.784	98,44	198.571
Receita Tributária	6.988.059	6.725.992	1.232.166	18,32	7.259.580	107,93	(533.588)
Impostos	6.793.395	6.530.671	1.196.755	18,33	7.056.320	108,05	(525.649)
Taxas	194.664	195.321	35.411	18,13	203.260	104,06	(7.938)
Receita de Contribuições	1.059.286	1.093.623	210.557	19,25	1.080.803	98,83	12.820
Contribuições Sociais	1.059.286	1.093.623	210.557	19,25	1.080.803	98,83	12.820
Contribuições Econômicas	-	-	-	-	-	-	-
Receita Patrimonial	257.969	297.831	27.755	9,32	146.441	49,17	151.390
Receitas Imobiliárias	22.140	22.278	802	3,60	3.224	14,47	19.054
Receitas de Valores Mobiliários	234.280	271.565	26.664	9,82	140.365	51,69	131.201
Receitas de Concessões e Permissões	1.515	3.953	289	7,30	2.830	71,60	1.123
Outras Receitas Patrimoniais	35	35	1	2,07	23	64,74	12
Receita Agropecuária	1.123	1.123	7	0,62	7	0,62	1.116
Receita da Produção Vegetal	-	-	7	-	7	-	(7)
Receita da Prod. Animal e Deriv.	965	965	-	-	-	-	965
Outras Receitas Agropecuárias	158	158	-	-	-	-	158
Receita Industrial	90	90	-	-	-	-	90
Receita da Ind. de Transf.	90	90	-	-	-	-	90
Receita de Serviços	719.399	783.483	120.943	15,44	725.890	92,65	57.593
Receita de Serviços	719.399	783.483	120.943	15,44	725.890	92,65	57.593
Transferências Correntes	3.719.956	3.629.797	612.202	16,87	3.351.412	92,33	278.385
Transferências Intragovernamentais	-	-	-	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	3.583.945	3.483.284	574.673	16,50	3.226.799	92,64	256.484
Transferências de Inst. Priv.	-	-	-	-	-	-	-
Transferências do Exterior	2.085	5.039	282	5,60	720	14,29	4.319
Transferências de Convênios	133.926	141.474	37.247	26,33	123.893	87,57	17.581
Outras Receitas Correntes	815.118	1.280.611	246.641	19,26	1.061.422	82,88	219.189
Multas e Juros de Mora	120.470	132.706	20.584	15,51	105.245	79,31	27.462
Indenizações e Restituições	55.058	55.058	5.410	9,83	18.073	32,83	36.985
Receita da Dívida Ativa	6.660	6.660	3.944	59,22	9.813	147,36	(3.154)
Receitas Correntes Diversas	632.930	1.086.187	216.704	19,95	928.291	85,46	157.896
Conta Retif. da Rec. Orçamentária	(1.091.196)	(1.091.196)	(190.904)	17,49	(1.102.772)	101,06	11.575
Receitas de Capital	1.522.353	1.607.500	113.616	7,07	525.864	32,71	1.081.635
Operações de Crédito	583.863	583.863	58.551	10,03	314.140	53,80	269.723
Operações de Crédito Internas	223.706	203.706	22.259	10,93	79.118	38,84	124.588
Operações de Crédito Externas	360.157	380.157	36.291	9,55	235.022	61,82	145.135
Alienação de Bens	282.040	279.874	33.757	12,06	40.149	14,35	239.725
Alienação de Bens Móveis	281.065	273.637	32.772	11,98	33.265	12,16	240.372
Alienação de Bens Imóveis	975	6.237	986	15,80	6.884	110,37	(647)
Amortização de Empréstimos	3.470	3.470	1.847	53,24	2.490	71,77	980
Amortiz. de Emp. Imobiliários	3.470	3.470	1.847	53,24	2.490	71,77	980
Transferências de Capital	652.975	740.288	19.461	2,63	169.081	22,84	571.207
Transferências Intragovernamentais	-	-	-	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	423.088	492.539	-	-	73.262	14,87	419.277
Transferências de Inst. Privadas	97	100	-	-	-	-	100
Transferências do Exterior	1.300	1.462	-	-	-	-	1.462
Transferências de Convênios	228.490	246.187	19.461	7,90	95.819	38,92	150.368
Outras Receitas de Capital	5	5	-	-	4	82,21	1
Outras Receitas	5	5	-	-	4	82,21	1
Subtotal das Receitas (I)	13.992.157	14.328.854	2.372.984	16,56	13.048.648	91,07	1.280.206
Operações de Crédito Refinanciamento (II)	-	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento de Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamentos (III)=(I+II)	13.992.157	14.328.854	2.372.984	16,56	13.048.648	91,07	1.280.206
Déficit (IV)	-	-	-	-	-	-	-
Total (V)= (III+IV)	13.992.157	14.328.854	2.372.984	16,56	13.048.648	91,07	1.280.206
Saldos de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	162.111	-	-

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Balanco Orçamentário - Despesa								R\$ 1.000
Orçamentos fiscal e da seguridade social, Bahia: Jan-Dez/2004								
Despesas	Dotação inicial	Créditos adicionais	Dotação atualizada	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas		Saldo
				Bim. Set-Out	No exercício	Bim. Set-Out	No exercício	
Despesas Correntes	11.449.382	425.456	11.874.838	2.444.862	11.121.604	2.572.368	11.118.491	756.347
Pessoal e Encargos	5.892.325	(25.971)	5.866.354	1.266.987	5.649.069	1.278.754	5.648.978	217.375
Juros e Encargos da Dívida	776.020	(197.523)	578.497	121.444	568.712	121.668	568.712	9.785
Outras despesas correntes	4.781.037	648.951	5.429.988	1.056.431	4.903.823	1.171.946	4.900.801	529.187
Despesas de Capital	2.530.253	(76.516)	2.453.738	387.328	1.840.283	465.504	1.838.108	615.630
Investimentos	1.342.012	103.705	1.445.717	261.694	861.057	339.870	858.882	586.835
Inversões Financeiras	369.604	(183.030)	186.574	35.623	174.852	35.623	174.852	11.722
Amortização da Dívida	818.637	2.810	821.447	90.011	804.374	90.011	804.374	17.073
Outras despesas de capitais	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Contingência	12.522	(12.243)	279	-	-	-	-	279
Subtotal das Despesas (VIII)	13.992.157	336.697	14.328.854	2.832.190	12.961.886	3.037.872	12.956.598	1.372.256
Amortização da Dívida Refinanciamento (IX)	-	-	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento de outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamento (X)=(VIII+IX)	13.992.157	336.697	14.328.854	2.832.190	12.961.886	3.037.872	12.956.598	1.372.256
Superávit (XI)	-	-	-	-	-	-	92.050	-
Total (XII)=X+XI	13.992.157	336.697	14.328.854	2.832.190	12.961.886	3.037.872	13.048.648	1.372.256

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Receita Tributária Mensal - Bahia: Jan/2003 - Dez/2004						R\$ 1.000
Períodos	ICMS		Outras		Total	
	2003	2004	2003	2004	2003	2004
Janeiro	491.240	484.463	45.269	37.074	536.509	521.538
Fevereiro	494.620	438.218	37.624	45.857	532.244	484.075
Março	442.068	468.157	40.292	46.489	482.360	514.646
Abril	483.606	699.160	35.434	48.642	519.040	747.802
Maio	447.830	532.332	47.985	54.677	495.815	587.009
Junho	454.843	531.331	47.430	63.295	502.273	594.626
Julho	463.914	554.265	57.400	65.912	521.314	620.176
Agosto	465.528	577.960	55.112	60.630	520.640	638.590
Setembro	491.119	567.226	63.031	57.974	554.150	625.200
Outubro	497.479	649.095	31.450	44.657	528.929	693.752
Novembro	488.485	513.166	36.125	37.186	524.609	550.352
Dezembro	491.635	610.156	53.554	71.658	545.190	681.814
Total	5.712.367	6.625.528	550.707	634.052	6.263.074	7.259.580

Fonte: SEFAZ - Balancetes mensais

Elaboração: SEI

Arrecadação mensal da Receita Tributária ¹ - Bahia: Jan/2003 - Dez/2004					R\$ 1.000	
Períodos	ICMS		Outras		Total	
	2003	2004	2003	2004	2003	2004
Janeiro	580.499	538.946	53.495	41.244	633.994	580.190
Fevereiro	575.329	482.275	43.764	50.467	619.092	532.742
Março	505.820	510.463	46.103	50.690	551.922	561.153
Abril	551.081	753.696	40.378	52.436	591.459	806.132
Maiο	513.744	565.587	55.048	58.094	568.792	623.680
Junho	525.454	557.349	54.793	66.394	580.247	623.743
Julho	537.003	574.879	66.443	68.363	603.446	643.243
Agosto	535.542	591.700	63.400	62.071	598.942	653.771
Setembro	559.124	577.915	71.759	59.066	630.883	636.981
Outubro	563.898	657.832	35.649	45.258	599.547	703.090
Novembro	551.063	515.825	40.752	37.379	591.816	553.204
Dezembro	551.299	610.156	60.054	71.658	611.353	681.814
Total	6.549.855	6.936.622	631.638	663.121	7.181.493	7.599.743

Fonte: SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Elaboração: SEI

¹ Valores atualizados a preços de maio 2004 pelo IGP-DI/FGV

Transferências constitucionais da União para a Bahia: Jan/2003 - Dez/2004												R\$ 1.000
Períodos	Receitas											
	FPE ¹		IPI-EXP		CIDE		FUNDEF UNIÃO ²		Outras ³		Total	
	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês
Janeiro 2003	155.457	155.457	7.109	7.109	-	-	22.358	22.358	20.271	20.271	205.195	205.195
Fevereiro	163.689	319.146	7.063	14.172	-	-	23.298	45.655	19.933	40.204	213.983	419.178
Março	141.978	461.124	6.542	20.714	-	-	19.481	65.136	6.301	46.506	174.301	593.479
Abril	135.181	596.305	7.293	28.007	-	-	18.713	83.849	6.301	52.807	167.488	760.967
Maio	189.608	785.912	5.643	33.650	-	-	25.012	108.861	6.301	59.108	226.564	987.530
Junho	133.154	919.066	6.307	39.957	-	-	18.434	127.294	6.301	65.409	164.195	1.151.726
Julho	111.643	1.030.709	5.960	45.917	-	-	19.828	147.123	6.301	71.710	143.732	1.295.458
Agosto	146.466	1.177.175	6.357	52.273	-	-	19.997	167.119	6.301	78.011	179.121	1.474.579
Setembro	127.086	1.304.261	5.744	58.018	-	-	17.690	184.809	6.301	84.312	156.821	1.631.400
Outubro	131.300	1.435.561	6.984	65.002	-	-	16.311	201.120	6.301	90.613	160.896	1.792.296
Novembro	146.264	1.581.825	7.147	72.148	-	-	21.987	223.107	6.301	96.914	181.699	1.973.995
Dezembro	152.498	1.734.323	7.688	79.836	-	-	26.691	249.798	6.301	103.215	193.178	2.167.173
Janeiro 2004	167.381	167.381	8.168	8.168	-	-	16.493	16.493	6.713	6.713	198.756	198.756
Fevereiro	182.797	350.177	8.958	17.126	-	-	17.831	34.324	6.713	13.426	216.298	415.054
Março	147.937	498.114	8.358	25.483	-	-	14.736	49.060	6.713	20.140	177.744	592.797
Abril	162.956	661.070	10.286	35.769	-	-	16.187	65.247	32.539 ⁴	52.678	221.968	814.765
Maio	189.788	850.858	10.070	45.840	-	-	18.614	83.862	6.713	59.391	225.186	1.039.951
Junho	123.200	974.059	9.851	55.691	-	-	12.557	96.419	6.713 ⁴	66.105	152.322	1.192.273
Julho	128.121	1.102.180	10.563	66.254	-	-	39.035	135.454	6.713	72.818	184.432	1.376.705
Agosto	166.683	1.268.862	11.093	77.346	-	-	16.562	152.016	9.217	82.035	203.554	1.580.259
Setembro	144.339	1.413.202	10.708	88.054	-	-	14.516	166.532	9.217	91.251	178.780	1.759.039
Outubro	154.466	1.567.668	11.230	99.284	21.103	21.103	15.459	181.991	9.217	100.468	211.476	1.970.515
Novembro	153.985	1.721.653	11.106	110.390	-	21.103	15.410	197.401	9.217	109.685	189.717	2.160.232
Dezembro	190.056	1.911.709	11.312	121.702	-	21.103	14.426	211.827	9.217	118.901	225.011	2.385.243

Fonte: MINFAZ/STN

Elaboração:SEI

¹ Deduzidos 15% para o FUNDEF² Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP/LC 87/96 e complementação³ Refere-se à desoneração do ICMS/Exportação - LC 87/96 - MP 1579⁴ Refere-se à desoneração do ICMS/Exportação - LC 87/96 - MP 1773

Município

Balanço Orçamentário¹

Orçamentos fiscal e da seguridade social - Salvador, Jan-Dez/2004

R\$ 1.000

Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada (A)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (B-C)
			Nov-Dez 2004 (B)	% B/A	Jan-Dez 2004 (C)	% C/A	
Receitas Correntes	1.503.322	1.530.012	223.530	14,6	1.282.586	83,8	247.426
Receita Tributária	527.569	529.069	70.232	13,3	457.340	86,4	71.729
Impostos	451.500	451.500	62.015	13,7	389.394	86,2	62.106
Taxas	76.069	77.569	8.000	10,3	66.851	86,2	10.718
Outras Receitas Tributárias	-	-	217	-	1.095,00	-	(1.095)
Receita de Contribuições	67.700	90.820	15.295	16,8	76.842	84,6	13.978
Contribuições Sociais	31.500	50.920	11.206	22,0	44.083	86,6	6.837
Contribuições Econômicas	36.200	39.900	4.089	10,2	32.759	82,1	7.141
Receita Patrimonial	98.289	100.289	4.114	4,1	34.007	33,9	66.282
Receitas Imobiliárias	2.842	2.842	103	3,6	1.407	49,5	1.435
Receitas de Valores Mobiliários	56.620	58.620	2.211	3,8	13.380	22,8	45.240
Receitas de Concessões e Permissões	36.827	36.827	1.771	4,8	19.131	51,9	17.696
Outras Receitas Patrimoniais	2.000	2.000	29	1,5	89	4,5	1.911
Receita Industrial	-	-	52	-	739	-	(739)
Receita de Serviços	13.153	13.153	677	5,1	8.748	66,5	4.405
Receita de Serviços	13.153	13.153	677	5,1	8.748	66,5	4.405
Transferências Correntes	794.064	794.134	115.456	14,5	677.472	85,3	116.662
Transf. Intergovernamentais	744.038	744.038	112.242	15,1	658.418	88,5	85.620
Transf. de Instituições Privadas	452	452	16	3,5	205	45,4	247
Transferências do Exterior	-	-	14	-	25	-	(25)
Transferências de Pessoas	26	26	-	-	-	-	26
Transferências de Convênios	49.548	49.618	3.184	6,4	18.824	37,9	30.794
Outras Receitas Correntes	73.812	73.812	28.462	38,6	94.287	127,7	(20.475)
Multas e Juros de Mora	29.104	29.104	5.672	19,5	35.450	121,8	(6.346)
Indenizações e Restituições	4.740	4.740	1.100	23,2	4.304	90,8	436
Receita da Dívida Ativa	32.000	32.000	20.987	65,6	49.584	155,0	(17.584)
Receitas Correntes Diversas	7.968	7.968	703	8,8	4.949	62,1	3.019
Dedução da Receita p/ FUNDEF	(71.265)	(71.265)	(10.758)	15,1	(66.849)	93,8	(4.416)
Receitas de Capital	114.044	114.044	23.049	20,2	86.383	75,7	27.661
Operações de Crédito	26.939	26.939	4.717	17,5	12.232	45,4	14.707
Operações de Crédito Internas	26.939	26.939	4.717	17,5	12.232	45,4	14.707
Alienação de Bens	3.500	3.500	5	0,1	63	1,8	3.437
Alienação de Bens Móveis	3.500	3.500	5	0,1	63	1,8	3.437
Amortizações de Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Capital	83.505	83.505	18.327	21,9	74.087	88,7	9.418
Transf. Intergovernamentais	3.045	3.045	-	-	-	-	3.045
Transf. de Instituições Privadas	20	20	-	-	-	-	20
Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Convênios	80.440	80.440	18.327	22,8	74.087	92,1	6.353
Outras Receitas de Capital	100	100	-	-	1	1,0	99
Integralização do Capital Social	-	-	-	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-	-	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	100	100	-	-	1	1,0	99
Subtotal das Receitas (I)	1.617.366	1.644.056	246.579	15,0	1.368.969	83,3	275.087
Déficit (II)	-	-	84.653	-	84.882	-	-
Total (III)=(I+II)	1.617.366	1.644.056	331.232	20,1	1.453.851	88,4	190.205

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG

¹ Administração Direta e Indireta da PMS

Balço Orçamentário¹									
Orçamentos fiscal e da seguridade social - Salvador, Jan-Dez/2004									R\$ 1.000
Despesas	Dotação inicial (A)	Créditos adicionais (B)	Dotação atualizada (C)	Despesas					Saldo (C-G)
				Empenhadas		Liquidadas			
				Nov-dez (D)	Jan-Dez (E)	Nov-Dez (F)	Jan-Dez (G)	% (G-C)	
Despesas Correntes	1.327.272	33.911	1.361.183	145.720	1.257.140	276.586	1.234.774	90,7	126.409
Pessoal e Encargos Sociais	516.158	35.922	552.080	68.884	500.240	123.881	499.962	90,6	52.118
Juros e Encargos da Dívida Interna	74.693	(427)	74.266	6.748	69.627	11.833	69.613	93,7	4.653
Outras Despesas Correntes	736.421	(1.584)	734.837	70.088	687.273	140.872	665.199	90,5	69.638
Despesas de Capital	281.094	(635)	280.459	27.737	223.318	54.646	219.077	78,1	61.382
Investimentos	203.715	(66)	203.649	29.611	170.428	44.973	166.187	81,6	37.462
Inversões Financeiras	4.075	40	4.115	-	3.352	700	3.352	81,5	763
Amortização da Dívida	73.304	(609)	72.695	(1.874)	49.538	8.973	49.538	68,1	23.157
Reserva de Contingência	9.000	(1.200)	7.800	-	-	-	-	-	7.800
Subtotal das Despesas (I)	1.617.366	32.076	1.649.442	173.457	1.480.458	331.232	1.453.851	88,1	195.591
Superávit (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total (I+II)	1.617.366	32.076	1.649.442	173.457	1.480.458	331.232	1.453.851	88,1	195.591

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG

¹ Administração Direta e Indireta da PMS

Normas para Publicação de Artigos

A revista Conjuntura & Planejamento, editada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão vinculado à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN), aceita colaborações originais, em português, seja sob a forma de artigos versando sobre a conjuntura e planejamento do ponto de vista da economia, seja sob a de resenhas de livros que se enquadrem nesses mesmos parâmetros.

Os artigos e resenhas são submetidos à apreciação do Conselho Editorial e os autores são, a seguir, informados sobre a viabilidade ou não da publicação de seus trabalhos.

Padrão para envio de artigos ou resenhas:

- formato A4, espaço 1,5, com margens de 3 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12, máximo de 10 e mínimo de 5 páginas, incluindo notas, referências bibliográficas e referências;
- identificação do autor, com nome completo, titulação acadêmica, nome das instituições a que está vinculado, além de endereço para contato, e-mail e telefone;
- cópia impressa e arquivos magnéticos editados em Word, que devem ser entregues à Gerência de Análise Conjuntura (GEAC), na SEI, ou cópia magnética enviada para o e-mail: geac@sei.ba.gov.br;
- tabelas, ilustrações ou gráficos (formato Excel) com legendas numeradas e apresentados no corpo do texto;
- notas de rodapé explicativas ou complementares curtas, numeradas em ordem seqüencial;
- citações, até três linhas, entre aspas, na seqüência do texto; com mais de três linhas, apresentadas em outro parágrafo, com avanço de 1cm e fonte de tamanho 10, sem aspas, preferencialmente identificadas pelo sistema autor-data (NBR. 10.520 da ABNT);
- referências bibliográficas completas e precisas, segundo as normas para Referências Bibliográficas NBR 6.023, da ABNT.

As resenhas devem conter, no máximo, cinco páginas.

O autor terá direito a dois exemplares da publicação em que foi publicado seu artigo.

Os artigos publicados são de responsabilidade dos autores e não refletem a opinião da Instituição.

É permitida a reprodução e/ou citação, desde que citada a fonte.

Todos os números da Conjuntura & Planejamento podem ser visualizados no site da SEI (www.sei.ba.gov.br) no menu "publicações".

